



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS**



**Unidade Universitária de Ciências Sócio-
Econômicas e Humanas**

Programa de Pós-Graduação “Território e
Expressões Culturais no Cerrado”

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

MORAR E (SOBRE)VIVER NA METRÓPOLE GOIANIENSE: Análise da mobilidade
da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia

Anápolis

2017

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

MORAR E (SOBRE)VIVER NA METRÓPOLE GOIANIENSE: Análise da mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Mello

Anápolis

2017

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

MORAR E (SOBRE)VIVER NA METRÓPOLE GOIANIENSE: Análise da mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Mello

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo de Mello

Presidente/UEG-TECCER

Prof.^a Dr.^a Milena D’Ayala Valva

Membro/UEG-TECCER

Prof.^a Dr.^a Flávia Maria de Assis Paula

Membro/ UEG

Prof.^a Dr.^a Janes Socorro Luz

Suplente/UEG-TECCER

Anápolis, 26 de abril 2017

Ficha catalográfica

O48m	<p>Oliveira, Érika Munique de. Morar e (sobre)viver na metrópole goianiense [manuscrito] : análise da mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia / Érika Munique de Oliveira. - 2017. 131f.: il.</p> <p>Orientador: Marcelo de Mello. Dissertação(Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2017.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Geografia. 2. Geografia urbana - Cidades goianas - Aspectos sociais. 3. Goiânia(GO) - Urbanização e refuncionalização - História. 4.Dissertações - TECCER - UEG. I.Mello, Marcello. II.Título.</p> <p>CDU 911.375(817.3)(043)</p>
------	---

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH
CRB1/2385

Ao meu grandioso Deus, pela sabedoria concedida para realização desta obra.

À minha avó pela força, incentivo, amparo, amor que desde a infância tem me dado.

Aos moradores da Região Noroeste de Goiânia.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr^o. Marcelo de Mello, pela amizade, pelo apoio, pela paciência, pelas inúmeras orientações dadas durante todo o mestrado. Agradeço pela sugestão do tema da pesquisa, pela presença nos trabalhos de campo realizados em Goiânia, pelo esclarecimento das dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa. Pelos diálogos informais que contribuíram para meu crescimento pessoal. Agradeço de coração por todos os esforços que tem feito por mim durante toda a pesquisa.

Aos meus avós: Maria e Nelson. Obrigada pelas orações e por acreditar nos meus sonhos, por compreender minhas ausências durante todo o processo. Por ter sido meu suporte desde a infância, pelo apoio, pelo acolhimento e por cuidar tão bem de mim.

A minha mãe Elivânia pela vida, pelo carinho que tem me dado.

Ao meu irmão Carlos Eduardo, pela alegria concedida nos momentos de aflição.

Ao meu namorado Cristiano por compreender minhas ausências durante todo o processo. Pelo apoio financeiro e pelo amor.

A minha madrinha Delza e meu padrinho Gerson pelo carinho e ter me acolhido em sua residência durante os inúmeros trabalhos de campo em Goiânia.

Aos professores do Mestrado TECCER, pelas contribuições fornecidas nas disciplinas cursadas.

As professoras: Dr^a Milena, Dr^a Flávia, pelas contribuições fornecidas na qualificação que enriqueceram essa pesquisa.

A professora Dr^a Janes pelas bibliografias concedidas que muito contribuíram para a escrita dessa obra.

As amigas conquistadas durante o Mestrado, em especial à Denise, Rayssa, Marina que me forneceram muito além de um lugar para morar.

A minha amiga Francispaula Luciano pela contribuição fornecida para elaboração dos mapas; pelo acolhimento na Secretaria de Planejamento de Goiânia durante as inúmeras pesquisas realizadas no Paço Municipal.

Aos amigos e colegas de mestrado do ano de 2015, agradeço pelas alegrias compartilhadas.

Aos funcionários da Biblioteca da prefeitura de Goiânia, pela paciência das inúmeras visitas feitas. Pelo fornecimento de materiais valiosos para o desenvolvimento da pesquisa.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG), pela bolsa *stricto sensu* que muito contribuiu para a realização desta pesquisa.

Ao Presidente da Associação do bairro Morada Do Sol – Marcelo de Souza Corrêa, pela entrevista concedida e pelas riquíssimas informações dadas à pesquisa.

A todos que direta e/ou indiretamente contribuíram para a construção dessa dissertação e para meu crescimento intelectual.

“Porque há algumas coisas ocorrendo em Soft city que merecem estrita atenção”.

(DAVID HARVEY, 1992, p. 17)

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a mobilidade presente no processo de segregação residencial. Essa mobilidade é identificada no deslocamento e na organização das classes sociais no espaço urbano, a partir da materialização diferenciada da renda. Em Goiânia, esse movimento se fez presente na Região Noroeste de Goiânia. E foi resultado da conjugação de duas centralidades bem definidas - uma materializada pelos representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a outra gestada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Essas duas centralidades se deram, efetivamente, a partir da alocação de serviços, equipamentos públicos e privados em dois eixos viários: na Avenida do Povo e posteriormente na Avenida Mangalô. Na Avenida do povo os serviços implantados foram – casa de idoso; escolas; delegacias, unidades de pronto atendimento médico. Na Avenida Mangalô – terminal de ônibus; agências bancárias e Unidade de Atendimento do Cidadão. Nesse movimento de centralização dos serviços públicos, outros agentes se fizeram presentes: proprietários fundiários; promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção, inserindo novas formas e conteúdos no espaço segregado. Uma das formas inseridas por estes agentes, destacamos a refuncionalização do espaço urbano da Avenida Mangalô – resultando na substituição de residências por salas comerciais na via. Nesse percurso de centralização de serviços públicos e privados, os bairros que circundam a Mangalô foram envolvidos pelo processo de valorização. Essa valorização provocada pela centralidade produzida na via atraiu e expulsou simultaneamente populações para/dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. A partir dessa premissa, a pesquisa desenvolveu-se buscando compreender o papel dos agentes produtores do espaço urbano para a mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia. A ênfase foi dada aos bairros que circundam a Avenida Mangalô, pela dimensão dos serviços públicos materializados na avenida, bem como as alterações provocadas nos bairros. Em relação aos procedimentos metodológicos buscou-se representar cartograficamente a distribuição da renda dos chefes de família; bem como dos domicílios nos bairros que circundam a Mangalô. Esses dados são referentes ao censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000 e 2010 e permitiram demonstrar onde foram concentrados e/ou onde se encontram determinadas faixas de renda nos bairros: Morada do Sol e Recanto do bosque a partir da implantação de serviços e equipamentos públicos e/ou privados na Avenida Mangalô. Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas; de campo e mapeamento das informações referentes à renda, dos deslocamentos residenciais e da dinâmica dos entrevistados que se encontram espacializados nos bairros estudados.

Palavras-chave: Segregação Residencial. Refuncionalização. Mobilidade da Segregação Residencial. Goiânia/GO/Brasil. Região Noroeste de Goiânia.

ABSTRACT

The present research deals with the mobility present in the process of residential segregation. This mobility is identified in the displacement and organization of social classes in urban space, from the differentiated materialization of income. In Goiânia, this movement was present in the Northwest Region of Goiânia. It was the result of a combination of two well-defined centralities - one materialized by the representatives of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) and the other party formed by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB). These two centralities were effective, from the allocation of services, public and private facilities in two axes of road: in Avenida do Povo and later in Avenida Mangalô. In the Avenue of the people the services implanted were - old people's house; schools; Police stations, medical assistance units. At Avenida Mangalô - bus terminal; Bank branches and Citizen Assistance Unit. In this movement of centralization of public services, other agents became present: landowners; Real estate developers and owners of the means of production, inserting new forms and contents in the segregated space. One of the forms inserted by these agents, we highlight the refunctionalization of the urban space of Avenida Mangalô - resulting in the replacement of residences by commercial rooms on the road. In this course of centralization of public and private services, the neighborhoods surrounding Mangalô were involved in the valorization process. This valorization provoked by the dimension of the centrality produced in the route simultaneously attracted and expelled populations to / from the neighborhoods Morada do Sol and Recanto do Bosque. Based on this premise, the research was developed seeking to understand the role of agents producing urban space for the mobility of residential segregation in the Northwest Region of Goiânia. Emphasis was given to the neighborhoods surrounding Avenida Mangalô, due to the size of the public services materialized in the avenue, as well as the alterations provoked in the neighborhoods. In relation to the methodological procedures, we sought to represent cartographically the income distribution of heads of families; As well as the households in the neighborhoods surrounding Mangalô. These data refer to the demographic census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the year 2000 and 2010 and allowed to demonstrate where some income ranges were concentrated in the neighborhoods: Morada do Sol and Recanto do floresta Implementation of public and / or private services and facilities at Avenida Mangalô. In addition, bibliographical research was carried out; Field and mapping of information regarding income, residential displacements and the dynamics of the interviewees that are spatialized in the studied districts.

Key-words: Residential Segregation. Refunctionalization. Mobility of Residential Segregation. Goiânia/GO/Brazil. Região Noroeste de Goiânia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Cartaz de propaganda e venda de lotes em Goiânia – 1934	44
Ilustração 2	Construção da Vila Mutirão -1983	60
Ilustração 3	Avenida do povo - 1983	83
Ilustração 4	Avenida do povo em dois momentos – 1983 e 2017	84
Ilustração 5	Avenida Mangalô no início da década de 2000	85
Ilustração 6	Avenida Mangalô 2000-2017	88
Ilustração 7	Propaganda de lotes para fins comerciais na Avenida Mangalô	89
Ilustração 8	Profissão dos moradores dos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque - 2017	103
Ilustração 9	Condomínios horizontais fechados no Bairro Morada do Sol - 2017	105
Ilustração 10	Motivos que os entrevistados vieram morar nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque	111
Ilustração 11	Casas no Bairro Vila Mutirão próximo à Avenida do Povo, 2014	115
Ilustração 12	Casas no bairro Morada do Sol, 2017	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do Município de Goiânia	42
Mapa 2	Regionalização de Goiânia	52
Mapa 3	Região Noroeste de Goiânia	54
Mapa 4	Bairros construídos pelo Estado de Goiás na RNG – 1980	63
Mapa 5	Bairros implantados pelos pela iniciativa privada em 1980	65
Mapa 6	Bairros construídos pelo Estado de Goiás na década de 1990	71
Mapa 7	Bairros implantados pela iniciativa privada em 1990	73
Mapa 8	Localização das Avenidas do Povo e Mangalô na RNG, 2017	77
Mapa 9	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – sem rendimento nominal mensal 2000-2010	94
Mapa 10	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de até 3 salário mínimos	97
Mapa 11	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de 3 a 10 salários mínimos	99
Mapa 12	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de 3 a 10 salários mínimos	101
Mapa 13	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque - Tempo de Residência dos moradores entrevistados - 2017	104
Mapa 14	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque - Bairros anteriores dos moradores entrevistados – 2017	107
Mapa 15	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Situação de Residência anterior dos moradores entrevistados – 2017	109
Mapa 16	Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque - Situação de Residência dos moradores entrevistados – 2017	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento demográfico em Goiânia 1940-1960	46
Tabela 2	Linhas do Transporte coletivo urbano em Goiânia 1948-1962	47
Tabela 3	Terminal Recanto do Bosque - linhas, destinos e eixo -2017	86
Tabela 4	Principais comércios e serviços implantados na Avenida Mangalô	91
Tabela 5	População por bairros da Região Noroeste de Goiânia, 2000-2010	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de Governantes em Goiás 1979-2010	58
Quadro 2	Serviços Públicos Implantados Pelo Governo Estadual /Municipal Na Região Noroeste De Goiânia – 1984 a 2014	81

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE ILUSTRAÇÃO	11
LISTA DE MAPAS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE QUADROS	13
INTRODUÇÃO	16
1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	20
1.1 Aspectos conceituais da produção e reprodução do espaço urbano	21
1.2 Agentes e estratégias de produção do espaço urbano	25
1.3 Escalas da produção do espaço urbano: o intraurbano	30
2 A SEGREGAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA	34
2.1 A segregação sócio-espacial: reflexões a partir da cidade e do urbano	35
2.2 Segregação residencial: aspectos conceituais	38
2.3 As ações hegemônicas e a segregação residencial no espaço urbano de Goiânia	40
2.3.1 A expansão urbana de Goiânia até 1950	41
2.3.2 A expansão urbana de Goiânia de 1950 a 1970	45
2.3.3 A expansão urbana de Goiânia a partir de 1970	48
2.4 As ações oficiais e a produção de bairros segregados na Região Noroeste de Goiânia	53

2.4.1 A Fazenda Caveiras no contexto dos bairros produzidos na década de 1980	55
2.4.2 A Fazenda São Domingos no contexto dos bairros produzidos a partir da década de 1990	69
2.5 A dimensão político partidária do processo segregador	75
3 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: UM PROCESSO MARCADO PELA MOBILIDADE ESPACIAL	79
3.1 A mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia	80
3.2 Os agentes produtores do espaço urbano e a mobilidade residencial na Região Noroeste de Goiânia	87
3.3 A mobilidade da segregação residencial nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque	92
3.3.1 Caracterização dos moradores dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque	102
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	124
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como propósito analisar a mobilidade presente no processo de segregação residencial. Uma mobilidade manifestada pelos deslocamentos residenciais, que refletem uma espacialização diferenciada da renda entre as classes sociais no espaço urbano.

A presente investigação contemplou de maneira privilegiada a segregação residencial manifestada no espaço urbano de Goiânia, com ênfase na mobilidade apresentada por este fenômeno na Região Noroeste de Goiânia. A mobilidade do processo segregador se efetivou a partir da reunião de ações individuais e coletivas, em que se fizeram presentes os agentes produtores do espaço urbano: Estado de Goiás, proprietários fundiários, promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção e agentes sociais excluídos. Suas ações e estratégias colaboraram para a apropriação diferenciada do solo urbano e dos recursos nele disponíveis.

A ação do poder público sobre a região foi algo estrategicamente pensado para a consolidação dos interesses de agentes políticos. Por meio de suas ações em duas vias foram produzidas: Avenida do povo ¹ e a Avenida Mangalô ². A primeira marcada por equipamentos básicos: escolas, delegacias, unidade de saúde, lojas, farmácias etc. A segunda caracterizada pela oferta de serviços que até pouco tempo não se faziam presentes na região – terminal de ônibus, bancos, serviços de atendimento ao cidadão (vapt vupt), supermercado atacadista, redes de lojas franqueadas etc.

Diante das evidências empíricas apresentadas, concentramos nossas análises na Avenida Mangalô – os deslocamentos residenciais capitaneados pela atração exercida por ela indicaram que entre 2000 e 2017 houve diferentes espacialização da renda. Entre as formas de espacialização das diferentes rendas destacamos as vinculadas à materialização de residências.

Diante do exposto, alguns questionamentos foram fundamentais para compreender a mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia:

- Qual o papel das esferas públicas, municipal e estadual, na mobilidade da segregação residencial manifestada na Região Noroeste de Goiânia?

¹¹ Esta via passa pelos bairros: Vila Mutirão I, II e III; bem como Jardim Curitiba.

² Esta via passa pelos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque.

- Qual o papel dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção para a mobilidade da segregação na Região Noroeste de Goiânia?
- Quem são os agentes que deram curso à mobilidade da segregação residencial?
- O que motivou o deslocamento residencial de populações de outros bairros de Goiânia para a Região Noroeste de Goiânia?

As respostas a estes questionamentos permitiram compreender como a mobilidade da segregação residencial repercutiu na Região Noroeste de Goiânia. Por outro lado, possibilitou entender como a cidade capital de Goiás é sistematicamente reproduzida.

Por esta razão, a presente pesquisa teve como objetivo principal investigar as ações que foram desenvolvidas pelos agentes produtores do espaço urbano, na Região Noroeste de Goiânia, que contribuíram para a mobilidade do processo segregador nela manifestado. Quanto aos objetivos específicos, elegemos os seguintes:

- Identificar onde foram implantados, pelo Estado de Goiás e pela Prefeitura de Goiânia, os serviços e equipamentos públicos na Região Noroeste de Goiânia;
- Analisar se as ações dos agentes fundiários e proprietários dos meios de produção foram concentrados nos mesmos bairros onde foram implantados os serviços e equipamentos públicos financiados pelas esferas públicas;
- Mapear a espacialização da renda nos bairros que mais receberam serviços e equipamentos públicos e privados na Região Noroeste de Goiânia, com intuito de identificar a mobilidade da segregação residencial.

Em relação ao método, a pesquisa pautou-se no Materialismo Histórico Dialético, proposto por Karl Marx. De acordo com Marx (2008), a aplicação desse método permite conceber profundamente o objeto. E isso é possível a partir do momento que se estabelece uma análise profunda dos organismos sociais e materiais, considerando suas relações; bem como suas contradições.

Sobre a metodologia, a pesquisa lançou mão dos seguintes recursos durante sua realização: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental na biblioteca da Prefeitura de Goiânia (SEPLAN), pesquisa no banco de dados agregados do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), aplicação de questionários e entrevistas ³ nos Bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Em relação à estrutura, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “A produção do espaço no contexto do modo de produção capitalista” foi feita uma discussão teórica privilegiando os seguintes conceitos: produção/reprodução do espaço urbano considerando a efetiva inserção das relações capitalistas. Ao apontar os aspectos norteadores da produção do espaço urbano, enfatizamos que sua produção só é possível quando se privilegia o papel dos agentes sociais produtores e modeladores do espaço urbano, cujos interesses e estratégias revelam a intensidade do processo da acumulação capitalista. Este percurso possibilitou a compreensão das complexas relações sociais⁴; tanto em sua dimensão interna, como nas relações travadas no contexto de redes urbanas. Para sustentar esse entendimento, recorreremos algumas bibliografias: Capel (1974) Lefebvre (2000); Carlos (1994), (2007), (2011); Corrêa (2000); Gottdiener (1993); Harvey (2005); Santos (1988); Sposito (2011) e Villaça (1998).

No segundo capítulo, cujo título é “A segregação no processo de produção e reprodução do espaço urbano de Goiânia”, realizamos uma abordagem conceitual sobre segregação: sócio-espacial e residencial, privilegiando as repercussões motivadas pela renda dos diversos segmentos sociais. Ao elencar as especificidades presente nos dois tipos de segregação, percebemos que na cidade há pelo menos dois tipos de segregação social: uma no plano da moradia e a outra das atividades de consumo no/do espaço que incluem: compras, lazer, acesso à escola, entre outras. Em Goiânia, verificamos que os bairros produzidos, especialmente na Região Noroeste da cidade, decorreram de ocupações; políticas habitacionais implantadas pelo Estado e/ou pela Iniciativa Privada. Como consequência, vários problemas surgiram: localização em relação ao centro urbanizado; ausência de equipamentos/serviços fundamentais para a reprodução da vida deflagrando o processo de segregação residencial. Outra questão explorada diz respeito aos interesses políticos consolidados na Região Noroeste de Goiânia. Para constituição dos argumentos apresentados

³ Em relação aos questionários foram aplicados 43, centrados em respostas de moradores dos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque; a fim de ter acesso a informações de aspectos: étnicos; renda familiar; bairros que moravam antes de vir para os bairros pesquisados; tempo de moradia nos bairros pesquisados; tempo de moradia anterior; situação da moradia anterior; situação da moradia nos bairros pesquisados e os motivos que levaram a mudar para os bairros pesquisados. Os modelos de questionário aplicados se encontram nos apêndices.

⁴ Complexas relações sociais é o modo como a sociedade se organiza e se relaciona no modelo de produção capitalista. Segundo Lefebvre (1991) esse relacionamento se dá em classes sociais que se diferenciam conforme a renda, bem como na participação no processo produtivo, resultando no distanciamento social e espacial entre as classes sociais no espaço urbano.

foram consultados vários autores, entre eles destacam: Clark (1982); Harvey (1980); Leitão (2005); Caldeira (2000); Paula (2003). Foram consultados documentos: PDIG (1992); Pastore (1984); Rassi (1985), disponíveis na Biblioteca da Prefeitura de Goiânia (SEPLAN).

No terceiro e último capítulo, intitulado “A segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia: um processo marcado pela mobilidade espacial”, evidenciamos como ocorreu a mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia. Essa mobilidade da segregação foi promovida pela alocação de recursos urbanos nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque. Tais ações culminaram na espacialização diferenciada da renda em diversas escalas temporais, que revelam, por sua vez, a mobilidade do processo de segregação residencial. Esses argumentos foram construídos com base nos resultados obtidos nos censos de 2000 e 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) relativos à renda familiar; bem como na aplicação de questionários e entrevistas nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O geógrafo Milton Santos (1988) discorreu sobre o processo de empiricização das categorias. Para ele, a partir de uma articulação estabelecida entre ações e objetos, sistemicamente articulados no curso da consolidação do modo de produção capitalista, houve a universalização das técnicas e das racionalidades que as determinam. O mundo passou a ser moldado por um sistema produtivo que objetiva suplantando a dimensão particular e uniformizar gostos, desejos e técnicas. Este processo alterou a forma, a função e a estrutura do espaço anteriormente produzido, com vistas à reprodução ampliada do capital.

A presente pesquisa está centrada na produção do espaço empiricizado apresentado por Santos (1988), sobretudo em sua dimensão urbana. É importante ressaltar que o espaço é marcado por uma expressiva diversidade semântica; pois o mesmo se faz presente em diversas áreas do conhecimento: Astronomia, Economia, Psicologia, Arquitetura/Urbanismo, Sociologia, Geografia, dentre outras. Assim, distintas ciências assumiram o espaço como conceito fundamental. Não por acaso, Santos (1994, p.34) afirma que “o espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos modelos se acrescentam novas variáveis no curso do tempo”.

Segundo Carlos (2007), o debate relativo a esse conceito não pode se limitar à ação dos homens na produção e repartição de extensas áreas diferenciadas. Para a geógrafa, a relação entre espaço e sociedade deve ser explorada de maneira profunda, uma vez que no ato da reprodução da vida o espaço também é produzido.

Para Corrêa (2000), o vocábulo espaço aparece vago por estar associado a diversas interpretações: como porção específica da natureza ou localização/referência para ações humanas.

Santos (1988, p.10) advoga que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma

encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Santos (1988) ensina que o espaço é, antes de tudo, produto da capacidade humana em dar sentido aos objetos e as coisas indissociavelmente produzidas. Em uma perspectiva aproximada, Lefebvre (2000) afirma que o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Esta assertiva pode ser percebida na organização espacial própria das cidades, em suas perspectivas monumentais e estéticas.

Por esta razão, a produção do espaço urbano tem sido amplamente discutida com o propósito de entender as relações humanas. Relações que se manifestam por meio da influência política, do poder do capital e da reprodução social: influência política, através decisões que almejam o controle e uso do solo; do poder do capital, quando este alimenta novas necessidades relacionadas ao consumo no/do espaço; e da reprodução social, na sua relação com o mundo no processo de redefinição das novas formas de uso do espaço (CARLOS, 2011).

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo desta dissertação aborda como o espaço urbano foi produzido e reproduzido no contexto do modo de produção capitalista. Como ressaltado na introdução, as ações e estratégias dos agentes produtores do espaço urbano foram analisadas com vistas ao entendimento das contradições manifestadas espacialmente na cidade.

1.1 Aspectos conceituais da produção e reprodução do espaço urbano

A noção de produção estabelece como pressuposto a criação de algo. Nos estudos de Marx⁵, por exemplo, o trabalho aparece como resultado do processo produtivo; que, por sua vez, aliena o homem no decorrer da produção de mercadorias. Nesse sentido, a produção do espaço se insere na lógica produtiva, pois os homens têm que se apropriar de espaços para produzir mercadorias (SANTOS, 2006). Assim, a produção de mercadorias solicita a produção de espaço, de maneira consciente ou alienada.

No contexto da expansão capitalista, o espaço urbano foi organizado para atender as demandas dos agentes situados de maneira privilegiada no interior deste modo de produção; principalmente no que tange à produção, à circulação e ao consumo de bens e

⁵ Consulte Marx (1974), (2008).

serviços. Este fato revela uma relação indissociável estabelecida entre a produção do espaço urbano e a mundialização do capital (SANTOS, 1988).

Lefebvre (2000) enfatiza que a produção do espaço está vinculada ao mundo da mercadoria, pois os centros de negócios, os centros de produção e as redes de bancos e informações se estruturam espacialmente com o objetivo de produzir e concentrar riquezas. Logo, para o pensador francês, o espaço é condição para a acumulação de capital. Todavia, esse mesmo espaço assume, simultaneamente, papel de mercadoria: fonte de capital para uma sociedade fundada no modo de produção capitalista.

Nesta linha de raciocínio, os trabalhos de Carlos (1994), (2007), (2011) são relevantes para a fundamentação teórica do espaço urbano. Segundo a autora, a produção do espaço urbano deve ser entendida como condição, meio e produto para reprodução das relações sociais: condição para as relações de produção, porque o espaço é o lugar de concentração do mercado de trabalho; como meio, por propiciar a circulação e articulação dos elementos necessários à realização da produção-distribuição-circulação-troca-consumo; e, como produto, porque diante de todas essas funções supracitadas, o espaço adquire forma produtiva (promoção do lucro e capacidade de reunir elementos para realização da troca).

Diante dessa constatação, o espaço urbano tornou-se progressivamente mais complexo. O próprio solo urbano, por meio das normas elaboradas para regular as relações que nele são travadas, foi convertido em mercadoria que permite expressiva reprodução do capital (HARVEY, 2005).

Corrêa (2000, p.10), ao analisar as práticas e os processos sociais, define: “eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Tal afirmação é evidenciada pela realidade, quando analisamos a organização e a distribuição das atividades produtivas, a divisão social/territorial do trabalho e a materialização desigual das distintas classes sociais. Estes “fatores” caracterizam o urbano em seu processo de reprodução ininterrupta.

Corrêa (2000, p.7) segue contribuindo com o entendimento do espaço urbano, afirmando que:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades

comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano.

A realidade apresentada por Corrêa (2000) auxilia no entendimento do espaço urbano como lugar da/para manifestação da troca de relações. A produção de mercadorias exige a organização espacial voltada para o funcionamento do sistema produtivo, o que envolve pessoas, objetos e obras para execução das atividades e serviços com níveis de complexidade diversos. Harvey (2005) caracteriza esse movimento como ajuste espacial da cidade capitalista.

Prosseguindo no debate relativo às contribuições teóricas, Mondardo (2006, p.4) ressalta que:

A produção do espaço urbano é constituída por inúmeros fatores que se processam no modo de produção capitalista. São aqueles que se relacionam e que atribuem singularidades às formas-conteúdos urbanas. São movimentos de pessoas, são movimentos de objetos, são ações e objetos, são relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer, consumo dentre outros. A produção do espaço urbano é, portanto, composta por um amálgama de relações solidárias e contraditórias entre pessoas e objetos.

No movimento orquestrado para a reprodução do capital, os sistemas produtivos organizam tarefas implantando, ampliando ou transferindo unidades produtivas para outras localizações na cidade; com vistas à produção de um lucro maximizado por meio da redução dos custos da circulação de mercadorias (HARVEY, 2005). Estender ou alterar a estrutura ou localização das unidades produtivas só é possível por meio da produção do espaço urbano. É bem verdade que essa tarefa está imersa em um universo de contradições processualmente ampliadas e complexificadas. Harvey (2005, p.130) alerta:

Sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Não significa que interpreto todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação á circulação do capital [...] porém, os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes para mencionar algumas das organizações chave, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

Para Harvey (2005), no curso do processo de reprodução do capital, ações são planejadas e organizadas para disciplinar o espaço. Isto significa que o espaço urbano é produzido e reproduzido para a realização do processo produtivo. Sob a égide do processo de mundialização capitalista, o espaço urbano foi refuncionalizado para atender às exigências da nova face do capitalismo, o que produziu novas configurações na estrutura urbana das cidades.

Para Carlos (2015), a reprodução do espaço urbano apresenta-se como possibilidade para a reprodução do capitalismo, ao estender relações econômicas do processo produção-circulação-consumo, com vistas à superação de crises periódicas. Tal comportamento:

Realiza-se no movimento de passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, através da reprodução do espaço urbano, sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial. Momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. Nesse momento, a mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação (prioridade) das aplicações financeiras: da realização do ciclo industrial da mercadoria à produção do imobiliário (CARLOS, 2015, p.25-26 - grifos da autora).

Assim, o espaço urbano assume novos papéis na reprodução das relações econômicas e sociais. Ele deve atender novos ciclos de atividades, realizadas em áreas exclusivas para o setor financeiro e de negócios, separados de áreas residenciais e administrativas. Assim, há mudanças tanto na forma como no conteúdo dos espaços urbanos. Tudo se transforma a partir das demandas por alteração das bases sistêmicas que sustentam a reprodução do capital (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, a reprodução do espaço urbano ocorre a partir da realocação de objetos, dos serviços e das pessoas (CARLOS, 1994). Para validar este complexo processo, o Estado normatiza e legitima as desigualdades manifestadas espacialmente em uma sociedade de classes (LEFEBVRE, 1991).

Um denso aparato normativo, elaborado no interior de processos contraditórios, objetiva, entre outras coisas, determinar o lugar de cada um na cidade. Por meio dele, o solo

urbano é valorizado de maneira desigual e o espaço é segregado sob o amparo de legislações específicas (RODRIGUES, 1994).

Esta realidade, na qual a perversidade se apresenta fartamente, promove conflitos sócio-espaciais. Podemos considerá-los como manifestações das contradições próprias de um mundo em que a reprodução e a acumulação do capital são o que mais importa. Carlos (1994, p. 134-135) assinala que:

O espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica; é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos etc.

Dessa maneira, o espaço foi reproduzido e as necessidades do homem, como moradia, lazer e trabalho, converteram-se em oportunidades para a reprodução do capital. Neste contexto, emergem no espaço urbano bolsões de pobreza alimentados pela condição precária do trabalhador assalariado. Para dificultar a percepção da realidade, programas sociais voltados às famílias de baixa renda são disseminados. Políticas assistencialistas emergem como instrumentos políticos, oferecendo paliativos que aumentam a complexidade do espaço urbano (CARLOS, 2011).

Tais ações são desenvolvidas por agentes produtores/modeladores do espaço urbano. Eles definem estratégias que os beneficiam a partir da elaboração de discursos centrados, por exemplo, nas demandas por habitação de interesse social (CAPEL, 1974). Esta questão está presente no próximo tópico.

1.2 Agentes e estratégias de produção do espaço urbano

A literatura especializada indica que a produção do espaço urbano está vinculada a um conjunto de agentes sociais que assumem papéis próprios na estruturação da cidade, contribuindo direta e indiretamente para a materialização de empresas, áreas comerciais, habitação social, ambientes de lazer etc. O entendimento das práticas estabelecidas entre os agentes sociais e os processos por eles instaurados, na produção do espaço, tem sido objeto de investigação de importantes intelectuais. Destes, podemos citar Capel (1974); Carlos (2011); Corrêa (2000), (2005), (2011), Harvey (2005); Lefebvre (1991), dentre outros.

Primeiramente, ressaltamos o trabalho pioneiro de Capel (1974), que ofereceu elementos conceituais basilares para a análise da produção do espaço urbano. A partir da configuração do espaço urbano europeu, o autor contribuiu na elaboração de elementos fundamentais para o entendimento da atuação dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Segundo ele, destacam-se os proprietários dos meios de produção; proprietários de terras; incorporadoras; empresas de construção; órgãos públicos e os agentes sociais excluídos.

Para Capel (1974), as práticas dos agentes sociais atendem aos interesses das classes dominantes. Cada agente atua de maneira particular, compondo um conjunto articulado de ações, com vistas à conquista de localização privilegiada que facilita o transporte de bens e capitais. Eles almejam a valorização diferenciada das áreas da cidade que, por sua vez, alimenta os processos especuladores.

Dentre as ações desenvolvidas pelos agentes produtores do espaço urbano, podemos citar o papel dos proprietários de terras. Eles têm na propriedade urbana sua principal reserva de capital. Seu intuito é atingir volumes consideráveis de capitais. Para tanto, realizam parcelamento de terras de forma legal, no interior do perímetro urbano, utilizando como referência a legislação em vigor. Por outro lado, promovem, também, parcelamentos na periferia da cidade de forma irregular, o que acaba gerando custos para o Estado, que é “obrigado” a assumir as onerosas tarefas para a regularização fundiária (CORRÊA, 2000).

Dando sequência a ação dos agentes hegemônicos, temos os proprietários dos meios de produção. Segundo Capel (1974) os proprietários dos meios de produção são os donos das grandes, médias e pequenas indústrias e os comerciantes em geral. Esses agentes buscam terras mais baratas no tecido urbano que permitam a ampliação e expansão das atividades produtivas. Eles necessitam também do apoio do Estado no provimento de infraestrutura urbana, principalmente a viária, para o escoamento da mercadoria.

As demandas dos proprietários dos meios de produção modelam a cidade. No momento em que produzem e reproduzem o espaço eles interferem decisivamente na localização de outras atividades e funções manifestadas no solo urbano. Isto é evidente quando tratamos, por exemplo, dos processos de centralização⁶ no interior da cidade (CORRÊA, 2000).

⁶ Para Corrêa (2000) centralização é o processo segundo o qual as principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, bem como os terminais de transportes urbanos tendem a se concentrar em um bairro da cidade.

Em relação aos promotores imobiliários, Capel (1974) e Corrêa (2000) os identificam nas figuras dos proprietários e construtores: daqueles que constroem pequenos e médios imóveis; bem como pelas firmas incorporadoras, que são incumbidas de realizar algumas ou todas as etapas do processo de produção do imóvel. Corrêa (2000) ainda acrescenta, no rol dos agentes que atuam como promotores imobiliários, o comerciante; bem como os grandes bancos e o Estado. Isso ocorre quando estes agentes assumem o papel de construtores e negociadores de imóveis.

Neste movimento articulado, cabe ao Estado o controle dos conflitos urbanos. Sua tarefa é planejar, elaborar e cumprir as leis urbanas, garantindo a responsabilidade social do solo urbano. Contudo, ele acaba representando os interesses das grandes corporações, legalizando o processo de apropriação diferencial do solo urbano, com base no interesse dos proprietários das terras, proprietários dos meios de produção, das empresas e incorporadoras. No curso de suas ações, o Estado promove processos segregadores por meio das normas que ditam o uso do solo urbano (CAPEL, 1974). Desse modo, ele desempenha um papel subsidiário, da seguinte forma:

O Estado deve atender as necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada, ou seja, aquelas necessidades e demandas que não constitui uma fonte de lucro para o capital ou para os grandes investimentos. Um dos casos provavelmente mais claros de como atua este princípio subsidiário, é a construção de habitação pelo Estado. Como a habitação é, em qualquer caso, um elemento indispensável para a reprodução da força de trabalho, e com seu elevado déficit pode repercutir sobre a paz social, o Estado torna-se agente produtor de casas, para atender às necessidades das camadas da população que, apesar de todos os empréstimos e ajuda concedida, não podem ocupar um lugar na demanda solvente devido os níveis de renda fracos e sua capacidade de potencial econômico (CAPEL, 1974, p.34, tradução nossa).

Em suas obras, Gottdiener (1993) também aborda a forma contraditória como o Estado interfere na produção do espaço urbano pela via da regulamentação de seu uso:

O papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado, precisa intervir a fim de Preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca. Suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. [...] Por conseguinte, as intervenções não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda na hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento" (GOTTDIENER, 1993, p.138).

Portanto, é na regulação dos usos do espaço urbano que o Estado exerce o controle da cidade. Tal modelo referencia as bases que sustentam as políticas urbanas. Para redefinir este cenário é necessário promover a participação coletiva na elaboração do planejamento urbano, com vistas à promoção de outras perspectivas no processo de regulação do espaço urbano, com sugere Souza (2003).

O Estado, como agente modelador privilegiado, tem promovido ações para instrumentalizar as formas de apropriação capitalista do espaço, como constataram Capel (1974); Corrêa (2000) e Gottdiener (1993). Em face dessa problemática, com intuito de amenizar as tensões geradas, ele oferece alternativas à população de baixa renda, produzindo espaços habitacionais e promovendo autoconstruções⁷. De acordo com Rodrigues (1994):

Têm sido frequentes as tentativas dos governos de atuar em programas de autoconstrução. A alternativa da autoconstrução é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se “conta” os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador; além disso, essa alternativa é colocada, ideologicamente, como valorização do saber popular (RODRIGUES, 1994, p.33).

Contudo, é importante destacar que a produção do espaço urbano também se realiza a partir de ações não hegemônicas. Diferente das empresas, do agente fundiário e do promotor imobiliário, cuja intenção é retirar o lucro do solo urbano, as forças não hegemônicas buscam a produção de espaços nos quais o valor de uso supere o valor de troca (CAPEL, 1974).

Na obra “o espaço urbano”, Corrêa (2000) identifica a participação desses sujeitos, que, em conflito com os demais agentes, lutam para sobreviver no espaço urbano capitalista. Esses agentes sociais são os excluídos; aqueles que não possuem renda suficiente para comprar uma casa ou pagar aluguel. Estas pessoas acabam recorrendo à ocupação de terrenos impróprios para moradia, distantes de amenidades na periferia da cidade (CORRÊA, 2000).

As estratégias dos agentes sociais excluídos visam garantir suas sobrevivências na cidade. Nesse sentido, eles atuam na produção do espaço, produzindo favelas, cortiços, apropriando de terrenos públicos ou privados, ocupando bairros que no passado foram

⁷ Rodrigues (1994) usa o termo “autoconstrução” para se referir ao mutirão habitacional, que ocorre quando futuros moradores constroem conjuntamente suas habitações, com recursos provenientes do poder público. Essa relação evidencia a presença gestora do Estado burguês, que, por meio da organização das formas urbanas, busca o controle do conteúdo social.

habitados pela elite. Para adquirir infraestrutura urbana, recorrem ao Estado para que sejam implantados infraestrutura viária e serviços públicos, tais como: escolas, hospitais, agências bancárias, entre outros, para reprodução da vida (CORRÊA, 2000).

Todavia, quando suas reivindicações são atendidas e os serviços e equipamentos implantados, os espaços por eles ocupados são valorizados. A partir de então é deflagrado processos de expulsão desses agentes e de atração de outros segmentos sociais (CORRÊA, 2000). Nesse contexto, a valorização do espaço habitado pelos agentes sociais excluídos acaba promovendo a mobilidade do processo segregador⁸.

É importante salientar que, os agentes apresentados até aqui - Estado, proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários e agentes sociais excluídos - não são os únicos responsáveis pela produção do espaço urbano: à medida que as relações capitalistas são expandidas, no tempo e no espaço, novos agentes⁹, estratégias e práticas surgem; aumentado o nível de complexidade dos processos de produção do espaço urbano. Novos agentes sociais emergem e auxiliam no processo de valorização diferencial do solo urbano: os promotores imobiliários ligados à venda, por exemplo, são sujeitos da indústria imobiliária, que procuram criar novas necessidades para ampliar o lucro do mercado de habitação, produzindo espaços especiais para classe média e alta; bem como bairros residenciais populares e loteamentos na periferia da cidade.

Todavia, não podemos esquecer que tal comportamento foi produzido no decorrer do desenvolvimento capitalista, que exige a ampliação dos meios de consumo coletivo na base da estrutura urbana; como assinalou Castells (2014). Corrêa (2011) aborda outros agentes fundamentais na comercialização da terra urbana: os bancos, empresas construtoras, grupos de previdência privada; companhias de seguro, proprietários fundiários. Esses agentes estão inseridos “no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada” (CORRÊA, 2011, p.46).

Segundo Carlos (2011), isso ocorre porque no contexto da produção do espaço há também a evolução/expansão da propriedade privada, que, por determinação do sistema regulador mundo-mercadoria, alimenta estratégias de produção de espaços-mercadoria,

⁸ Aspecto que será explorado no capítulo 3.

⁹ Corrêa (2011) pontua que novos agentes são incluídos no processo de produção e reprodução do espaço, estes são: companhias de seguros, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, fabricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, grupo de previdência privada, indivíduos com investimentos e ordens religiosas, entre outros.

penetrando profundamente na vida cotidiana, norteando-a sob suas estratégias, garantindo acessos diferenciados através da redefinição do lugar de cada um no espaço. Trata-se uma ação estrategicamente delineada, que respeita a racionalidade global e não produz apenas objetos/mercadorias, mas modelos de comportamento, valores e representações, que induzem ao consumo e reorientam a vida cotidiana: invadida por um sistema regulador que dilapida a consciência espacial.

Diante do exposto, os argumentos apresentados por Martín (1991) se mostram coerentes, ao afirmar que as estratégias elaboradas pelos agentes sociais almejam produzir espaço para um determinado fim: seja aumentar o valor de troca do espaço urbano ou defender seu valor de uso. Cabe ressaltar que a manifestação desses agentes está inserida na lógica da produção capitalista, refletindo em cada lugar um tipo de agente (CORRÊA, 2011). Eles formam diferentes campos de atuação que se articulam de maneira desigual, definindo o espaço de acordo com as especificidades apresentadas, sem desconsiderar suas correlações.

Nessa perspectiva, o conceito de espaço intraurbano é fundamental para o entendimento do diálogo travado entre agentes sociais, processos sociais e formas espaciais. Esta escala de análise do espaço urbano foi abordada no tópico que segue.

1.3 Escalas da produção do espaço urbano: o intraurbano

Em se tratando do espaço urbano, Corrêa (2003) afirma que este pode ser concebido em duas escalas conceituais claramente definidas: a da rede urbana e a do espaço intraurbano. A primeira trata da diferenciação funcional de cidades, que inclui: núcleos urbanos especializados e lugares centrais hierarquizados a partir das áreas de influências das cidades. A segunda compreende, de um lado, a divisão econômica do espaço interno da cidade, marcado por padrões de uso do solo. Estes, por sua vez, representam centros de negócios, zona periférica do centro e centros; cuja origem é resultado do núcleo de negócios, áreas e eixos comerciais planejados ou não, áreas industriais especializadas.

Por outro lado, temos a divisão social do espaço representada por conjuntos de áreas sociais, identificadas a partir das características econômicas influenciadas por diversas circunstâncias, dentre elas, pelo planejamento urbano e políticas públicas. A escala intraurbana é fundamental na perspectiva desta pesquisa, por proporcionar a análise da

diferenciação interna do espaço urbano, por meio da composição da população e dos aspectos relacionados às características e problemas sociais; bem como por suas atividades e deslocamentos cotidianos no território urbano (RAMOS, 2004).

Na obra “A questão urbana”, Castells (2014) investiga a estruturação interna do espaço urbano. Porém, as especificidades que levariam a compreensão das relações intraurbanas foram pouco exploradas.

Entre os pesquisadores que privilegiaram as relações intraurbanas destacamos Villaça (1995). Ele se dedicou ao estudo das questões regionais na escala intraurbana e definiu alguns fundamentos básicos para as investigações centradas nesta dimensão da realidade: a questão semântica, a distinção entre espaço urbano e regional, as confusões na abordagem intraurbano e regional; bem como as especificidades relacionadas ao espaço intraurbano. Desse modo, ele chega à conclusão que o espaço intraurbano:

É estruturado pelas condições de deslocamento do ser humano, quer enquanto força de trabalho não necessariamente mercadoria – deslocamento casa/trabalho quer enquanto consumidor reprodução da força de trabalho – deslocamentos casa-compras, casa-lazer, escola, etc. [...] (VILLAÇA, 1998, p.20).

Do ponto de vista conceitual, espaço intraurbano é o arranjo interno de um determinado ponto da cidade, que ocorre em função do movimento de pessoas para um bairro, para o local de trabalho e para a realização de atividades cotidianas (VILLAÇA, 1998). Ainda segundo o autor:

O estudo do espaço intra-urbano envolve, dois espaços. O das formas urbanas e o das localizações. O primeiro diz respeito às formas da cidade como um todo – espalhadas ou compactadas, por exemplo – ou a elementos importantes da estrutura espacial intra-urbana, como o centro, as periferias, ou grandes conjuntos de bairros significativos como a favela, Barra da Tijuca [...] O segundo – especificamente intra-urbano – diz respeito às localizações produzidas que vieram a receber os nomes” (VILLAÇA, 1998, 24).

Além dos pontos destacados, cabe ressaltar as especificidades apresentadas pela escala intraurbana que as diferenciam das demais escalas da produção espacial¹⁰. Em primeiro lugar, devemos salientar que por se tratar da estrutura interna do espaço urbano, as condições de acesso ao solo urbano devem ser privilegiadas. Em segundo, é fundamental considerar os elementos que compõem a estrutura intraurbana: o centro, a cidade central, os muitos centros

¹⁰ Escala metropolitana; regional; etc. Sobre essa questão consulte: Corrêa (2011); Spósito (2011); Villaça (1998).

(polinucleação), e a periferia esparsa (VILLAÇA, 1998). Por último, não podemos negligenciar a importância da mobilidade em suas mais diversas dimensões. Tal análise é fundamental para “a explicação de padrões internos de uso do solo e suas interações” (CLARK, 1982, p. 22).

Para reforçar a composição dos argumentos aqui apresentados, é necessário destacar os processos espaciais, fundamentais para o entendimento da estruturação interna do espaço urbano. Corrêa (2000, p.122-139), ao investigar a organização do espaço urbano, evidencia os processos espaciais manifestados no interior das cidades. São eles:

- I. Centralização: Tratada por ele como área que se estabelece as principais atividades comerciais e de serviços, conhecida também como Área Central na cidade.
- II. Descentralização: Processo recente se comparada à centralização, aparece como medida e planejamento para diminuição da exacerbação da centralização, tais como dificuldades em cumprir a demanda do sistema econômico.
- III. Coesão: Aglomeração entre os setores varejistas na cidade na condição de gerar conjuntos de atividades do mesmo ramo.
- IV. Segregação: Enquanto os três processos anteriormente citados referem às atividades industriais, comerciais e de serviços, a segregação é discutida, sobretudo, a questão residencial, pautada na organização espacial em locais gerando forte homogeneização e disparidade social.
- V. Invasão- Sucessão: Esse processo é também associado à questão residencial como o anterior. Este aparece como interventor sobre as atividades terciárias e industriais.
- VI. Inércia: Este último é a permanência de localizações e uso do solo urbano em que não obedecem a uma exigência econômica.

Os elementos presentes nos processos espaciais permitem uma análise coerente do “desenvolvimento” da estrutura interna das cidades. Corrêa (2000), observando a cidade em seu interior, percebeu como o espaço urbano se estruturou ao longo do tempo. Estas transformações, de certo modo, anunciam a racionalização da ordem e do conflito que geram disputas espaciais, principalmente quando tratamos da questão residencial, associando-a ao processo produtivo.

Nesse contexto, devemos realizar um esforço investigativo com vistas a um entendimento do processo de segregação, que é integrante do movimento estruturador do espaço intraurbano. Na presente dissertação, o esforço aqui ressaltado foi inserido no Segundo Capítulo.

2 A SEGREGAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA

A segregação¹¹ é um conceito presente na literatura especializada em estudos urbanos e representa fenômenos presentes nos mais distintos cenários produzidos no interior das relações cidadinas. Os processos segregadores são inscritos no território a partir do exercício assimétrico do poder manifestado entre distintos segmentos sociais. A realidade produzida por esta oposição entre segmentos sociais esteve presente na organização espacial dos primeiros assentamentos urbanos e permanece viva, ainda hoje, nos complexos cenários urbanos (SOUZA, 2010).

Com a consolidação do processo urbanizador- industrializador, o fenômeno da segregação urbana foi ampliado. Surgiram no interior do tecido urbano espaços segregados marcados por uma distribuição desigual de renda entre as classes sociais produzidas pela lógica capitalista. É importante destacar que parte expressiva da população expulsa do campo não encontrou nas cidades condições para reproduzir sua existência de maneira digna, sendo “obrigada” a ocupar áreas impróprias na periferia do tecido urbano (RODRIGUES, 1994).

Na realidade, o tecido urbano em expansão, na maior parte do território brasileiro, foi e continua sendo marcado por outra expansão: a de áreas caracterizadas pela vulnerabilidade social¹². Por sua vez, a vulnerabilidade social está associada à renda. Assim, a partir da relação travada entre estas duas variáveis – a vulnerabilidade social e renda – o processo segregador é territorializado nas cidades: a população de baixa renda, sem alternativa, fixa residência em áreas marcadas pela precariedade ou pela inexistência de serviços e equipamentos públicos. Cabe ressaltar que seria o acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade que permitiria uma alteração na condição de vulnerabilidade social da população segregada. Assim, o que se configura é um estado de manutenção de vidas marcadas pela vulnerabilidade e baixa renda.

Para David Harvey (1980) a renda é o elemento que situa os homens no interior de uma sociedade desigual, marcada por distintas classes sociais. Para ele, as possibilidades e os limites existentes no mundo capitalista são definidos pela renda desigualmente distribuída.

¹¹ Até a década de 1990, havia pesquisadores que preferiam utilizar o termo exclusão social, ao invés de segregação social, ver dissertação de Oliveira (1999).

¹² Vulnerabilidade social é uma condição em que recursos e/ou serviços necessários à reprodução à vida são insuficientes e/ou inadequados para atender as classes sociais na cidade, provocando situações de riscos e/ou danos físicos, psicológicos e materiais à população que se encontra nessa condição (ALMEIDA, 2011).

Neste contexto, a definição do lugar e as condições de moradia são ditadas pela renda das famílias. Isso ocorre porque a renda produzida no processo produtivo são desigualmente distribuídas. Nesse sentido, a segregação se reproduz ininterruptamente, uma vez que a escala de desigualdade de renda se amplia, demandando a mobilidade residencial entre as parcelas sociais pelo direito à cidade.

No presente capítulo, privilegamos as repercussões espaciais promovidas pela distribuição desigual da renda. Nesse processo, foi importante estabelecer um entendimento acerca da segregação sócio-espacial, revelada por meio da possibilidade ou da impossibilidade de acesso a espaços nos quais se encontram alocados serviços e equipamentos públicos e privados. A segregação residencial também foi abordada no processo investigativo. A dimensão residencial do processo segregador permitiu que apresentássemos elementos que eternizam a condição de vulnerabilidade social de famílias residentes na Região Noroeste de Goiânia: o objeto privilegiado pela presente pesquisa.

2.1 A segregação sócio-espacial: reflexões a partir da cidade e do urbano

As pesquisas¹³ sobre o processo de segregação urbana têm evidenciado a moradia como representante destacada na produção da desigualdade social territorializada. Contudo, a segregação não se limita a dimensão residencial, ela é percebida também no exercício das atividades de lazer, consumo e trabalho das classes sociais. Nesse sentido, este tópico foi produzido com vistas à exposição de entendimentos que evidenciam as práticas sócio-espaciais em outras dimensões das relações sociais manifestadas pela segregação urbana.

Harvey (1980) indica caminhos para refletir sobre esta questão. Em seus *insights* sobre a renda real, ele argumenta que a renda do indivíduo é vital no sistema urbano. A distribuição da renda (salário) e a redistribuição de renda (custos e “benefícios”) são contraditórias, uma vez que políticas sociais são elaboradas para assegurar a manutenção de uma redistribuição de renda desigual à população. Desse modo haverá sempre grupos sociais com padrão de vida não adequado às exigências da cidade.

Nesse sentido, duas questões são fundamentais para entender como o processo de segregação sócio-espacial ocorre na cidade, considerando os mecanismos de acessibilidade e

¹³ Ver as literaturas de: Hughes (2004); Negri (2008); Vasconcelos (2013); Villaça (1998).

proximidade¹⁴ no espaço urbano. A acessibilidade pode ser representada pelo processo social de determinação do salário e pelo fracasso do emprego. A proximidade diz respeito à distribuição desigual dos recursos à população urbana, que promove uma divisão espacial de camadas populares em frações do território. Tais disparidades são produzidas/reproduzidas pelas forças hegemonicamente estabelecidas no sistema produtivo.

Nas cidades brasileiras parques urbanos são construídos em áreas valorizadas, podendo também ser construídos para valorizar áreas a partir da associação de agentes econômicos e o Estado. Como elemento destacado neste processo evidenciamos a despreocupação em garantir o acesso de todos os moradores a estes espaços públicos. Na realidade, o acesso é seletivo, por meio de um transporte público caro e ineficiente, pode ser visto como um instrumento de higienização forjado através de um cordão sanitário que é a renda (RIBEIRO, 2004).

Neste caso, o que impede o acesso aos parques não é uma barreira linearmente erguida e vigiada por forças de segurança. A restrição ao acesso se dá pela via de uma renda que impossibilita que as famílias usufruam de espaços públicos específicos: seja por meio do elevado custo monetário exigido para acessar o transporte coletivo, que consome parte expressiva da renda das famílias de baixa renda; seja pelo consumo elevado do tempo das famílias que não dispõem de renda para adquirir veículos particulares para acessar o parque – graças o ineficiente transporte coletivo (RIBEIRO, 2004).

Desse modo, a segregação sócio-espacial pode ser compreendida a partir de uma análise da acessibilidade aos diversos lugares da cidade, de acordo com a capacidade econômica de cada segmento social (PAULA, 2003). Assim, o acesso à cidade é desigual. A maioria dos indivíduos limitados por esse processo está situada nos níveis inferiores da estratificação social, sendo o acesso aos diferentes locais da cidade limitados pela renda.

Entretanto, não se pode desconsiderar que no processo de segregação sócio-espacial existem peculiaridades que necessitam de atenção especial. As pesquisas de Villaça (1998) e Paula (2003) apontam que a concentração da população de renda elevada¹⁵, em um

¹⁴ Com base no pensamento de David Harvey (1980) acessibilidade é a maneira como o indivíduo tem acesso aos bens públicos e privados na cidade, ou seja, o tipo de deslocamento: a pé, de carro particular ou transporte coletivo. Proximidade é a distância percorrida, que envolve tempo gasto para chegar a determinado lugar e os custos em renda real.

¹⁵ Esse fenômeno ocorre também o contrário. Fato que foi percebido em trabalho de campo realizado na Região Noroeste de Goiânia, especialmente na Avenida Mangalô. O questionário aplicado nas agências bancária: Caixa

determinado espaço da cidade, não impede a frequência da população de baixa renda a esses locais. Isso ocorre porque existe demanda não só por espaço, mas por trabalho e produtos/mercadorias.

A segregação sócio-espacial, substanciada pelos mecanismos de mercado, percorre ainda outros espaços, como restaurantes, hotéis, cemitérios, academias de ginástica, salão de beleza, hospitais, choperias, enfim, toda uma infinidade de serviços. Para cada classe social há uma concentração de serviços em seus espaços de convivência e/ou nas proximidades de seus locais de emprego (VILLAÇA, 2011).

O que diferencia a oferta desses serviços para diferentes classes sociais é justamente a localização, o preço dos serviços oferecidos; bem como a estrutura montada para atender o público alvo. Para Gottidiener (1993), esse padrão de organização das atividades é marcado pela concentração da riqueza e especialização do trabalho e pela efetiva penetração das relações sociais capitalistas em todas as esferas da vida cotidiana.

Desse modo, a desigualdade da renda adquirida no processo produtivo ampliou as distâncias sociais produzidas pelo consumo coletivo e individual de mercadorias. Nesse sentido, “um olhar lançado sobre o espaço urbano, ainda que este seja superficial, logo notará que a cidade aparece enquanto um mosaico, um quebra-cabeças, uma cidade dividida em várias” (PAULA, 2003, p.55).

As palavras de Paula (2003) confirmam a existência de vários espaços de concentração social. Desde o local de residência e trabalho, até o lugar de encontro deste com o mesmo grupo social a que pertence. Essa complexa gama de possibilidades de hierarquias sócio-espacial define o espaço urbano da cidade capitalista, conduzindo a processos de fragmentação.

Esses comportamentos perpassam o plano da moradia e caminham em direção a outros setores de convivência social. Nesse sentido, a segregação sócio-espacial compreende os diferentes modos de usufruir do espaço urbano (PAULA, 2003) e das benfeitorias nele introduzidas; seja na dimensão do consumo, na realização do trabalho ou de outras atividades relacionadas ao processo produtivo.

e Banco do Brasil revelaram que os gerentes bancários; que possuem renda acima de 5 salários mínimos, moram no Jardim América; vem para o setor Morada do Sol apenas para trabalhar.

Esse entendimento lança um olhar mais ampliado sobre a segregação, evitando confusões na abordagem e na compreensão entre segregação sócio-espacial e segregação residencial. Sobre esse último tipo de segregação, veremos a seguir.

2.2 Segregação residencial: aspectos conceituais

Vários autores¹⁶, entre eles geógrafos e sociólogos, analisaram a organização dos espaços destinados à moradia. Abrindo o debate relativo à questão, destacamos as reflexões referentes à segregação residencial realizada pela Escola de Chicago. Para Park¹⁷(1916), a segregação residencial é uma expressão dos gostos, da conveniência pessoal, dos interesses vocacionais e econômicos, que são mediados pela iniciativa privada. Isso ocorre porque a organização espacial das residências fica sob responsabilidade da iniciativa privada.

O campo de investigação inaugurado pela Escola de Chicago foi difundido e outros importantes pesquisadores se dedicaram a estudos relativos aos processos de fragmentação social no espaço urbano, tendo como eixo fundamental a moradia. Para Harvey (1980), o local de moradia das distintas classes sociais é definido pela renda. No caso da população de baixa renda, mecanismos constituídos por diversos agentes sociais determinam que, via de regra, sua moradia esteja situada em lugares distantes de amenidades; bem como de locais que ofereçam trabalhos com boa remuneração.

Merece registro, também, o trabalho de David Clark (1982), que evidencia que a segregação residencial é um problema relativo ao crescimento demográfico em disputa com o capital incorporador. As atividades urbanas estariam concentradas nos locais em que o preço do solo é maior e, conseqüentemente, mais valorizado. Neste cenário, a população “pobre” seria forçada a ocupar locais distante das áreas de serviços mais destacados.

A pesquisa de Manuel Castells (2014, p. 250) contribuiu para o entendimento do conceito de segregação residencial. Para ele, a segregação residencial é uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.

Segundo Corrêa (2000) a renda é uma variável que define os processos de segregação residencial. Segundo ele:

¹⁶ Dentre eles estão: Park (1916); Clark (1982); Villaça (1998); Castells (2014); Corrêa (2000); Souza (2010), etc.

¹⁷ Pesquisador Norte-Americano da Escola de Ecologia Humana de Chicago em 1916.

Segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais [...] verifica-se basicamente devido ao diferencial que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e a localização (CORRÊA, 2000, p.61).

Corrêa (2000) ainda argumenta que o problema da segregação residencial reside no fato da habitação ter se tornado uma mercadoria e possuir um valor troca; o que a inseriu em um mercado especulativo comandado por agentes que buscam a reprodução do capital.

Para Souza (2010), a segregação residencial é comum no contexto da urbanização. Segundo o autor em todos os tempos existiram grupos que, pelo potencial de renda ou por questões étnicas, foram forçados a habitar áreas menos atraentes e bonitas, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

Souza (2010) reforça, também, que a segregação residencial se manifesta de maneira induzida ou espontânea. Induzida quando determinada população é compulsoriamente alocada em lugar específico: seja pelo preço do imóvel, por meio de políticas públicas destinadas à habitação popular, ou por situações de extrema pobreza, marcada pela remoção de áreas irregulares e/ou de risco, dentre outras possibilidades. Espontânea, quando a população se auto-segrega. É o que geralmente acontece com populações de alta renda, que ocupam locais privilegiados, cujo preço do solo urbano é elevado e a localização na cidade é privilegiada: com áreas verdes e uma série de outros serviços e equipamentos.

Para Ribeiro (2010) conceituar segregação residencial exige um esforço teórico que depende da maneira como avaliamos as relações sociais. Nesse sentido, ele frisa:

Podemos identificar duas concepções do conceito de segregação residencial. Primeira concebe a segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos outros grupos. Esta é a concepção clássica, cujo fundamento é a explicação ecológica da sociedade. O conceito-chave é o de distância social, que se contrapõe à idéia de mistura considerada como a forma de organização ideal. Nesta concepção, a distância espacial expressa a existência de distâncias sociais entre os grupos existentes na sociedade. Tal fato resultaria da busca dos indivíduos em se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de se resguardarem dos efeitos fragmentadores da personalidade gerados pela aglomeração e da vida na cidade. Neste sentido, a segregação residencial é produto de lógicas individuais, isto é, efeito de suas escolhas. Na segunda concepção, a segregação designa as desigualdades sociais expressas como organização do território da cidade. O espaço urbano contém um conjunto recursos importantes à reprodução das categorias sociais, na forma de bens materiais e simbólicos, mas a sua distribuição reflete as chances desiguais de acesso. O princípio normativo que

organiza esta concepção é o da justiça distributiva, já que a disposição dos grupos sociais no território e a distribuição dos equipamentos e serviços na cidade geram uma desigualdade de bem-estar social, em razão das lutas entre as categorias pela apropriação dos recursos materializados na cidade (RIBEIRO, 2010, p.12-13).

As palavras de Ribeiro (2010) trazem para a discussão a ideia de escolha. Essa escolha, ao mesmo tempo em que reflete uma “liberdade” na seleção de espaços, indica uma restrição em relação ao lugar e ao uso do solo urbano; principalmente quando inserimos a renda como variável fundamental nas relações capitalistas.

Prosseguindo nas análises relativas ao conceito de segregação residencial, temos a contribuição de Rodríguez e Arriagada (2004). Para eles, a segregação residencial é uma forma de distribuição dos grupos sociais no território. Ela é percebida por meio da distância física entre as áreas residenciais de diferentes grupos sociais. Segundo os autores, isso ocorre em função de fatores étnicos, sócio-econômicos ou religiosos.

Diante das contribuições teóricas aqui consideradas, fica evidente que a análise das manifestações concretas do processo de segregação residencial exige certa sensibilidade. Isto porque a segregação residencial pode ser percebida no interior de um empreendimento que, em tese, foi produzido para um mesmo seguimento social. É possível perceber a segregação residencial presente no interior de um mesmo condomínio fechado horizontal, por exemplo. Mello (2016) constatou que dentro de um condomínio horizontal há variações de renda territorializadas por seus habitantes. Este fato é explicitado pela localização da casa no interior do empreendimento. A diferença entre os valores dos imóveis pode ser expressiva, de acordo com os padrões e localizações dos terrenos, como proximidade de lagos e outras amenidades.

Essas evidências comprovam que a segregação residencial é dinâmica e percorre diversos contextos sociais. Não podemos esquecer que o processo de segregação residencial está inserido nas ações estabelecidas pelos agentes produtores e modeladores do espaço urbano. No próximo item analisamos o processo de segregação residencial promovido no espaço urbano de Goiânia, capital do estado de Goiás.

2.3 As ações hegemônicas e a segregação residencial no espaço urbano de Goiânia

Para analisar a dinâmica urbana de uma cidade, é necessário recorrer a seu processo de formação territorial; principalmente quando avaliamos as ações desenvolvidas

pelos agentes produtores do espaço urbano: Proprietários fundiários, Estado, Proprietários dos Meios de Produção, Promotores Imobiliários e agentes sociais excluídos.

Inserimos Goiânia neste contexto, na condição de cidade planejada marcada por contradições em sua territorialização: construção, consolidação e expansão. A história da nova capital goiana foi contemplada em várias pesquisas. Muitos são os trabalhos centrados no processo de produção do espaço urbano de Goiânia. Destacamos, aqui, os realizados por Monteiro (1938), Pastore (1984), Rassi (1985), Cordeiro (1989), Paula (2003), Moraes (2003), Motta (2004), e Moysés (2004), que estabeleceram um entendimento profundo do processo de segregação deflagrado em seu espaço urbano.

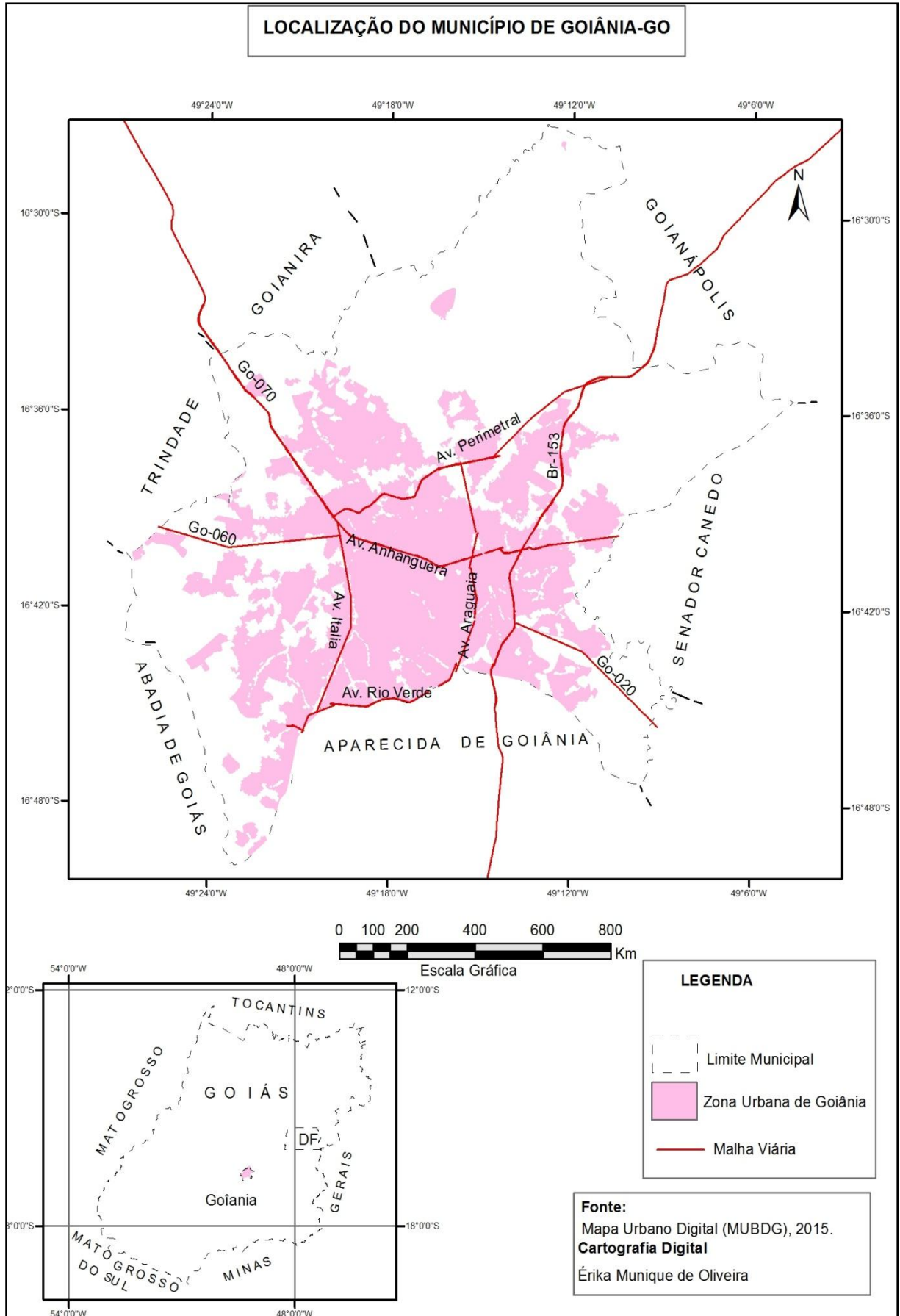
A partir das pesquisas realizadas por estes autores apresentaremos as bases que disciplinaram o uso do solo urbano e contribuíram para a produção de espaços segregados na cidade-capital goiana.

2.3.1 A expansão urbana de Goiânia até 1950

Localizada na porção central do Estado de Goiás, Goiânia foi construída para superar as estruturas do poder das oligarquias presentes na antiga capital do estado. A Revolução de 1930 estabeleceu as condições necessárias para a formulação de novos discursos e novas práticas em Goiás, sob a gestão do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira.

O interventor conduziu a edificação de uma nova capital, que deveria pavimentar os caminhos que conduziram o estado para o progresso que o aguardava (MONTEIRO, 1938). O mapa 1 indica a localização de Goiânia.

Mapa 1 – Localização do Município de Goiânia, 2017



A presença do Estado e dos proprietários fundiários foi fundamental para a difusão do processo segregador na nova capital. O trabalho de Moraes (2003) ajuda a esclarecer esse entendimento. Segundo a autora, o terreno onde foi erguido o centro tradicional da nova capital pertencia a fazendeiros que, inicialmente, doaram parte de suas propriedades para que o Estado pudesse construir a capital.

Quando Moraes (2003) destaca a “boa ação” dos fazendeiros fica evidente que estes não agiram de maneira desinteressada. Com o crescimento da cidade era evidente que as terras situadas em seu entorno seriam valorizadas e trariam vantagens para seus proprietários. Mais adiante, veremos como essas ações foram convertidas em projetos de especulação. Mas, neste momento, é importante frisar que:

Para se ter acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é a expressão de seu valor [...] isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social. O mercado será o elo, os seus mecanismos determinarão a garantia de acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do preço da terra (CARLOS, 2011, p.48).

As palavras de Carlos (2011) colocam em evidência as contradições presentes na comercialização do solo urbano. Contradições que se iniciam em Goiânia, em 1934, com a aprovação do Decreto nº. 4.739¹⁸. Segundo Monteiro (1938), Pedro Ludovico Teixeira sancionou a criação do departamento de compra e venda dos terrenos da nova capital, após a liberação do Plano elaborado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima. Fazendo isso, o Estado abriu caminhos para a especulação imobiliária, tendo como agente privilegiado a Empresa Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda.

A empresa Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda ficou incumbida de vender lotes na capital. Como parte do acordo firmado com Estado, a firma receberia terrenos na nova capital e 7% do total dos recursos arrecadados com a venda dos lotes (MORAES, 2003). Para divulgar a venda dos terrenos foi produzido um cartaz que circulou pelo país por cerca de dez anos (ver ilustração 1).

¹⁸ Nesse decreto consta o acordo firmado entre o Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira e os membros da Empresa Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. Estes ficaram responsáveis pela realização dos contratos de vendas de lotes na Cidade Capital de Goiás conforme PDIG (1992).

Ilustração 1 – Cartaz de propaganda e venda de lotes em Goiânia, 1934



Fonte: Museu Zoroastro Artiaga

A ilustração 1 demonstra a estratégia utilizada pela empresa para induzir a compra de lotes na nova capital goiana. A especulação do solo urbano foi enfatizada. O cenário apresentado por meio do cartaz promocional inibe qualquer ideia que atribua ao solo urbano uma função social.

Ao passar para os agentes imobiliários o gerenciamento da venda do solo urbano, o Estado permitiu que um processo segregador afetasse uma parcela significativa da população residente na cidade (MORAES, 2003). Segundo Bernardes (2009), o processo de ocupação de Goiânia se iniciou com a vinda dos operários da construção civil. Esses operários vieram de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e outras regiões do país para construir a cidade. Quando chegaram não havia nenhuma estrutura montada para abrigá-los.

Desta maneira, simultaneamente ao processo legalmente estabelecido para edificar a nova capital goiana, houve a ocupação ilegal de espaços a partir da ação de migrantes não amparados pelo Estado. De um lado, foram elaboradas medidas de incentivo à construção de residências para os primeiros servidores públicos, pois eles exerciam cargos na administração pública e sua presença era necessária; de outro, os migrantes edificadores da nova cidade não

foram encaminhados para acampamentos ou para algum lugar minimamente estruturado. Assim, os migrantes/operários construíram residências em lugares que, a princípio, não tinham esta destinação (CORDEIRO, 1989): muitos deles habitaram “ranchos precários” erguidos em regime de mutirão situados em áreas não urbanizadas da cidade (WILHEIM, 1969; PAULA, 2003; MOTTA, 2004; GOMES, 2007).

Motta (2004) ainda destaca que as áreas delimitadas para habitação eram divididas em duas zonas: a Zona “A”, para moradia da classe média, localizada no centro e na parte sul da cidade e a Zona “B”, destinada à classe operária, situada no norte da cidade. Contudo, esse projeto de delimitação da cidade não se efetivou; uma vez que o Estado permitiu que a classe média habitasse qualquer Zona da cidade.

Neste contexto, as ocupações precárias se estenderam por Goiânia. Os problemas de infraestrutura nos bairros criados pela iniciativa privada fizeram com que, em 1947, um código de edificações fosse aprovado¹⁹. O código responsabilizou os especuladores imobiliários pela implantação de infraestrutura nos loteamentos: pavimentação, meio-fio, rede de água e esgoto etc. Tais exigências culminaram no aumento do preço dos lotes urbanos, mas não impediram o crescimento da cidade, conforme Pastore (1984) e Motta (2004).

Dessa maneira, o processo de expansão urbana de Goiânia apresentou as discrepâncias presentes nas relações capitalistas de produção. De um lado, o Estado representava os interesses das classes dominantes e facilitava a entrada de uma pequena parcela da população em lugares privilegiados da cidade; de outro, os segmentos de baixa renda foram segregados e ocuparam áreas impróprias à moradia.

2.3.2 A expansão urbana de Goiânia de 1950 a 1970

Em 1950 Goiânia apresentou um significativo aumento de sua população urbana (ver tabela 1). O incremento da população urbana é explicado pelo êxodo rural; bem como pela expulsão de habitantes de pequenas cidades que, sem alternativa, migraram para cidades maiores com o intuito de conseguir trabalho (WILHEIM, 1969).

¹⁹ Em 12 de maio de 1947, foi aprovada a lei nº 574 do Código de Edificações de Goiânia que conferia as seguintes leis: zoneamento urbano, loteamento, uso e ocupação do solo, abrindo permissão para loteamentos feitos pela iniciativa privada (PDIG, 1992).

Tabela 1 – Crescimento demográfico em Goiânia 1940-1960

Ano	Pop.Rural	Pop. Urbana	Total
1940	29.277	18.889	48.166
1950	13.056	40.333	53.389
1960	20.046	133.462	153.505

Fonte: Rassi (1985)

A tabela 1 indica que a população urbana de Goiânia aumentou significativamente, chegando à casa dos 153.505 mil habitantes na década de 1960. Segundo Paula (2003), outros fatores colaboraram para o crescimento da população de Goiânia a partir da década de 1950, entre eles: a chegada da ferrovia (1951); política de interiorização do Governo Vargas (1951 - 1954); construção de Brasília (1956 - 1960); a pavimentação da rodovia Goiânia-São Paulo (1959) e a construção da BR-153 (1959); implantação da TELEGOIÁS (1962) e a criação das Universidades Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás em 1959 (PDIG, 1992).

Com o expressivo crescimento da população urbana houve o aumento da demanda por moradia. Segundo Wilhelm (1960), na transição das décadas de 1950 para 1960 a cidade possuía 65.813 domicílios, dos quais 30% eram formados por construções ilegais. Certamente, a grande proporção de imóveis em situação de irregularidade estava associada à especulação imobiliária no processo de comercialização do solo urbano. Sobre essa questão Gomes (2007, p.35) afirma:

O solo urbano tomado como mercadoria é uma das variáveis que comporta a expansão urbana que, em Goiânia, ocorreria deixando vazios territoriais para futura valorização [...] Ao se expandir desta maneira, o espaço urbano goianiense caracterizar-se-ia por enormes contradições, tendo de um lado um centro planejado e bem equipado, onde vive uma população abastada detentora do poder econômico e, de outro, uma periferia subequipada e desassistida, fruto da segregação, em que as camadas carentes encontram o lugar para suas moradias.

É importante enfatizar que, em meados da década de 1950, o governo municipal retirou a obrigatoriedade dos loteamentos serem vendidos com infraestrutura básica. Como resultado, numerosos loteamentos sem infraestrutura adequada foram abertos e comercializados na cidade-capital. Acerca disso, Ribeiro (2004, p.48) esclarece que:

A cidade chegou ao final dos anos 50 e início dos anos 60 completamente desfigurada e a beira do caos [...] loteamentos que não obedeciam nenhum critério técnico. Nessas áreas, houve deficiências de áreas verdes, nelas não se observaram

sequer as faixas de proteção aos córregos [...] construções feitas de forma desordenada e sem restrições de uso, fosse ele industrial, comercial ou residencial.

Ribeiro (2004) destaca ainda que as ações dos agentes especuladores não foram marcadas pela homogeneidade. Enquanto alguns loteamentos foram abertos sem grandes preocupações e balizamentos técnicos, outros tiveram como marca a presença do que era exigido pelas convenções científicas especializadas.

Para incentivar a venda de imóveis em locais distantes da área urbanizada, os agentes imobiliários utilizaram como artifício racional o sistema viário, a partir de discursos fundados na oferta qualificada de serviços públicos na área de transporte coletivo, além de outras amenidades (PASTORE, 1984).

Rassi (1985) oferece bons exemplos dessa prática. Em sua pesquisa figura o caso do Bairro Jardim Meia Ponte, loteado em 1958. Para induzir a compra dos terrenos foram apregoadas as facilidades advindas da implantação de sistema viário e transporte coletivo. Caso semelhante ocorreu no setor Urias Magalhães, conforme a referida autora.

Em relação ao transporte coletivo urbano oferecido na época, Rassi (1985) apresentou as informações contidas na Tabela 2.

Tabela 2 - Linhas do Transporte coletivo urbano em Goiânia 1948-1962

Ano	Linhas	Empresa
1948	Goiânia-Campinas	Guarani
1950	Av. Anhanguera- Av. Araguaia- Rua 20	Expresso Goiás
1952	Campinas-Goiânia- via Bernado Sayão; Campinas-Goiânia-Vila Nova	Expresso Goiás
1955-1959	Goiânia-Campinas-Anhanguera-Dergo	Santa Luíza
1962	Goiânia-Macambira- Av. Goiás	Santa Luíza

Fonte: Rassi, 1985. Dados organizados pelo autor.

De acordo com a tabela 2, as empresas responsáveis por oferecer transporte coletivo no período compreendido entre os anos de 1948 e 1962 foram às seguintes: Guarani, Expresso Goiás e Santa Luíza. As linhas existentes percorriam avenidas importantes da cidade, como a Anhanguera, a Goiás, a Araguaia, dentre outras (RASSI, 1985). Não havia nenhuma intenção, por parte das empresas, de ampliar a oferta de linhas. Isto só ocorreu em função da pressão exercida por vereadores e outros agentes políticos. Além disso, as linhas foram concedidas por meio de compensações financeiras. Todavia, as poucas linhas existentes

não impediam o crescimento horizontal da cidade. Essa assertiva é comprovada por Rassi (1985), quando ela investiga os conjuntos habitacionais que surgiram em Goiânia para viabilizar os interesses dominantes.

Segundo a referida autora (RASSI, 1985), os conjuntos habitacionais foram concentrados nas zonas Norte, Leste e Oeste, sempre distantes das áreas servidas de equipamentos e serviços públicos. Na zona leste surgiram os bairros Alto da Glória (1968), Parque das Laranjeiras (1976), Conjunto Fabiana (1979), Jardim Vitória (1980) e Jardim Mariliza (1955); na zona norte Vila Itatiaia (1977) e Bairro São Judas Tadeu (1980). Na zona oeste Vila Canãa (1970), Parque Oeste Industrial (1957), Conjunto Cachoeira Dourada (1971), Novo Horizonte (1974) e Jardim Vila Boa (1970). Esses conjuntos habitacionais foram financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e promoveram uma significativa expansão do tecido urbano da nova capital.

Em 1970 outras ações foram desenvolvidas para direcionar o processo de expansão urbana da cidade-capital. É o que será abordado a seguir.

2.3.3 A expansão urbana de Goiânia a partir de 1970

Em um cenário caracterizado por uma expressiva expansão urbana, políticas de habitação social foram pensadas para conter as ocupações irregulares que surgiam em diversas regiões de Goiânia. Dentre elas, destacamos o Plano Integrado de Goiânia²⁰ (PIDG), elaborado em 1969, pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, vinculado à empresa SERETE Engenharia S/A. O Plano apresentou três possibilidades para o ordenamento da cidade:

A primeira é um desenvolvimento linear norte-sul, paralelo a BR-153, alcançando Aparecida antes do ano 2000. A segunda é a de um desenvolvimento contínuo para Oeste-Sudoeste, abrindo-se em leque e apoiando-se em vias paralelas à Av. Anhanguera. A terceira alternativa é um desenvolvimento paralelo ao Meia Ponte, de ambos os lados da BR-153 (WILHEIM, 1969, p.254).

O Plano indica uma disciplina voltada para a contenção e direcionamento do crescimento da cidade. Em seu texto, “Goiânia: casa e terra como forças agentes”, Wilhelm (1969) não especifica qual das propostas seria implantada no espaço urbano de Goiânia, mas

²⁰ Este foi um dos três planos diretores de Goiânia, sendo o segundo plano oficializado e aprovado pela Lei nº 4523, de 31 de dezembro de 1971, que determina organização de loteamentos e remanejamentos em Goiânia.

explicita que todas elas objetivavam estabelecer uma distribuição linear das atividades comerciais; bem como proporcionar um ordenamento residencial na cidade.

Nesse contexto, foi apresentada a “Carta da Habitação de Goiânia”. Uma iniciativa que teve como aspecto fundamental definir critérios para a localização de conjuntos habitacionais na cidade. Segundo Wilhelm (1969), a Carta da Habitação de Goiânia indicou uma série de medidas para implantação de moradias, dentre elas:

- a) Convênio com as instituições COHAB, CAIXEGO, BNH, INOCOOP²¹, para o estabelecimento de critérios gerais de localização;
- b) Utilizar as construções habitacionais como força indutora de desenvolvimento da cidade neste ou naquele sentido;
- c) Desenvolvimento do espírito do mutirão e a criação de barreiras para servir de bloqueio à expansão urbana;
- d) Prioridades em pavimentação em coordenação com um novo sistema de transporte coletivo;

Tais medidas objetivaram combater os efeitos negativos de uma expansão urbana em que vigorava o comércio indisciplinado de loteamentos (PASTORE, 1984). Assim, os conjuntos habitacionais deveriam direcionar a expansão urbana da cidade. Os órgãos encarregados de promover o financiamento e construção das habitações foram o BNH (1964), juntamente com a COHAB, fundada em 1967. O primeiro financiava os loteamentos e o segundo gerenciava as construções (RASSI, 1985). Entretanto, os critérios utilizados na construção dos conjuntos habitacionais não obedeceram aos princípios definidos, inclusive no que diz respeito à localização equivocada em que os empreendimentos foram erguidos, conforme Pastore (1984) e Gomes (2007).

Levando em consideração a construção desordenada de loteamentos e as consequências dele decorrentes, em 1971 o governo municipal decide, por meio da Lei nº 4523, aprovar o plano de Wilhelm. Com a aprovação do Plano, o poder público passou exigir, novamente, infraestrutura básica para a aprovação de novos loteamentos abertos pelos agentes imobiliários. Em contrapartida, na referida data, começaram a surgir loteamentos clandestinos e irregulares, principalmente, na divisa de Goiânia com Aparecida de Goiânia, conforme Ribeiro (2004).

²¹ As siglas significam: COHAB (Companhia de Habitação do Estado de Goiás); CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás); BNH (Banco Nacional de Habitação); INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais). Esses programas fomentaram a construção dos conjuntos habitacionais em Goiânia, conforme Rassi (1985).

Ainda segundo Ribeiro (2004), em 1975, na tentativa de oferecer respostas aos problemas ocasionados com a construção de conjuntos habitacionais em áreas distantes de serviços e equipamentos públicos, foram elaboradas duas Leis²²: a primeira tratou do sistema viário e do transporte coletivo, com vistas ao atendimento das demandas dos conjuntos habitacionais, de acordo com o PDIG; a segunda impôs restrições ao uso do solo urbano, objetivando o controle do espraiamento urbano.

Entretanto, as Leis não redefiniram o movimento em curso. O ano de 1975 ficou conhecido como o início do período da “Esperança e Mudança” segundo PDIG (1992). Esse período foi marcado por um antagonismo: de um lado, houve o direcionamento de ações voltadas para melhorar o funcionamento dos transportes públicos e a oferta de lazer (PAULA, 2003); de outro, ocorreu à ampliação dos processos de segregação residencial, tendo como agente motivador os agentes privados. Estes agentes “construíram edifícios de apartamentos em áreas de consolidação e os parcelamentos do solo em municípios vizinhos, como Aparecida de Goiânia, para a classe de baixa renda. Esses loteamentos contavam com uma infraestrutura mínima de energia, transporte subsidiado e equipamentos sociais precários” (PDIG, 1992, p.42).

Dessa forma, a segregação residencial foi sendo reproduzida no espaço urbano de Goiânia, consolidando a periferia, em seu aspecto geográfico e social, como lugar de residência dos segmentos com menor renda. Já a população de maior renda continuou sendo alocada em áreas situadas privilegiadamente no contexto do tecido urbano da capital goiana. Com a concentração das camadas populares na periferia da cidade, o Estado decidiu ampliar a rede do sistema de transporte coletivo urbano (PDIG, 1992).

Assim, no final de 1975, foi apresentado o Plano de Implantação do Sistema Integrado de Transportes²³. O Plano propunha a criação da Empresa de Transportes Urbanos de Goiás/TRANSURB, que ficaria sob a responsabilidade da prefeitura de Goiânia durante 30 anos (PDIG, 1992). Em 1976, o IPLAN²⁴, em parceria com a TRANSURB e PAVICAP²⁵,

²² A primeira lei 5.019 definiu que a estrutura viária deveria estar articulada ao zoneamento proposto no plano diretor de 1971. A segunda lei 5.735 determinou uma nova legislação de zoneamento e uso do solo conforme Ribeiro (2004).

²³ De acordo com PDIG (1992), este anteprojeto foi elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner e sua equipe, que em novembro de 1975 se constituiu no primeiro projeto aprovado.

²⁴ IPLAN (Instituto de Planejamento de Goiânia), hoje sendo a SEPLAN (Secretaria de Planejamento de Goiânia).

²⁵ TRANSURB (Empresa de Transportes Urbanos de Goiânia); PAVICAP (Empresa de Pavimentação de Goiânia).

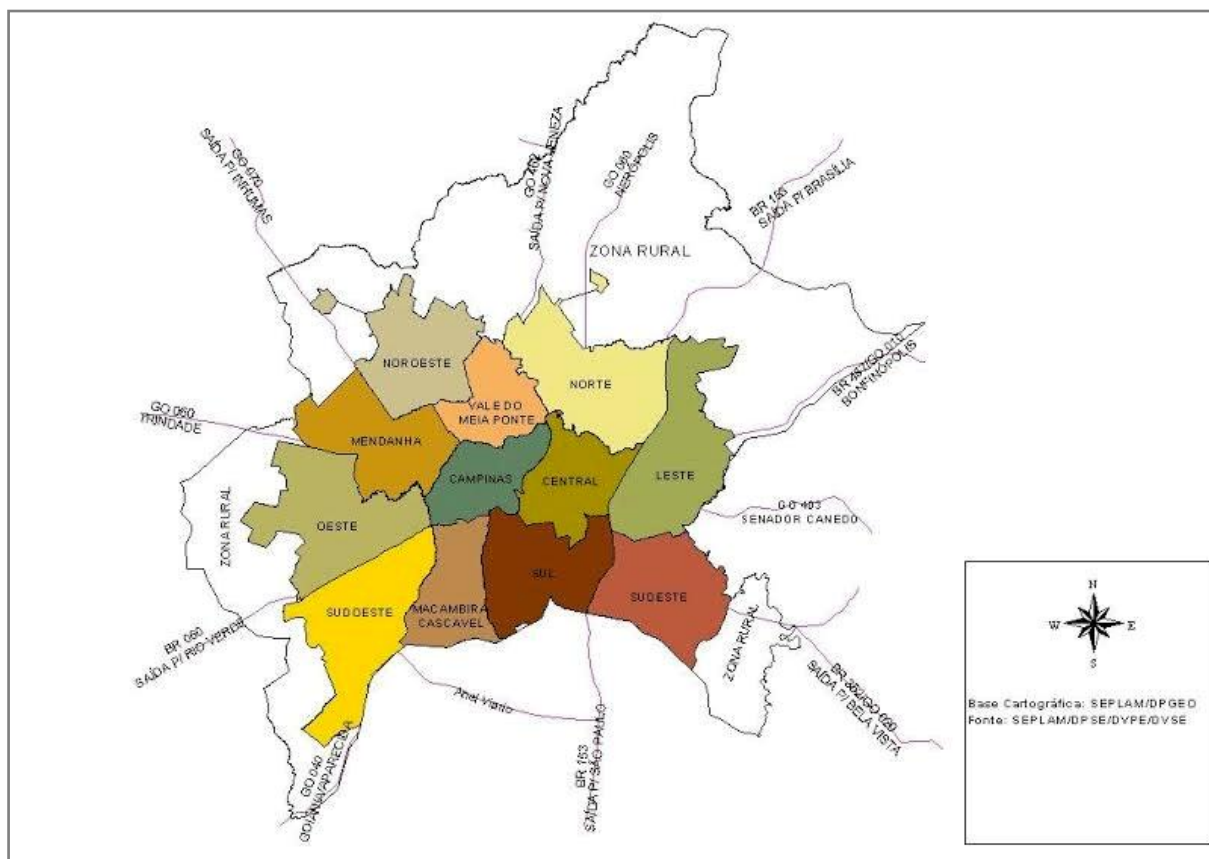
desenvolveu projetos de pavimentação das vias em que deveriam transitar o transporte público. Todavia,

A maior parte (90%) desse plano de pavimentação se deu ao sul da Av. Anhanguera. Esta via passou a ser um corredor, com pista exclusiva de ônibus e “Eixo Regional dos Serviços”. As obras de pavimentação aconteceram ao sul porque, nessa região, as vias eram mais largas e não dependiam de desapropriação [...] este plano de obras de pavimentação deixava para trás os bairros mais adensados e próximos ao centro e avançava pelas chamadas “vias coletoras”, em direção à periferia mais longínqua [...], no entanto, podemos também observar que a região norte era mais pobre, mais densa, com menos áreas vazias e o seu sistema viário estreito e confuso (PDIG, 1992).

Em outubro de 1976, o Sistema de Transporte Integrado foi inaugurado, operando exclusivamente no Eixo Anhanguera. Em 1979, as operações se estenderam para outras partes da cidade, a partir da construção de terminais de integração e linhas alimentadoras (PDIG, 1992). Com efeito, a implantação do Sistema de Transporte Integrado beneficiou os moradores dos bairros periféricos. Mas, favoreceu também, os proprietários de terras situadas próximas dos conjuntos habitacionais, impulsionando novos parcelamentos no entorno destes empreendimentos (PASTORE, 1984).

Em se tratando do ordenamento espacial, foi estabelecida em Goiânia uma regionalização da malha urbanizada (ver mapa 2). A regionalização teve como propósito fundamental constituir Unidades Territoriais de Planejamento do Município (MOYSÉS, 2004).

Mapa 2 – Regionalização de Goiânia, 2016



Fonte: Prefeitura de Goiânia (SEPLAN), 2016.

O mapa 2 demonstra que o espaço urbano da cidade foi dividido em 12 Regiões²⁶: Central, Sul, Macambira-Cascavel, Oeste, Mendanha, Noroeste, Vale do Meia Ponte, Norte, Leste, Campinas, Sudeste e Sudoeste.

Em sua tese de Doutorado, Moysés (2004) argumenta que os discursos que sustentaram o processo de regionalização da cidade de Goiânia partiram dos problemas revelados pela urbanização acelerada da cidade; bem como do crescimento das periferias de seu espaço urbano.

Nesse sentido, o recorte regional foi fundamental para melhorar o tratamento dos dados referentes aos diversos bairros distribuídos pelo tecido urbano, visando melhorar não só o conhecimento da *urbe*; como também direcionar uma melhor distribuição de recursos na

²⁶ Cabe ressaltar que nos acervos da Biblioteca da Prefeitura de Goiânia, bem como no Plano Diretor da Cidade (1971; 1992), não existe uma data, e/ou decreto que regulamenta as Unidades Territoriais de Planejamento de Goiânia. Esta assertiva é confirmada nos trabalhos de Moysés (2004) e Resende (2013). Estes autores realizam uma discussão sobre a regionalização de Goiânia, mas não esclarecem os agentes responsáveis pela regionalização da cidade; o ano que elas foram criadas, bem como os documentos que validam a existência dessas regiões. Para tanto essa regionalização de Goiânia existe há algum tempo. Essa questão é confirmada na tese de Aristides Moysés, quando ele faz um estudo do crescimento da população da cidade capital em 1991 a 2000 a partir das 12 Unidades Territoriais de Goiânia.

cidade. Por outro lado, trabalhar as informações agregadas e/ou desagregadas facilita a gestão das ações dos diversos agentes que fazem uso da cidade diariamente (MOYSÉS, 2004). No próximo tópico abordamos a especificidade da Região Noroeste de Goiânia, área privilegiada pela presente pesquisa.

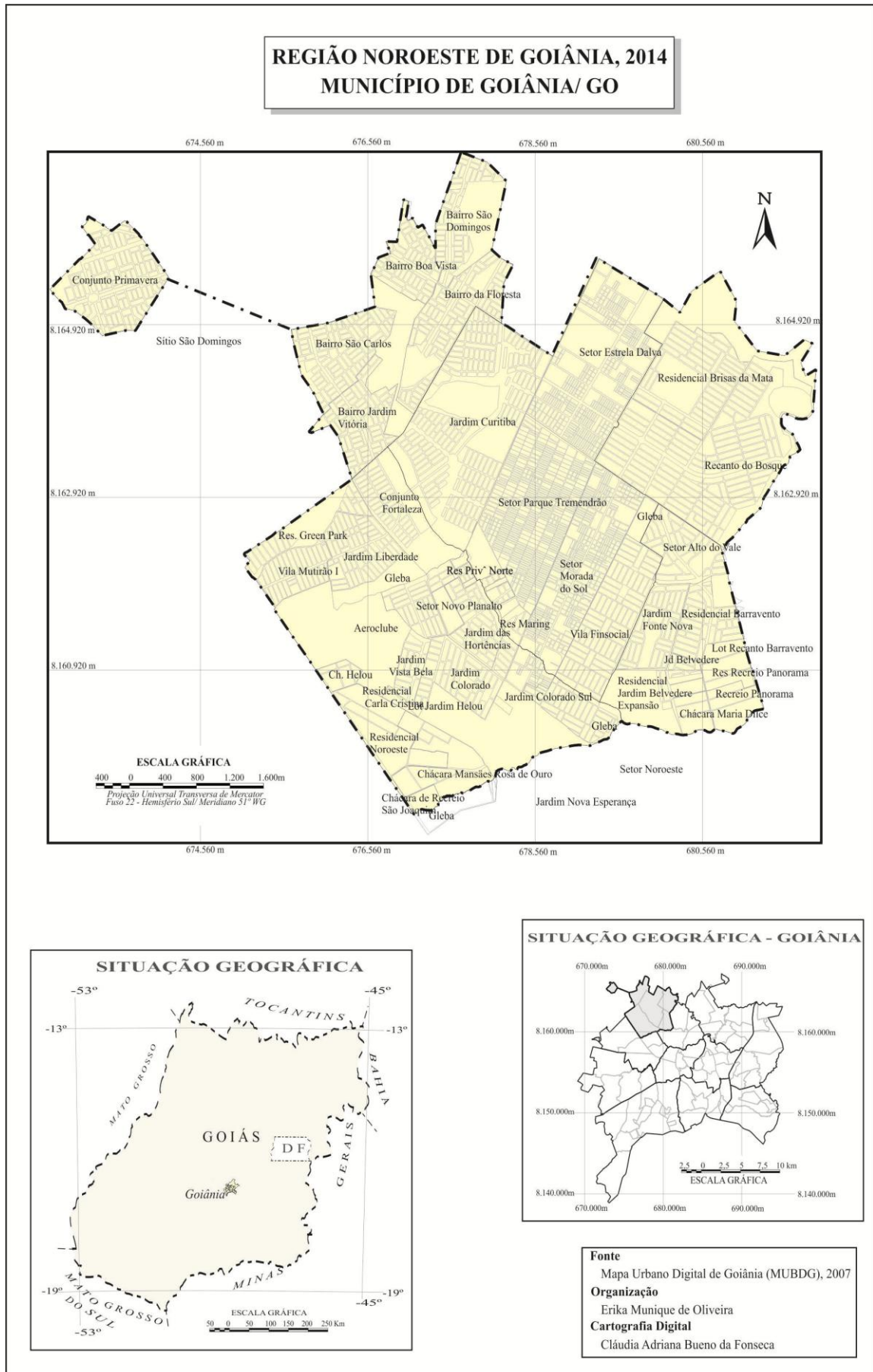
2.4 As ações oficiais e a produção de bairros segregados na Região Noroeste de Goiânia

Os agentes produtores do espaço urbano desempenham diferentes papéis na estruturação da cidade. Trata-se de um complexo jogo de interesses que visa à reprodução do capital a partir da mercantilização do solo urbano. Em um movimento de ações estrategicamente pensadas, os agentes selecionam áreas que receberam investimentos de diversas naturezas, com vistas a sua valorização (CORRÊA, 2000).

A segregação é resultado do comportamento dos agentes sociais no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Ela é produto e o espaço é o meio no qual ocorre uma ampla gama de contradições (CARLOS, 2011). Em Goiânia, o processo de segregação foi deflagrado no momento que a cidade estava sendo edificada.

As marcas desse movimento, espacialmente seletivo, estão em todas as Regiões da cidade, mas na Região Noroeste de Goiânia (Ver mapa 3) o processo segregador se faz presente de maneira mais expressiva.

Mapa 3 – Região Noroeste de Goiânia



O mapa 3 representa a Região Noroeste de Goiânia. De acordo com a SEPLAN²⁷ (2013), a Região possui uma população de 164.283 mil habitantes, distribuídos em 68 bairros. Para que essa realidade fosse construída, diversos agentes²⁸ estiveram envolvidos na produção de seu espaço urbano. Uma teia de complexas relações foi produzida a partir de ações marcadas por contradições no uso e na comercialização do solo urbano.

A Região Noroeste tem sua história marcada pela segregação de um contingente expressivo de habitantes. Por esta razão, contemplamos seu processo de ocupação, evidenciando como os agentes produtores do espaço urbano atuaram na sua produção. Cabe ressaltar que a Região era uma área rural constituída por duas fazendas: Fazenda Caveiras e Fazenda São Domingos. O próximo tópico destaca a conversão de suas propriedades rurais em área urbana marcada pela segregação residencial.

2.4.1 A Fazenda Caveiras no contexto dos bairros produzidos na década de 1980

A Fazenda Caveiras foi a primeira a ser ocupada na Região Noroeste de Goiânia. Documentos oficiais²⁹ apontam que a fazenda pertencia à senhora Maria Coracy de Moraes, que a recebeu como herança do falecido marido. A propriedade possuía aproximadamente 26 alqueires, que foram integralmente ocupados até o final da década de 1980. O processo de ocupação³⁰ foi deflagrado em 1979, por homens e mulheres – ex-trabalhadores rurais³¹ – desprovidos de moradia na área urbana de Goiânia. Para eles, a ocupação era a única maneira de adquirir um “pedaço de chão” necessário à reprodução da vida.

O contexto de ocupação revela a luta pelo direito à moradia, acompanhada de desfechos trágicos promovidos pelo confronto com as forças oficiais do Estado. Sobre essa questão, a depoente Maria de Jesus Rodrigues relata:

²⁷ Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Goiânia (SEPLAN).

²⁸ Agentes sociais excluídos; Estado; Proprietários fundiários; Promotores Imobiliários e Proprietários dos meios de Produção.

²⁹ Documentos encontram-se nos anexos. Consulte: Invasões – Goiânia (1982).

³⁰ Segundo Rodrigues (1994) ocupação é uma organização mobilizada por grupos e/ou famílias que unem para construir uma casa. Essas ocupações geralmente ocorrem em imensos vazios urbanos, ou em propriedades não loteadas. Essa prática foi a alternativa encontrada pelas famílias; motivadas pelo alto preço do aluguel ir para a fazenda caveiras em busca da casa própria.

³¹ De acordo com Lopes (2012) as pessoas que fizeram parte do movimento de ocupação da fazenda caveiras, eram ex-trabalhadores rurais, que traziam lembranças de sua rotina de vida na roça, costumes relativamente rurais.

[...] Pois é, a nova esperança, ela se deu em julho de 79 e foi em setembro, agosto, final de agosto começo os ataques, começo a tentativa de retirada dos posseiros, né? Era uma máquina que entrava prá derrubá aqui, era um policial, né? A mando da prefeitura que chegava ali mandano o pessoal sai. [...] Na verdade aconteceu aqui de chegá policiais com cães, com metralhadoras, com máquinas. Chegaram a derrubá aqui uma, uma época, um dia, derrubaram oitenta barracos (pequena pausa) e intupiram prá mais de cem cisternas. Isso sem conta nas cercas dos lotes, né? Que eles arrancavam e derrubavam, né?[...] (LOPES, 2012, p.35-36).

A fala da entrevistada é marcada por questões emblemáticas: repressão, violência e insegurança. Como instrumento de luta e contestação, as famílias que ocuparam o terreno – que hoje é o bairro Nova Esperança – se organizaram e formaram um grupo denominado “União das Invasões³²”, cujo objetivo era garantir a permanência no local. Segundo Cruz (2015) esse grupo contou com o apoio da Igreja Católica, que ao presenciar atos violentos³³ contra crianças e idosos, resolveu apoiar o movimento e evitar confrontos com a polícia.

Evento semelhante ao da Nova Esperança marcou o surgimento de outros dois bairros na Região: Jardim Boa Sorte (1981) e Jardim da Boa Vista (1982). Lutas e resistências estiveram presentes na produção dos bairros. Por outro lado,

[...] foi fundamental para manter os moradores unidos e dispostos a resistir com a perspectiva de permanecerem na terra. [...] por isso eles não arrefeciam diante das inúmeras dificuldades encontradas: falta de condições mínimas de infra-estrutura; a distante localização de equipamentos necessários, como ponto de ônibus, para que pudessem se locomover para fora da área, visitar ou receber parentes e amigos; a falta de um armazém, mesmo dispondo de outros recursos, onde pudessem fazer pequenas compras; a inexistência de um posto policial, por mais paradoxal que possa parecer, visto como um instrumento de proteção e segurança. Outra dificuldade era a possível perda de emprego, em função da longa permanência fora do local de trabalho. Assim a conquista da terra assumia relevância, constituindo prioridade número um [...] (MOYSÉS, 2004, p.280-281).

Outra prática muito comum entre os ocupantes foi o mutirão. Sempre que um “barraco” era derrubado, pela estrutura repressora do estado, todos se reuniam para reerguê-lo. Da mesma forma, as ruas foram traçadas e os lotes demarcados pelos ocupantes. Deve ser

³² A invasão é um termo pouco utilizado na academia para fazer referência a uma aquisição ilegal da terra. Na presente pesquisa utilizaremos a palavra ocupação para referenciar o movimento deflagrado pelos migrantes na Região Noroeste de Goiânia.

³³ Algumas das ações violentas resultaram na morte do fotógrafo Joel Marcelino de Oliveira, no dia 11 de junho de 1979, e no desaparecimento de uma criança, no dia 04 de outubro no mesmo ano; conforme relatório publicado pela Arquidiocese de Goiânia (1981).

destacado, ainda, a reivindicação coletiva por equipamentos e serviços públicos, como água tratada, energia elétrica, escolas e hospitais, conforme destaca Lopes (2012).

Esses fatos revelam a história das primeiras ocupações na Região Noroeste de Goiânia. A permanência dos sujeitos nas áreas ocupadas e os conflitos decorrentes da demanda por moradia de interesse social levou o Estado a tomar para si a responsabilidade conduzir as ações que se faziam necessárias para a manutenção de uma ordem mínima. O poder público decidiu adquirir o terreno pertencente à Fazenda Caveiras e oferecer loteamentos de interesse social. Nesse sentido, na primeira metade de 1982, a área foi comprada por cento e sessenta mil cruzeiros (GOIÂNIA, 1983).

O objetivo do Estado era negociar as terras com os ocupantes, por meio da compra/venda dos lotes. A proposta que foi questionada, uma vez que eles esperavam adquirir as terras por meio da doação e não da compra. A insatisfação gerou uma nova invasão na Fazenda Caveiras, reunindo mais de 2 mil pessoas na segunda metade de 1982. Foi a partir desse momento que o Estado de Goiás, “pressionado de um lado por uma liminar de um Juiz que ordenou a retirada dos invasores e por outro lado pelos próprios posseiros urbanos, que exigiam o cumprimento da promessa, optou pela criação de um novo bairro – a Vila Finsocial” (GOIÂNIA, 1983, p.5). Sobre o processo de construção da Vila Finsocial, argumenta Moysés (2004, p.299) que:

A implantação desse loteamento decorreu das pressões exercidas pelos invasores do Jardim Boa Vista. Esses pressionaram para que o poder público desapropriasse as terras ocupadas e, sob a forma de doação, as repassasse a seus ocupantes. O governo do Estado, entretanto, não atendeu às suas exigências, assentando-os em outra área da mesma Fazenda Caveiras, mas vendendo lotes aos futuros moradores.

De acordo com Moysés (2004), a Vila Finsocial foi o primeiro bairro construído pelo poder público Estadual na Região Noroeste da Cidade. Essa ação foi uma das estratégias do Estado de Goiás para conter as ocupações em Goiânia. Neste contexto, o poder público³⁴ decidiu deslocar outros posseiros para esta Região da cidade.

Em relação à infraestrutura na Vila Finsocial, Moysés (2004) ressalta que foram poucos os serviços e equipamentos públicos oferecidos pelo poder público. O mesmo destaca a oferta precária de linha de ônibus, energia elétrica, água tratada, lotes demarcados, ruas abertas, porém não pavimentadas; exceto as avenidas por onde passava o transporte coletivo.

³⁴ É importante salientar que o Governador nessa época era Ary Ribeiro Valadão e o Prefeito era Índio do Brasil Artiaga Lima, ver quadro 1 na página 58.

Este cenário indica o interesse do Estado em concentrar parte expressiva da população de baixa renda nesta Região da cidade. Contudo, a qualidade de vida do morador alocado naquele espaço urbano não foi considerada pelo poder público constituído.

Para todos os efeitos, a maior atuação do Estado de Goiás na Região Noroeste de Goiânia ocorreu em 1983, com a construção da Vila Mutirão. Essa ação desencadeou uma série de críticas, uma delas se referiu as condições naturais do local escolhido, por ser uma área rural, fértil e de preservação ambiental, conforme Riknelson (1985). Segundo o pesquisador, em conformidade com a Lei Federal nº. 6786, chamada Lei Lemem, o governo estadual não poderia construir em área rural e de preservação ambiental sem autorização da Administração Municipal.

Mas essas barreiras não impediram que o então governador do estado, Iris Rezende Machado, construísse a Vila Mutirão, uma vez que ele obteve, com facilidade, o apoio do governo municipal. O diálogo travado entre as esferas estadual e municipal pode ser percebido no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de Governantes em Goiás 1979 a 2010

Governo Estadual			
Governador	Partido³⁵	Mandato	Forma de Mandato
Ary Ribeiro Valadão	PDS	15/03/79 a 15/03/83	Nomeado
Iris Rezende Machado	PMDB	15/03/83 a 13/02/86	Eleito
Onofre Quinan	PMDB	13/02/86 a 15/03/87	Eleito
Henrique Santillo	PMDB	15/03/87 a 15/03/91	Eleito
Iris Rezende Machado	PMDB	15/03/91 a 02/04/94	Eleito
Agenor Rodrigues de Rezende	PMDB	02/04/94 a 01/01/95	Nomeado
Maguito Vilela	PMDB	01/01/95 a 04/05/98	Eleito
Naptali Alves de Sousa	PMDB	04/05/98 a 03/11/98	Nomeado
Helenês Cândido	PMDB	03/11/98 a 01/01/99	Nomeado
Marconi Perillo	PSDB	01/01/99 a 01/01/03	Eleito
Marconi Perillo	PSDB	01/01/03 a 31/03/06	Eleito
Alcides Rodrigues	PP	31/03/06 a 01/01/07	Nomeado
Alcides Rodrigues	PP	01/01/07 a 01/01/11	Eleito
Governo Municipal			
Prefeito	Partido	Mandato	Forma de Mandato
Daniel Antônio de Oliveira	MDB	10/04/79 a 30/06/79	Nomeado

³⁵ PDS – Partido Democrático Social;
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;
 PP – Partido Progressista;
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro;
 ARENA – Aliança Renovadora Nacional;
 PT – Partido dos Trabalhadores.

Índio do Brasil Artiaga Lima	ARENA	30/06/79 a 14/05/82	Nomeado
Mário Roriz	PDS	14/05/82 a 17/05/82	Interino
Goianésio Ferreira Lucas	PDS	17/05/82 a 14/03/83	Nomeado
Daniel Borges do Campo	PDS	15/03/83 a 18/03/83	Interino
Nion Albernaz	PMDB	18/03/83 a 31/12/85	Nomeado
Daniel Antônio de Oliveira	PMDB	01/01/86 a 26/03/87	Eleito
Joaquim Domingos Roriz	PMDB	23/03/87 a 17/10/88	Interventor
Daniel Antônio de Oliveira	PMDB	19/10/88 a 31/12/88	Reassumiu
Nion Albernaz	PMDB	01/01/89 a 31/12/92	Eleito
Darci Accorsi	PT	01/01/93 a 31/12/96	Eleito
Nion Albernaz	PSDB	01/01/97 a 31/12/00	Eleito
Pedro Wilson Guimarães	PT	01/01/01 a 31/12/04	Eleito
Iris Rezende Machado	PMDB	01/01/05 a 31/12/08	Eleito
Iris Rezende Machado	PMDB	01/01/09 a 01/04/10	Reeleito
Paulo de Siqueira Garcia	PT	01/04/10 a 31/12/12	Interino

Fonte: MOYSÉS, 2004; SEPLAN (2016); CASA CIVIL (2016).

As informações contidas no quadro, especialmente as que se encontram em destaque, mostram que o prefeito de Goiânia, em 1983, era Nion Albernaz. Deve ser ressaltado que ele não foi eleito democraticamente pelo povo, ao contrário, foi nomeado pelo então governador do estado, Iris Rezende Machado, e permaneceu no cargo até o final de 1985. Outra questão que merece ser destacada é a liderança do partido PMDB nas duas esferas públicas, nos anos de 1983 até 1992. No decorrer desse tópico veremos que esse período foi marcado por grandes interferências das duas esferas políticas no processo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia.

Assim, no dia 16 de outubro de 1983, mil casas foram construídas na área rural da Fazenda Caveiras, às margens da rodovia GO-070, que liga Goiânia a Inhumas, na Região Noroeste da cidade, marcando o nascimento da Vila Mutirão. Vale a pena ressaltar que a Região Noroeste está localizada na outra extremidade da cidade, em oposição a localização da Região Sul, quando consideramos a Região que mais interessava aos agentes hegemônicos no contexto da produção do espaço urbano de Goiânia, que era a Região Sul (MELLO, 2016).

O grande mutirão do PMDB, de Iris Rezende, foi um evento que contou com a presença de pessoas oriundas de outros estados e do interior de Goiás: funcionários da prefeitura, operários das grandes firmas de construção civil, parentes e amigos das famílias contempladas pela iniciativa se dirigiam à Goiânia para ajudar no erguimento das mil casas (O POPULAR, 1983). A ilustração 2 demonstra a colaboração dessas pessoas.

Ilustração 2³⁶ – Construção da Vila Mutirão em 1983



Fonte: OLIVEIRA, 1983.

As obras foram iniciadas por volta das 06:00 da manhã de domingo. “O terreno havia sido preparado, o arruamento estava pronto, os lotes demarcados, as valas feitas e as fossas negras abertas” (MARICATO, MORAES, 1985, p.2). Todo processo foi amplamente acompanhado e divulgado pela imprensa, desde a primeira hora até a última. No final da tarde, do mesmo dia, foram entregues as casas pelo então governador Iris Rezende Machado, seguido pelo seguinte discurso “[...] o maior discurso de toda a história política de Goiás foi feito hoje pelo próprio povo aqui na construção das mil casas. Hoje o povo mostrou o que pode, mostrou que quando o governante trata a coisa pública com seriedade, não lhe falta apoio popular [...]” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1983, p.2).

As mudanças ocorreram no mesmo dia, famílias deixaram as “invasões”³⁷ para ocupar as novas residências na Vila Mutirão. Contudo, os problemas logo seriam revelados no Bairro. Segundo Maricato (1986, p.4):

³⁶ No trabalho de campo realizado nos meses Fevereiro/Março de 2017 buscamos identificar na Vila Mutirão, pessoas que estão morando lá desde sua construção em 1983. Encontramos cinco pessoas, que estavam em casa no momento da pesquisa. Destas apenas uma guardava os registros da construção do bairro – sendo ele Marcos Alves de Oliveira. O morador afirmou que possuía um grande acervo de imagens; mas que foram perdidas, restando apenas estas que inserimos nesta dissertação.

O primeiro grande problema da Vila Mutirão — e, possivelmente, sua maior falha — está na localização. O núcleo de casas está situado a 14 quilômetros aproximadamente de qualquer edificação de serviço urbano. Grande parte dos moradores pobres e desempregados não tem como pagar o alto custo do transporte até a cidade (46% deles recebem menos de um salário mínimo).

O segundo grande problema era a prestação que os moradores da Vila Mutirão teriam que pagar: correspondia, na época, a 15% do salário mínimo. A maioria da população estava desempregada; outros, que tinham emprego fixo, tinham renda insuficiente para pagar a dívida (MARICATO; MORAES, 1986). Além disso, a ausência e/ou precariedade de serviços coletivos, como transporte público, dificultava o acesso ao trabalho necessário ao pagamento das prestações (OLIVEIRA, 2014).

Mas, o então governador do estado de Goiás, Iris Rezende Machado pretendia implantar mais 2.600 moradias para famílias de baixa renda. Nesse sentido, dois bairros foram construídos no entorno da Vila Mutirão. Eles receberam os nomes de Vila Mutirão II e Vila Mutirão III³⁸ (FREITAS, 2007). Após a construção das Vilas Mutirão I, II e III, outras ações foram deflagradas pelo governo estadual. Dentre elas, a construção de um novo bairro, denominado Jardim Curitiba, em 1987. Sobre essa questão, Cruz (2015, p.75) esclarece:

O assentamento do Jardim Curitiba iniciou-se em 1987 com área adquirida pela Companhia de Habitação de Goiás (Cohab), atual Secretaria Goiana de Habitação e pela Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago), ambas empresas estatais. Bairro com menor infraestrutura na gênese da ação estatal. Sem saneamento básico, asfaltamento, havia apenas uma pequena rede elétrica. Ainda hoje, e um grande loteamento irregular, mesmo com a regularização fundiária parcial e a entrega das escrituras, geralmente em momentos de intervenção estatal na Região.

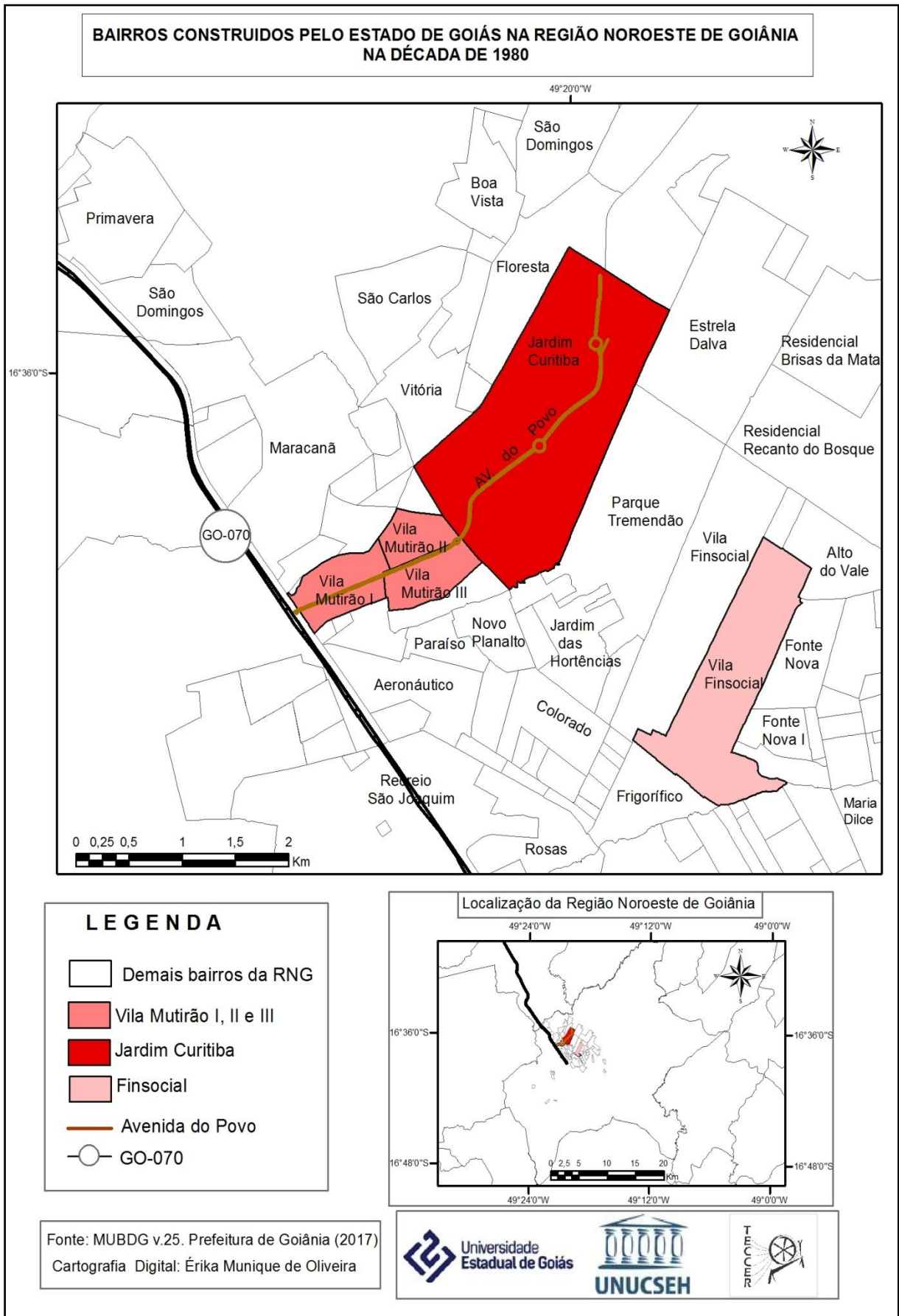
Estas iniciativas demonstram a voracidade das ações desenvolvidas pelo Estado de Goiás para isolar parte expressiva das famílias de baixa renda de Goiânia na Região Noroeste da cidade. Reforça, ainda, o caráter perverso do processo segregador evidenciado pelo não provimento de equipamentos e serviços básicos para a reprodução da vida dessa

³⁷ Uma das invasões era denominada Vila Papel, estava situada próximo ao Bairro Goiá, outra localizada no Jardim Europa. Outros locais que serviram de abrigo os migrantes goianos e não goianos na Capital foram as invasões da Vila São José, Vila Boa e Santo Hilário que atualmente são bairros de classe média. Todas as invasões receberam a visita do Governador para cadastramento das famílias no projeto do mutirão, conforme Freitas (2007).

³⁸ Esses dois eventos não foram repercutidos na imprensa nacional, talvez isso, seja uma das razões pelas quais não constam nos acervos bibliográficos da Biblioteca da Prefeitura de Goiânia, e nem nos trabalhos que foram feitos a respeito da Vila Mutirão, informações sobre o processo de construção dos bairros Vila Mutirão II e III.

população. Essas ações marcam a década de 1980, período marcado pelas primeiras habitações de interesse social: Vila Finsocial; Vila Mutirão I, II e III e Jardim Curitiba promovido pela administração pública estadual na Região Noroeste de Goiânia (ver mapa 4).

Mapa 4 – Bairros construídos pelo Estado de Goiás na RNG, 1980



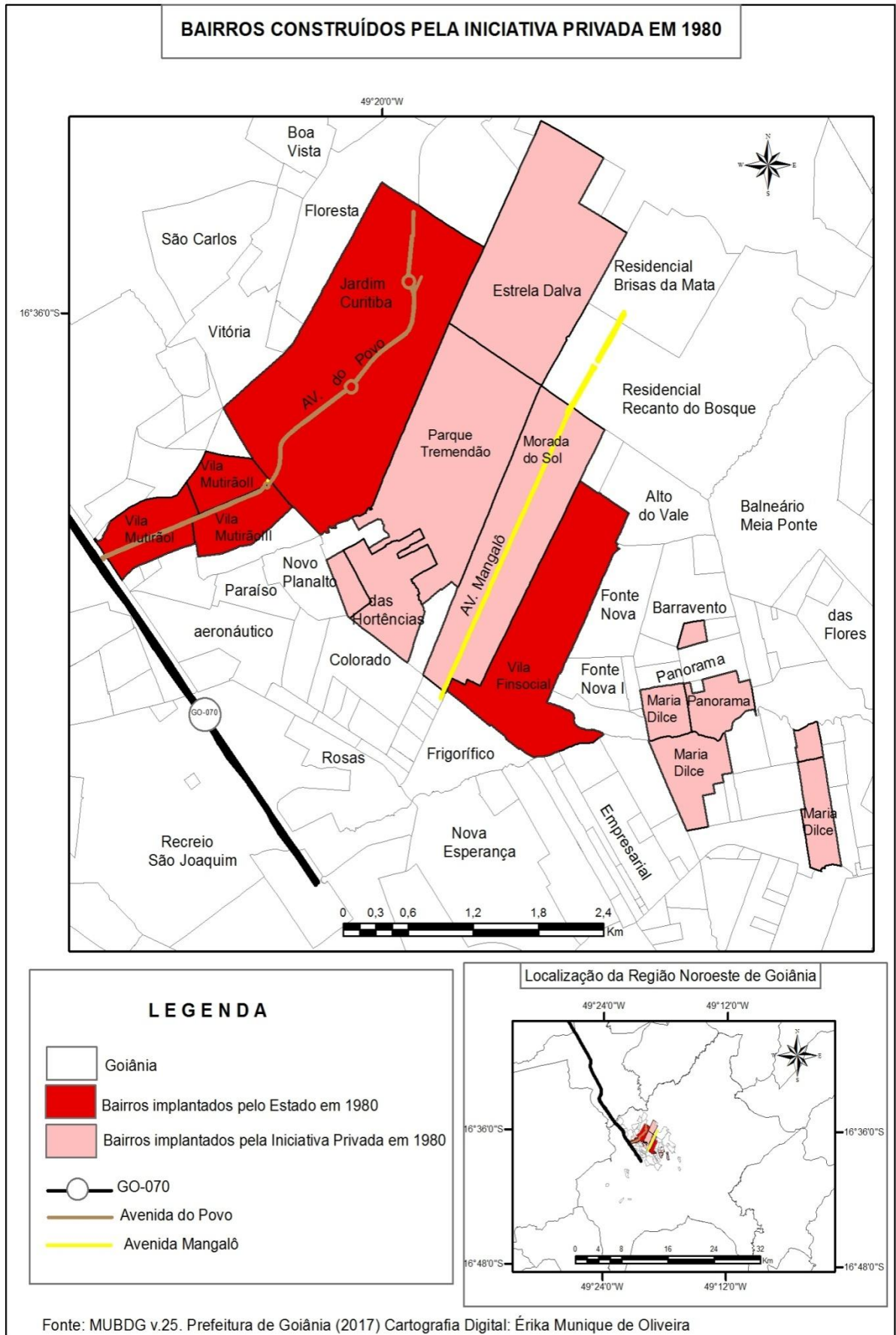
O mapa 4 representa os bairros construídos pelo Estado de Goiás na Região Noroeste de Goiânia, na década de 1980. Nota-se que os bairros implantados em 1983 e 1987, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, se concentraram bem próximos um do outro, sendo cortados pela Avenida do Povo. A intenção dessa via era abastecer os bairros com serviços públicos e privados: hospitais, escolas, comércios, consultórios de diversas naturezas e lojas: em um futuro não muito distante (O Popular, 1983).

Dessa forma, pode-se afirmar que a partir da implantação dos bairros Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, tiveram início um processo de expansão urbana da Região Noroeste de Goiânia. Certamente, isso foi previsto pelo poder público quando aprovou o bairro Jardim Nova Esperança (1979) e implantou outros bairros anteriormente citados (1983 a 1987). Nesse sentido, o adensamento de bairros nessa região repercutiu nas propriedades rurais que compunham seu entorno (OLIVEIRA, 1999). Deve ser salientado que o processo de ocupação e consolidação dos bairros da Região Noroeste de Goiânia ocorreu na propriedade rural da Fazenda Caveiras e avançou para a Fazenda São Domingos - áreas rurais distantes da área urbana de Goiânia, onde se desenvolviam atividades agrícolas e de lazer (MOYSÉS, 2004).

Devido ao ritmo do crescimento urbano no entorno das propriedades rurais, seus donos decidiram romper com as atividades agrícolas e de lazer que nelas eram desenvolvidas. Isso ocorreu porque à medida que o processo de adensamento populacional se instaurava na Região, os proprietários rurais tiveram que arcar com elevados custos com a defesa de suas propriedades (MOYSÉS, 2004).

Moysés (2004) ainda destaca que os bairros já consolidados contavam com infraestrutura urbana precária. Assim, as chácaras que foram convertidas em loteamentos receberam famílias de baixa renda, consolidando o processo de segregação residencial em curso. Os bairros implantados pela iniciativa privada, na década de 1980, a partir da conversão de propriedades rurais em loteamentos foram os seguintes: Chácara São Joaquim, Parque Tremendão, Morada do Sol, Maria Dilce, Recreio Panorama e Estrela D'Alva (Ver mapa 5).

Mapa 5 – Bairros implantados pela iniciativa privada na Região Noroeste de Goiânia em 1980



O mapa 5 ilustra os bairros implantados pela iniciativa privada. Estes bairros estão situados entre os empreendimentos realizados pelo poder público. Em relação à infraestrutura, os bairros não possuíam serviços e equipamentos públicos minimamente qualificados, tampouco eram marcados pela regularização fundiária (MOYSÉS, 2004). Os empreendimentos ilegais e irregulares não foram inibidos pelo poder público; uma vez que ele foi o primeiro a infringir as Leis que regulam o uso do solo urbano. A esse respeito, Moysés (2004, p. 307) afirma:

A instituição infratora, no caso, era a “administração pública”, ou seja, o Estado. Como o Estado não puni a si mesmo, abriu-se um precedente. Em consequência, surgiram vários loteamentos clandestinos e irregulares na região. À medida que o Estado chamou para si o processo de ocupação e a parcela a revelia da lei, os proprietários de sítios, chácaras e glebas de terra, que os mantiam como unidades de lazer, sentiam-se desestimulados a destinar suas propriedades para os fins a que se propunham.

As palavras de Moysés (2004) ajudam a esclarecer como os proprietários fundiários foram induzidos pelo Estado a dar prosseguimento ao processo de segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia. Isto é percebido quando constatamos que suas propriedades cederam lugar a lotes urbanos direcionados à população de baixa renda. Assim, o Estado concentrou em uma região destituída de equipamentos e serviços públicos um expressivo contingente formado pela população mais vulnerável de Goiânia.

Este entendimento é percebido na narrativa que descreve o processo de constituição do bairro Morada do Sol, quando o entrevistado Marcelo de Souza Corrêa é questionado sobre a formação do bairro. Segundo o entrevistado, este bairro surgiu no final da década de 1980, compreendendo uma área de 22 chácaras³⁹, anteriormente conhecidas como Sítio de Recreio Morada do Sol. A propriedade pertencia a Joaquim Lúcio, que a dividiu entre seus três filhos, dando origem aos loteamentos: Morada do Sol; Parque Tremendão e Estrela D’ Alva.

Os moradores do loteamento Sítio de Recreio Morada do Sol sofriam com a falta de infraestrutura básica no bairro, como: ausência de comércio, pavimentação e,

³⁹ As informações encontradas do bairro Morada do Sol foram adquiridas por meio de entrevistas com representantes do bairro e moradores da região, uma vez que a Biblioteca de documentação da Prefeitura de Goiânia não dispõe de informações a respeito do processo de construção dele.

principalmente, linha de transporte coletivo. Sobre essa questão relata Marcelo de Souza Corrêa⁴⁰:

“Sofríamos com a poeira e a lama. Na época da chuva agente sofria com a lama; na época da seca sofria com a poeira. Então era poeira e lama. Pra pegar ônibus agente tinha que andar quase dois quilômetro, não tinha linha de ônibus, né. Pra se ter uma idéia, eu tinha meus menino pequeno se eu quisesse comprar uma dúzia de banana, eu tinha que ir até o balneário, que é um setor aqui próximo, né. Pão mesmo vinha de fora, não tinha padaria aqui. Então até para comprar as coisas mais simples era difícil. Era só mato, lama, poeira e não tinha estrutura nenhuma quando eu cheguei aqui”.

A fala do entrevistado retrata as dificuldades de morar no setor. Para ter acesso aos serviços públicos, o morador tinha que se deslocar para outros bairros da cidade. Para tanto, caminhava por quilômetros até chegar ao ponto de ônibus. A poeira e a lama acabavam impedindo a passagem de veículos e, conseqüentemente, à vinda de comerciantes para o bairro.

Diante dos problemas supracitados, os moradores⁴¹ do bairro elegeram um representante para participar de reuniões com o prefeito, com o intuito de reivindicar a regularização fundiária: sem a regularização, a prefeitura não poderia investir na região, uma vez que ela não teria como justificar o investimento público.

Em relação à ausência de infraestrutura nos bairros implantados pela iniciativa privada na região Noroeste de Goiânia, cabe uma atenção especial ao que Corrêa (2000) já havia esclarecido em “O espaço urbano”. O geógrafo destacou que a preocupação desses agentes não é lotear ou vender lotes para a população carente. Quando são pressionados a vender esses loteamentos, como ocorreu no bairro Morada do Sol, eles não investem em infraestrutura urbana. Ação que fica para o Estado prover.

Nesse sentido, a pressão dos moradores do bairro Morada do Sol perante a Prefeitura de Goiânia, fez com que no dia 29 de outubro de 1999, o prefeito municipal, Nion Albernaz, assinasse o decreto nº. 2123, legalizando a área parcelada do Sítio de Recreio Morada do Sol, conforme Lei n.º 2122, de 29 de outubro de 1999:

⁴⁰ O Senhor Marcelo de Souza Corrêa é representante do setor Morada do Sol. Mora a 23 anos no bairro, sendo um dos primeiros moradores. Ele acompanhou todas as transformações que o bairro adquiriu até hoje.

⁴¹ Os moradores do bairro Morada do Sol se organizaram e fundaram a “Associação dos moradores do Morada do Sol”, nela havia um representante que era o responsável para buscar junto ao prefeito da cidade, melhorias para o bairro conforme a necessidade apontada pelos demais moradores.

Art. 1º - Fica aprovada a regularização dos parcelamentos existentes nas Chácaras Sítio de Recreio Morada do Sol, que passará a denominar-se "SETOR MORADA DO SOL", situado na Região Noroeste entre o Setor Finsocial e o Parque Tremendão, pertencente a Zona de Expansão Urbana do Município de Goiânia e inclui de acordo com a Lei Complementar nº 031/94, na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-11), com área total de 927.846,42m² (novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e seis vírgula quarenta e dois metros quadrados).

Art. 5º - Os parâmetros para o parcelamento são os seguintes: Usos admitidos - habitação unifamiliar, habitação geminada (fração ideal 150,00m²), comércio vicinal de micro, pequeno e médio portes, de Bairro, de médio porte, e geral, grupos A e B, de grande porte, somente junto a Rede Viária Básica e vias coletoras, prestação de serviço local, de micro, pequeno e médio porte e de Bairro, de médio porte somente junto à Rede Viária Básica e via Coletora e indústria inofensiva de micro e médio porte somente junto à Rede Viária Básica e vias coletoras. Atender as exigências estabelecidas para o Padrão "A, da Tabela I - Parâmetros Urbanísticos para Baixa Densidade, da Lei Complementar nº 031/94, exceto no caso de lote de esquina, onde a frente do lote será considerada a menor testada do lote, exceto o chanfro, as demais testadas serão consideradas laterais.

Art. 6º - A implantação do projeto de regularização é de total responsabilidade dos proprietários das Chácaras, do corretor, do vendedor e dos adquirentes dos lotes.

De acordo com a lei supracitada, a administração pública municipal não só decidiu legalizar o bairro Morada do Sol, como também estabeleceu algumas medidas para implantação de serviços públicos e privados. Os serviços públicos e privados deveriam concentrar-se somente na rede viária básica e/ou coletora, respeitando os limites para sua instalação. Nesse sentido, foi aberta uma via para implantação desses serviços. Esta via recebeu o nome de Mangalô⁴² e, na atualidade, é o principal eixo no qual estão centralizados os serviços públicos e privados mais importantes da Região Noroeste de Goiânia.

A década de 1990 foi marcada pela continuidade dessas ações. Deve ser destacada, neste processo, a importante contribuição dos agentes fundiários, imobiliários e dos excluídos no processo de produção do espaço. E é isso que será discutido a partir de agora.

⁴² No capítulo 3, veremos que esta via adquiriu uma grande importância para a Região Noroeste de Goiânia.

2.4.2 A Fazenda São Domingos e os bairros produzidos a partir da década de 1990

A Fazenda São Domingos era de propriedade de Marco Ney Kafuri⁴³. As ocupações na área ocorreram no início da década de 1990 e foram protagonizadas por migrantes que não conseguiram se instalar nos bairros construídos na vizinha “Fazenda Caveiras”. Essas propriedades, conforme a lei federal nº 6786, não poderiam ser ocupadas para fins de urbanização, pois eram áreas rurais de proteção ambiental e não faziam parte do Plano de Expansão Urbana de Goiânia, de acordo com as propostas apresentadas pelos Planos diretores de 1971 e 1992 (FÉLIX, 1993).

Contudo, a demanda por moradia crescia em Goiânia e fez surgir o “Movimento Luta pela Casa Própria” (MLCP)⁴⁴. O movimento era liderado pelo vereador Euler Ivo, que ficou incumbido de levar a proposta de loteamento da Fazenda São Domingos para o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN). O Vereador contou com o apoio do então governador do Estado Iris Rezende Machado (VELASCO, 1993).

Nesse contexto, no dia 21 de agosto de 1992, o governador Iris Rezende Machado, por meio da empresa pública EMCIDEC (Empresa Estadual da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social), adquiriu a área pertencente à Fazenda São Domingos para fins de loteamento de interesse social. A propriedade rural possuía 27 alqueires; destes, 17 alqueires foram adquiridos por um bilhão, quatrocentos e vinte cinco milhões de cruzeiros (GOIÂNIA, 1992).

Para viabilizar a abertura do loteamento, a empresa pública EMCIDEC enviou um ofício para o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN) solicitando a alteração do limite da zona de expansão urbana de Goiânia. O pedido não foi aceito devido as restrições presentes no PDIG (1992)⁴⁵; bem como por outros estudos realizados na área: inclusive relacionados à infraestrutura dos bairros implantados na antiga Fazenda Caveiras. Em resposta a postura negativa do IPLAN, a empresa EMCIDEC:

⁴³ No acervo da Biblioteca da Prefeitura de Goiânia, consta uma declaração de compra e venda da propriedade da Fazenda São Domingos, emitida pelo 7º Tabelionato de Notas de Goiânia, com o nome do proprietário citado. Este documento encontra-se nos anexos.

⁴⁴ Essa organização popular denominada - Movimento de Luta pela Casa Própria” (MLCP) - foi fundada pelo vereador Euler Ivo em 1991 em Goiânia (VELASCO, 1993).

⁴⁵ No PDIG (1992) consta a carta de risco de Goiânia, que determina a proibição de loteamentos nas áreas que possuem: 40% da área total representada por vegetação nativa. Conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, a área de expansão urbana deverá estender apenas no sentido oeste e sudoeste da cidade.

[...] contestou os argumentos, ratificando a demanda por habitação, considerando a faixa de renda a ser beneficiada pelo programa; e os conjuntos habitacionais edificados pelo programa eram dotados de toda infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários; que o motivo de desordenamento urbano são os loteamentos clandestinos: que a restrição da expansão urbana proposta pelo PDIG impõe dificuldades ao acesso a moradia pela população de baixa renda; e que as matas existentes e faixas de proteção seriam respeitadas e até mesmo ampliadas (GOIÂNIA, 1993, p.11).

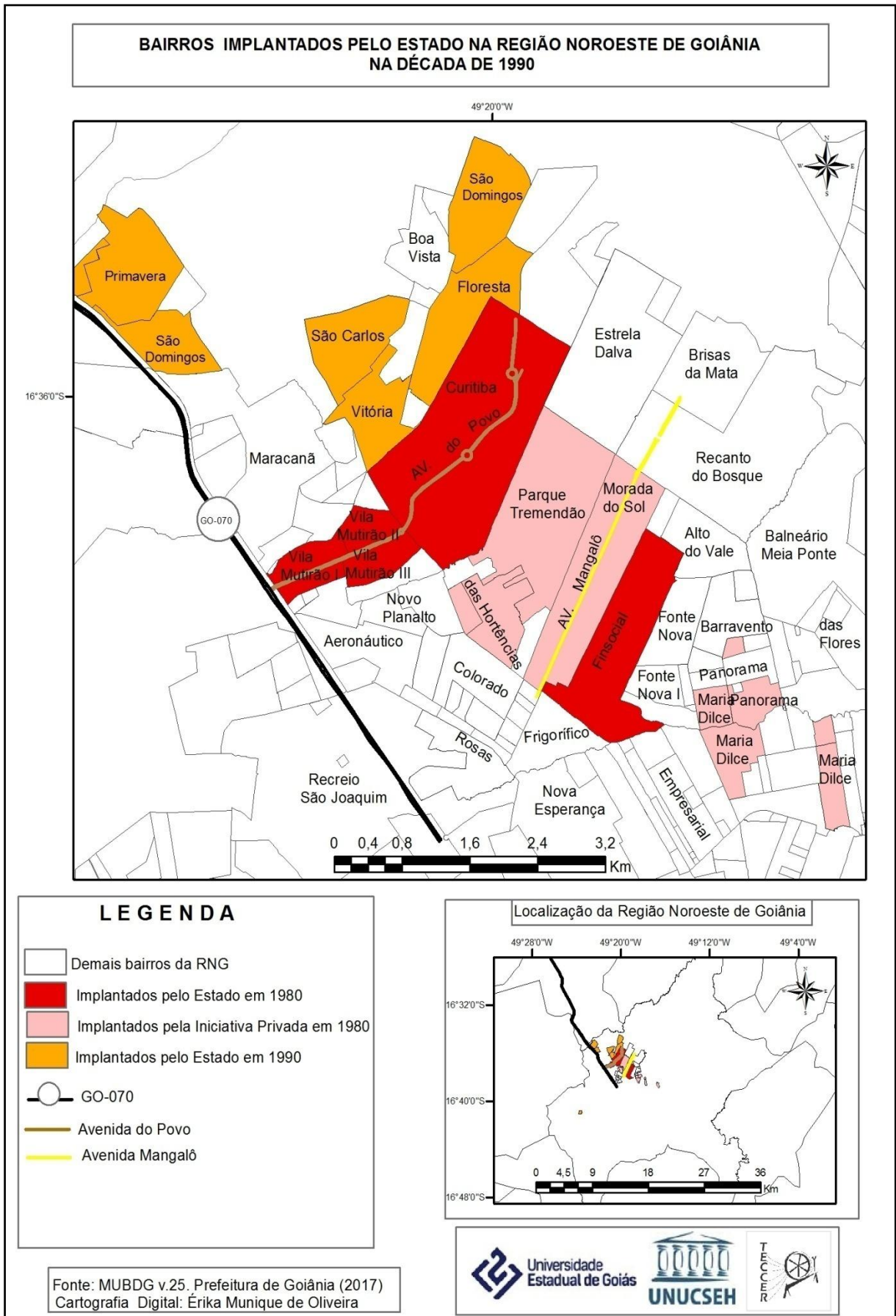
Nesta perspectiva, um embate foi constituído entre as esferas públicas estadual e municipal. Cabe ressaltar que esse evento se repetiu na década de 1990, protagonizado por outros agentes públicos. Isso porque, em 1993, Darci Accorsi (PT) ⁴⁶assumiu a prefeitura de Goiânia e, por ser oposição, empreendeu esforços para “impedir” que Iris Rezende Machado (PMDB) continuasse a reproduzir/consolidar sua imagem, de “governador do povo”; por meio da abertura de loteamentos, construção de casas populares, asfaltador de ruas; entre outras realizações que eram sua marca pessoal.

Contrariando a decisão do IPLAN (Instituto de Planejamento Urbano de Goiânia), o governador do estado, Iris Rezende Machado, fez uso de sua força política e, no dia 2 de abril de 1992, assinou uma autorização doando 1.129 lotes da Fazenda São Domingos para as famílias cadastradas no Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP), conforme documento Goiânia (1992).

Assim, o loteamento da Fazenda São Domingos contou com a ação do estado de Goiás, que originou os seguintes bairros: Vitória, São Carlos, Floresta, São Domingos e Jardim Primavera (ver mapa 6).

⁴⁶ Essa informação consta na tabela 3 que está na página 57.

Mapa 6 – Bairros construídos pelo Estado de Goiás na década de 1990



O mapa 6 permite que se tenha uma noção da repercussão espacial da nova intervenção do Estado no processo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia. É importante ressaltar que, além dos lotes, o governo estadual doou 20 milhões de tijolos para o erguimento das casas, conforme notícia publicada em “O Popular” (1993). Dessa forma, o governador Iris Rezende ampliava sua área de influência política na Região Noroeste de Goiânia. O eixo de influência direta ainda era a Avenida do Povo, mais em uma perspectiva ampliada e mais distante da via.

Essa atitude do poder público ocasionou dois grandes problemas: o primeiro de caráter social, ampliando o número de famílias de baixa renda na periferia da cidade, sem acesso a serviços e equipamentos públicos; o segundo, de natureza ambiental, que colocou em risco mananciais responsáveis pelo abastecimento de água da cidade (MOYSÉS, 1996).

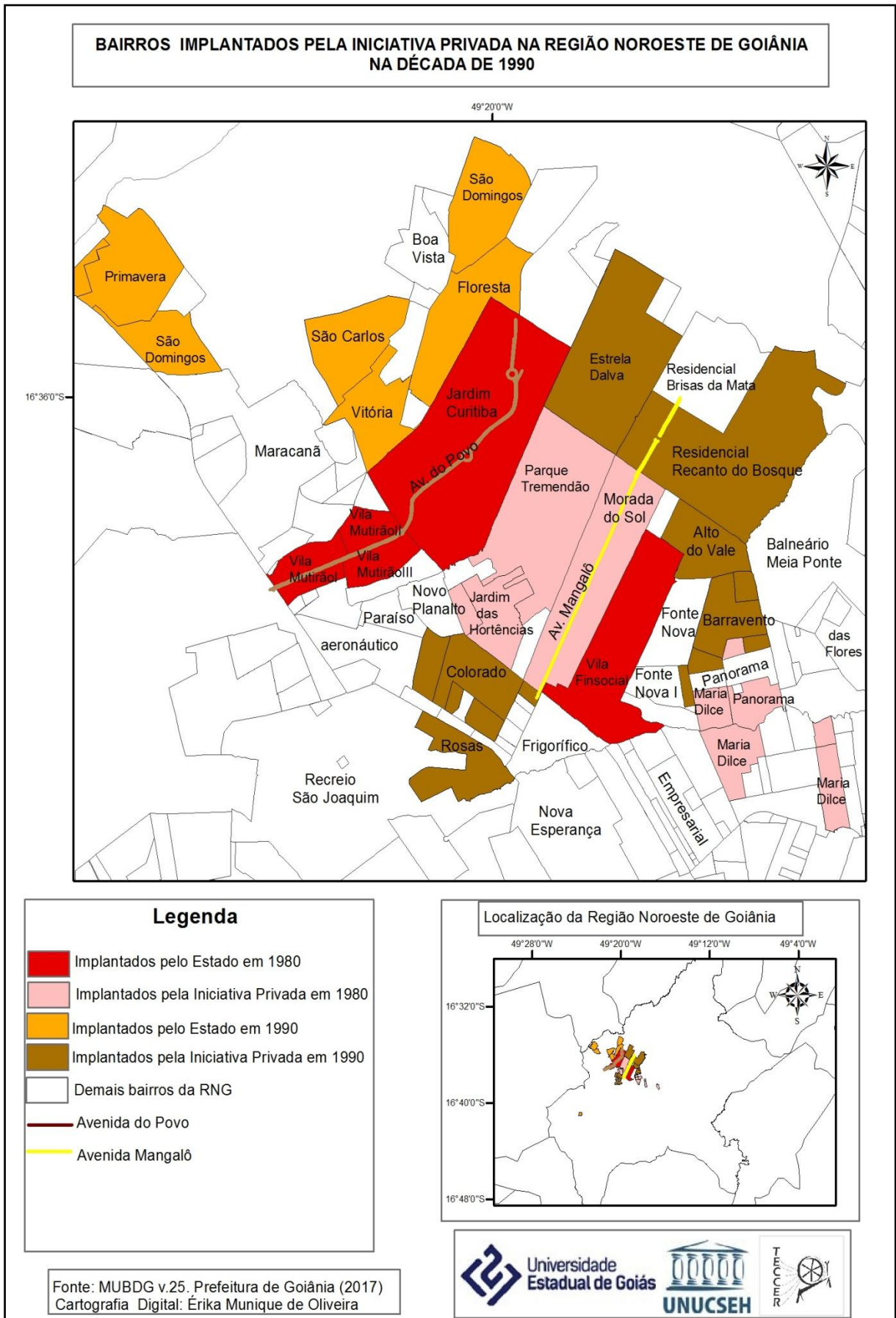
Outro aspecto que não podemos deixar de destacar, foi o caráter segregador da ação promovida pelo governo do Estado de Goiás, que submeteu a população de baixa renda a um conjunto de problemas, tais como: distância em relação à área urbanizada; ausência de saneamento básico, energia elétrica e transporte coletivo, saúde, educação, dentre outros (MOYSÉS, 2004). Outra questão importante foi o aumento das ocupações no entorno dos novos bairros implantados pelo Estado.

Eventos desta natureza marcaram a criação do Bairro Jardim Primavera: área pública formada a partir da compra da fazenda São Domingos, ocupada por 190 pessoas, no dia 29 de dezembro de 1994. De acordo com Moysés (2004) a construção desse bairro se deu efetivamente pelo Estado de Goiás na década de 1994. Mas antes mesmo do poder público doar os lotes; já havia pessoas instauradas no bairro pelo processo de ocupação.

Nesse sentido, a ocupação do bairro foi reforçada pelo poder público quando ele aprovou o loteamento e fez a doação de mais lotes para as camadas sociais. Diante do fato, o Estado novamente assumiu o controle da situação e produziu 2.102 lotes, que foram doados sem a participação efetiva da prefeitura de Goiânia (GOIÂNIA, 1992).

Mas o processo de ocupação da Região Noroeste, na década de 1990, foi marcado também por empreendimentos vinculados à iniciativa privada (Ver mapa 7).

Mapa 7 – Bairros implantados pela iniciativa privada, 1990



O mapa 7 apresenta os bairros produzidos a partir da ação direta da iniciativa privada⁴⁷, na década de 1990. São eles, Alto do Vale, Barravento, Colorado, Mansões Rosa de Ouro e Recanto do Bosque. Em relação a estes bairros, o Residencial Recanto do Bosque deve ser destacado, pois nele foram concentrados os principais serviços e equipamentos públicos e privados, quando o comparamos com os demais bairros criados na Região. Sobre essa questão argumenta Moysés (2004, p. 345).

O Residencial Recanto do Bosque é um loteamento que se diferencia dos outros, pois foi planejado urbana e ambientalmente. Possui uma avenida com pista dupla asfaltada. Conta com água tratada, mas não tem rede de esgoto, só o sistema de fossas-sumidouro. Possui coleta de lixo regular, mas parte da população deposita lixo em áreas públicas não urbanizadas e lotes baldios. Áreas Públicas e Verdes – é bem servido com áreas públicas e verdes, mas carecem de urbanização.

A especificidade que na atualidade está presente no bairro Recanto do Bosque nos conduziu a investigar sua origem. Porque o Terminal de ônibus está situado nesta localização? Justamente em uma avenida estreita como é a Avenida Mangalô – porque não foi construído na Avenida do Povo? Avenida larga que favorece as demandas de fluxo. Esses questionamentos balizaram tal investigação. Não há indícios que ele foi produzido com intuito de romper com a lógica segregadora que impera na região. Na realidade, a especificidade que o bairro apresenta é evidenciada pelos serviços concentrados em sua principal via, a Avenida Mangalô: são serviços bancários, hipermercado, franquias, Vapt-Vupt etc.

Com o objetivo de esclarecer as razões da particularidade presente no bairro, apresentamos a fala do entrevistado Marcelo de Souza Corrêa. Ele é um dos personagens importantes no processo de refuncionalização⁴⁸ deste espaço urbano.

Quando questionado sobre a construção do bairro Recanto do Bosque, Marcelo afirma que, diferente do que ocorreu nos outros bairros, todas as construções foram fiscalizadas pela prefeitura. De acordo com o entrevistado, isso ocorreu em virtude de diversos fatores, entre eles: forças político-partidárias e influências econômicas que tinham como propósito viabilizar o crescimento econômico da região. O entrevistado acrescenta, ainda, que os lotes do Residencial Recanto do Bosque foram abertos ao longo de uma

⁴⁷ O uso desse termo “iniciativa privada” ao longo desse capítulo faz referência aos proprietários fundiários, ou seja, aos donos das chácaras de Recreio que foram “obrigados” a lotear suas propriedades.

⁴⁸ Segundo Antas (2011) refuncionalização é a mudança das formas e/ou estruturas geográficas presentes espaço urbano. Tais mudanças são requisitadas pela economia e pela política.

avenida,⁴⁹ denominada Oriente. Segundo ele, esta ação foi articulada para incentivar a compra dos lotes no setor.

Com base no exposto, é possível perceber que a configuração espacial da Região Noroeste, nas décadas de 1980 e 1990⁵⁰, é produto de ações dos agentes produtores do espaço urbano apresentados por Capel (1974) e Corrêa (2000). Certamente, esta afirmação não tem o intuito de reafirmar a excelente elaboração teórica de renomados pesquisadores. A intenção é indicar como o processo de segregação residencial é marcado por uma grande complexidade. Ações marcadas pelo consenso e pelo dissenso, atuaram para a formação das densas relações presentes na segregada Região Noroeste de Goiânia. É o que está destacado no tópico que segue.

2.5 A dimensão político partidária do processo segregador

As ações materializadas pelo Estado de Goiás na Região Noroeste de Goiânia revelam um caráter político-ideológico (MOYSÉS, 2004). A produção dos bairros e a oferta de serviços e equipamentos públicos estão associadas a estratégias assumidas por agentes políticos partidários.

O populismo conduzido pelas lideranças do PMDB, a partir de 1983, tinha objetivos bem nítidos: assentar a população de baixa renda. Conceder algo que para ela era inacessível, uma moradia. Em um mesmo movimento, o estado segregou uma população vulnerável e esteticamente desagradável e produziu um expressivo “curral eleitoral” que até hoje revela sua densidade (MOYSÉS, 2004).

O PMDB se estabeleceu por meio de seu protagonista goiano, Iris Rezende Machado. Iris Rezende evidenciava sua “preocupação com as causas sociais”. A promoção da casa própria, mesmo em um lugar distante da área urbanizada, fez com que os moradores da Região Noroeste de Goiânia entendessem – e, em grande parte, ainda entendem – que Iris Rezende oportunizou a eles o direito à moradia.

Os bairros construídos na gestão do PMDB – Curitiba, Finsocial, Floresta, Primavera, São Carlos, São Domingos, Vila Mutirão I, II e III e Vitória – são marcados pela hegemonia política de Iris Rezende. Para oferecer serviços à população ali residente um

⁴⁹ Esta avenida estabelece uma ligação com a Avenida Mangalô. No capítulo 3 veremos o quanto a Mangalô foi importante para a mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia.

⁵⁰ Encerramos a discussão na década de 1990, porque os bairros que serão privilegiados no capítulo 3 foram criados em 1980-1990; tendo sido discutidos nesses dois períodos.

importante eixo viário foi aberto: a Avenida do Povo⁵¹. Nessa via foram alocados serviços e equipamentos públicos básicos.

Na tentativa de concorrer e superar com a hegemonia do PMDB nesta Região da cidade, o PSDB deflagrou no final década de 1990, um plano de enfrentamento político partidário. As ações do PSDB se fizeram presentes nos bairros produzidos pela iniciativa privada na Região Noroeste de Goiânia, especificamente nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

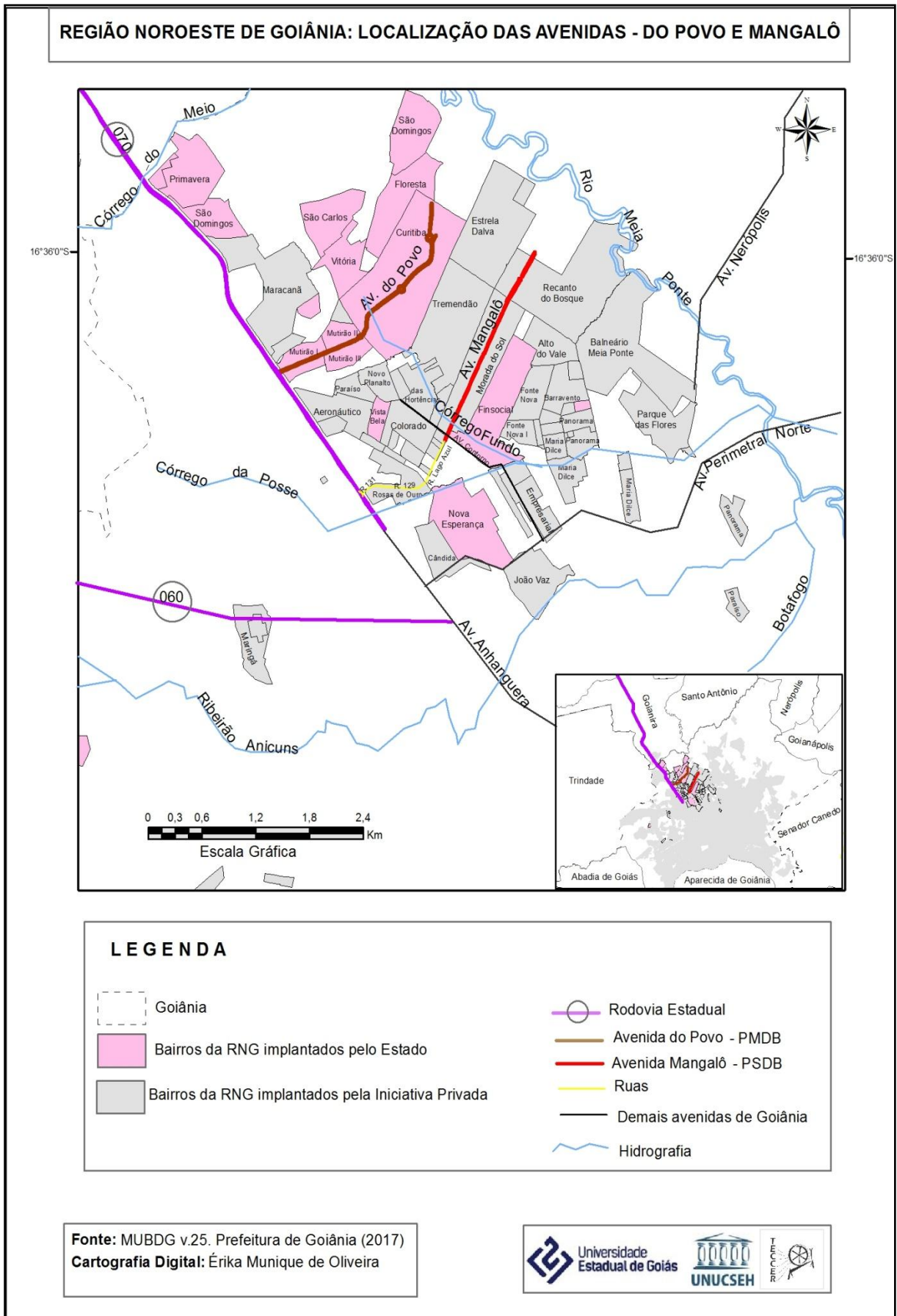
Sob o comando do PSDB um importante eixo viário foi forjado, a Avenida Mangalô⁵²: estava em curso uma engenhosa articulação para redefinir a realidade eleitoral em uma Região densamente povoada. A avenida Mangalô foi pavimentada e estruturada para se tornar uma nova centralidade na Região. Na realidade, a ideia era produzir a maior centralidade exercida no território dominado por Iris Rezende e pelo PMDB. Na nova via foram implantados equipamentos e serviços públicos de grande importância para a Região Noroeste de Goiânia.

O mapa 8 representa as duas importantes avenida. Uma produzida pelo PMDB no decorrer da construção da Vila Mutirão e do Jardim Curitiba; e a outra desenvolvida pelo PSDB como estratégia política. São elas as avenidas do Povo e Mangalô.

⁵¹ Essa via passa pelos bairros Vila Mutirão I, II e III; bem como pelo Jardim Curitiba. No próximo capítulo iremos explorar melhor essa avenida.

⁵² Essa via corta os bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. No capítulo 3 iremos falar profundamente dessa avenida - dos serviços que foram implantados; bem como as dinâmicas nela produzidas.

Mapa 8 – Localização das Avenidas do Povo e Mangalô na RNG, 2017



O mapa 8 representa espacialmente as avenidas destacadas. A intenção do PSDB, de Marconi Perillo⁵³, era estabelecer uma refuncionalização que desintegrasse a força política do líder do PMDB goiano. Ele orquestrou um ataque contra a influência que seu maior adversário político exerce na Região. As razões que levaram Marconi Perillo a esta empreitada estão parcialmente expostas na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado das eleições na Região Noroeste de Goiânia, 2014-2016

Ano	Partido	Governador	Votos	Situação no Estado de Goiás
2014	PMDB	Iris Rezende	62.880	Não Eleito
	PSDB	Marconi Perillo	33.899	Eleito
	PSB	Vanderlan Cardoso	19.622	Não Eleito
Ano	Partido	Prefeito	Votos	Situação em Goiânia
2016	PMDB	Iris Rezende	64.990	Eleito
	PSB*	Vanderlan Cardoso	29.346	Não Eleito
	PR	Delegado Waldir	13.161	Não Eleito

Fonte: TRE – Tribunal Regional Eleitoral (2017). Dados organizados pela autora.

* Partido coligado com o PSDB.

A tabela 4 indica a supremacia política do PMDB de Iris Rezende na Região Noroeste de Goiânia. Foi este o cenário combatido por meio da refuncionalização da Av. Mangalô. Esses resultados balizam o entendimento de que a disputa político partidário entre PMDB e PSDB se estabeleceu fortemente na Região por meio da produção de centralidades forjadas. Essa questão está presente no próximo capítulo.

⁵³ Eleito ao cargo de Governador do Estado de Goiás em 1999.

3 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA: UM PROCESSO MARCADO PELA MOBILIDADE ESPACIAL

Entender a mobilidade residencial, a partir da Região Noroeste de Goiânia, contribui para a compreensão de que a segregação não é imóvel. A análise de realidades concretas revela uma infinidade de deslocamentos residenciais decorrentes do movimento inerente ao processo de centralização⁵⁴ e descentralização de atividades comerciais e de serviços na cidade. Estes deslocamentos repercutem os processos de atração e expulsão produzidos por campos de forças que manifestam as forças do capital e da representação política. Lugares que anteriormente eram desinteressantes se tornam interessantes e vice-versa, a partir das ações e objetos manifestados no espaço das cidades.

Nesse sentido, a mudança provocada pela centralização e/ou descentralização das atividades altera significativamente a função espacial e o vínculo das distintas classes sociais nos espaços urbanos (HARVEY, 2005). Em sua obra, “A Questão Urbana”, Castells pontua que existe uma profunda ligação entre a renda, o ritmo da vida profissional e a mobilidade residencial. Por exemplo, se as atividades profissionais se distanciam significativamente da moradia, implicando em custos elevados com transporte, tempo gasto no trânsito – entre outras barreiras – a tendência é o deslocamento residencial de populações para um lugar mais próximo de seu local de trabalho (MENDONÇA, 2003).

Os raciocínios de Castells (2014) e Mendonça (2003) nos levam a perceber que a implantação de atividades comerciais e de serviços públicos e/ou privados em um bairro ou avenida atrai pessoas e concentra grande contingente de trabalhadores. Em algum momento trabalhadores podem ser induzidos a morar mais próximo do seu local de trabalho, em função das barreiras citadas por Castells (2014). Neste movimento, os agentes situados de maneira hegemônica utilizam recursos sofisticados para reproduzir capital a partir da mobilidade promovida por processos segregadores e centralizadores (MENDONÇA, 2003).

No presente capítulo enfatizamos uma face da segregação residencial que não é abordada frequentemente. Trata-se da mobilidade do próprio processo segregador⁵⁵. Essa

⁵⁴ Para Corrêa (2005) centralização é a concentração das principais atividades comerciais e de serviços, bem como de terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos em uma área conhecida como central. Já descentralização significa aglomeração de serviços presentes na área central para outras áreas da cidade, implicando a diminuição da acessibilidade da área central e aumento da acessibilidade a outros lugares da cidade.

⁵⁵ Sobre as pesquisas realizadas sobre a temática, ver: Castells (2014) e Mendonça (2003).

mobilidade⁵⁶ ocorre simultaneamente à mobilidade residencial e é visivelmente percebida quando se avalia a espacialização diferenciada pela renda no espaço urbano.

3.1 A mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia

Como vimos no capítulo 2, às esferas públicas estadual e municipal tiveram peso preponderante no processo segregador⁵⁷ efetivado na Região Noroeste de Goiânia. Isso não descarta a participação de outros agentes na produção do espaço urbano da Região Noroeste de Goiânia, uma vez que o processo de ocupação desse espaço foi também conduzido pelos agentes sociais excluídos, agente fundiário; agente imobiliário, que para sua efetivação contou com o apoio do Governo Estadual e Municipal para aprovação de loteamento, implantação de infraestrutura urbana, etc. Da mesma forma, quando o próprio Estado promove a construção das mil casas na Vila Mutirão ele conta com o apoio do agente fundiário para adquirir a propriedade para fins de loteamentos; é o que Corrêa (2000) chama de articulação entre os agentes da produção do espaço urbano.

Mas as intervenções do poder público adquiriram maior visibilidade a partir da construção da Vila Mutirão, em 1983, capitaneada pelo então governador do estado de Goiás, Iris Rezende Machado (PMDB). O movimento deflagrado pela construção da Vila Mutirão contribuiu de maneira significativa para ocupação acelerada da Região Noroeste de Goiânia, fazendo com que bairros⁵⁸ sem infraestrutura surgissem sem critérios técnicos adequados (MOYSÉS, 2004).

Posteriormente, a pressão dos agentes sociais excluídos por equipamentos e serviços públicos fez com que a administração estadual e municipal se fizesse presentes, de maneira tímida, nesta Região da cidade. Mas os serviços e equipamentos oferecidos ao longo do tempo não foram democraticamente distribuídos. Pelo contrário, foram concentrados em poucas avenidas, como mostra o quadro 2:

⁵⁶ Deve ser ressaltado que a segregação residencial é movida por diversos fatores entre eles: questões étnicas raciais; culturais; religiosas e por renda. Na presente pesquisa, segregação residencial por renda será um elemento privilegiado, principalmente quando associada à localização do trabalho; bem como a condição financeira do trabalhador.

⁵⁷ Como exemplo desta atuação, podemos citar o evento ocorrido em 1979, quando o prefeito Índio do Brasil Artiaga Lima (ARENA) “possibilitou” a permanência das famílias nas primeiras ocupações efetivadas no Jardim Nova Esperança. Este e outros agentes “permitiram”, ainda, que o movimento de ocupação se estendesse para outros pontos da Fazenda Caveiras, até atingir, posteriormente, os limites da Fazenda São Domingos.

⁵⁸ Para mais informações a respeito desses bairros ver capítulo anterior.

Quadro 2. Serviços Públicos Implantados Pelo Governo Estadual /Municipal Na Região Noroeste De Goiânia, 1984-2014

Serviços	Localização	Ano/Criação
Casa dos Idosos	Vila Mutirão I – Avenida do Povo	1984
Escola Municipal Ayrton Senna	Jardim Curitiba I – Avenida do Povo	1987
Colégio Estadual Nazir Safatle	Jardim Curitiba II– Avenida do Povo	1989
Escola Estadual Professor Vitor Jose de Araujo	Jardim Curitiba III – Avenida do povo	1993
Distrito Sanitário Noroeste	Vila Mutirão II – Avenida do Povo	2006
Colégio da Polícia Militar – Ayrton Senna	Jardim Curitiba I – Avenida do Povo	2007
Centro Integrado de Operações de Segurança- CIOPS	Jardim Curitiba II – Avenida do Povo	2008
2º Batalhão de Bombeiro Militar	Jardim Curitiba II – Avenida do povo	2009
Agência de Correios	Vila Mutirão – Avenida do Povo	2009
Delegacia Especializada no Atendimento à mulher da Região Noroeste	Jardim Curitiba II – Avenida do povo	2011
Unidade de Pronto Atendimento Noroeste – UPA	Jardim Curitiba I – Avenida do Povo	2016
**Terminal de Ônibus	Recanto do Bosque – Avenida Mangalô	2000
Escola Municipal Professora Leonísia Naves de Almeida	Morada do Sol – Avenida Mangalô	2004
Caixa Econômica Federal	Morada do Sol – Avenida Mangalô	2012
Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão – Vapt Vupt	Morada do Sol – Avenida Mangalô	2013
Banco do Brasil	Morada do Sol – Avenida Mangalô	2014

Fonte: Anuário Estatístico de Goiânia, 2013; Pesquisa de campo, 2016-2017.

* Consideramos os principais serviços públicos ofertados pelo Estado de a presença das esferas públicas: Estadual e Municipal. Goiás.

** No site da RMTC (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo) consta que o Estado de Goiás é um dos agentes consorciados que tem participação fundamental nos serviços ofertados pela rede..

As informações do quadro 2 demonstram que a implantação de serviços e equipamentos públicos, na Região Noroeste, se concentrou em dois eixos viários bem definidos: na Avenida do Povo e na Avenida Mangalô⁵⁹.

⁵⁹ Como vimos no tópico 2.5, estas ações efetuadas nessas duas avenidas decorreram em função da disputa política partidária entre PMDB e PSDB.

A implantação de infraestrutura urbana, pelas administrações estaduais e municipais, concentradas em duas avenidas fez com que duas centralidades – linearmente definidas – fossem produzidas na Região Noroeste de Goiânia. Estas centralidades indicam os interesses de agentes situados de maneira hegemônica no processo de produção do espaço urbano (SCHMIDT e FARRET, 1986).

Sobre a questão da centralidade, Corrêa esclarece (2005, p.123):

[...] É a existência de uma área onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transporte interurbanos e intraurbanos. Esta área, conhecida como Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial.

De acordo com Corrêa (2005), a centralidade ocorre quando uma determinada área do espaço urbano passa a concentrar serviços públicos e/ou privados, estabelecimentos comerciais e terminais de ônibus. Quando analisamos a oferta dos bens e serviços presentes na Região Noroeste de Goiânia, verificamos que eles estão concentrados na Avenida do Povo e na Avenida Mangalô.

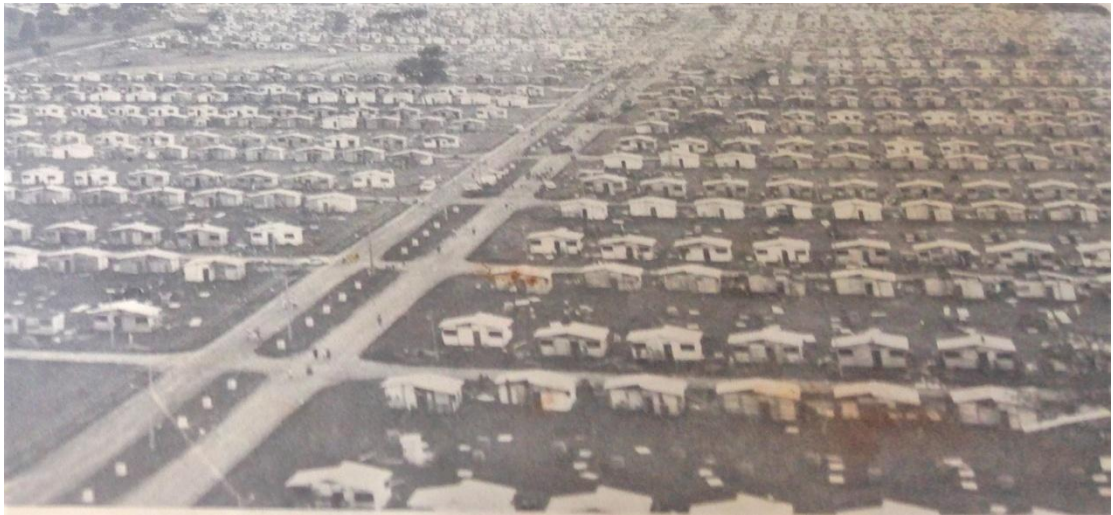
O processo de concentração da oferta de serviços e equipamentos se deu ao longo do tempo. À medida que a concentração foi se consolidando ocorreu um processo de valorização diferenciada do solo urbano nos bairros da Região Noroeste de Goiânia. As quadras mais próximas às avenidas em que os serviços e equipamentos foram concentrados foram se valorizando mais, enquanto as longínquas não foram envolvidas por um processo de valorização tão expressivo.

A diferença no preço de lotes situados na mesma Região – ou entre regiões próximas – promoveu uma mobilidade do processo de segregação. Uma área que antes era marcada pela segregação foi convertida em área na qual uma centralidade de serviços e equipamentos se faz presente. A segregação não está mais situada no mesmo lugar em uma escala ampliada.

Essa mobilidade teve como epicentro as Avenidas do Povo e Mangalô. A avenida do povo é a principal via dos bairros: Vila Mutirão I; II; III e Jardim Curitiba. Segundo o entrevistado Marcos Alves de Oliveira, quando a Vila Mutirão foi construída, Iris Rezende

Machado determinou que fosse mantido ao longo da via espaços destinados (ver ilustração 3) à implantação de unidade de saúde, escolas, delegacias e demais serviços públicos.

Ilustração 3 – Avenida do povo em 1983



Fonte: DIÁRIO DA MANHÃ, 1983.

A fala do entrevistado, somada à ilustração 3, indica que a Avenida do Povo foi engendrada para ser um importante eixo de acesso ao transporte público e demais serviços e equipamentos públicos e privados na Região Noroeste. Assim, após a inauguração da Vila Mutirão, a prefeitura de Goiânia e o Estado de Goiás iniciaram ações para consolidar a Avenida do Povo como eixo privilegiado de serviços no novo bairro (DIÁRIO DA MANHÃ, 1983).

A atitude do poder público abriu caminhos para a penetração do capital – mesmo não tão expressivo – nesta região. É possível visualizar perfeitamente essas transformações espaciais na ilustração 4.



Fonte: OLIVEIRA, Marcos Alves de, 1983; Pesquisa de Campo, 2017.

A ilustração 4 demonstra diferentes tempos e agentes sociais envolvidos no processo de produção/reprodução do espaço da Avenida do Povo. É importante destacar os momentos emblemáticos da história territorializada pela avenida: o primeiro momento foi à construção do bairro em regime de mutirão; posteriormente, a prefeitura de Goiânia, juntamente com o governo do Estado, realizou a pavimentação da via e implantou os serviços coletivos⁶⁰.

Deve ser ressaltado que não havia a intenção de distribuir serviços pelos bairros criados. A ideia era promover a concentração de serviços e equipamentos públicos e privados num eixo viário básico. Os custos com o acesso aos serviços centralizados seriam arcados pela população da Região.

Dando sequência à concentração de serviços e equipamentos públicos e privados na Região Noroeste de Goiânia; temos o caso da Avenida Mangalô. A Avenida Mangalô é a principal via dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Esses bairros foram loteados pela iniciativa privada na década de 1990. Em relação às limitações presentes no bairro, no momento subsequente a sua inauguração, Marcelo de Souza Corrêa relata:

Para se ter acesso a um banco ou vapt vupt (serviço de atendimento ao cidadão) tínhamos que ir até o centro da cidade. Até para comprar banana, pão; coisinhas pequenas era difícil porque não havia comércios aqui, só no setor Balneário, o mais próximo daqui. Sem falar que tínhamos que andar mais de dois quilômetros para chegar em uma linha de ônibus mais próxima aqui do setor.

⁶⁰ Se necessário, retome a tabela 4 na p.80 para visualizar os serviços implantados.

Nessa fala, o entrevistado expõe as dificuldades de acesso a elementos básicos para a reprodução da vida, no período anterior ao asfaltamento da Avenida Mangalô. A ilustração 5 registra momentos que antecedem e acompanham a pavimentação da via.

Ilustração 5: Avenida Mangalô no início da década de 2000.



Fonte: CORRÊA, Marcelo de Souza, 2000.

A Avenida Mangalô foi pavimentada no final do ano de 2000. É a partir daí que o poder público assume papel importante na reorganização do espaço da Avenida Mangalô. Essa reorganização se deu quando o estado de Goiás e a prefeitura de Goiânia criaram condições para a oferta de serviços básicos e especializados, por meio da implantação de infraestrutura, conforme o entrevistado Marcelo de Souza Corrêa.

Simultaneamente à pavimentação da avenida, foi construído o Terminal de ônibus Recanto do Bosque. Este terminal foi construído no início do ano de 2001, logo depois que Avenida Mangalô foi asfaltada. Ele está localizado entre os Bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque (CORRÊA, 2017). O objetivo desse terminal é alimentar a demanda de passageiros da Região Noroeste de Goiânia para outros setores de Goiânia e/ou da região (RMTC, 2017). Além disso, o terminal redirecionou o fluxo de pessoas na Região.

Como destacado no capítulo anterior, essas ações efetuadas pelo estado de Goiás e a prefeitura de Goiânia demonstram o esforço político partidário, empreendido pelo PSDB, para a superação da hegemonia do PMDB na Região.

Nesse período, ano de 2000, Nion Albernaz (PSDB) era prefeito de Goiânia, e o Governo do Estado era Marconi Perillo (PSDB). Ambos foram eleitos em 1999. Cabe ressaltar que Nion Albernaz pertencia ao partido PMDB até 1992. E nas eleições de 1996 ele

filiou ao partido PSDB, e assumiu a prefeitura em 1997 pelo mesmo partido do então Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

Com a construção do Terminal Recanto do Bosque, a Av. Mangalô se tornou a principal via de acesso ao transporte coletivo na Região. Essa assertiva é comprovada pela Tabela 3:

Tabela 3 – Terminal Recanto do Bosque - linhas, destinos e eixos, 2017

Linhas	Destinos	*Eixo
013	Centro	Av. Mangalô
143	Pq. Tremendão	Av. Mangalô
170	Universitário – Via Balneário	Av. Goiás Norte
305	Campinas	Av. Mangalô
597	Estrela Dalva	Av. Goiás Norte
036	Terminal Pe. Pelágio	Av. Mangalô
146	Terminal Pe. Pelágio	Av. Mangalô
180	Universitário – Via Rodoviária	Av. Mangalô
595	São Domingos	Av. Mangalô
718	Brisas da Mata	Av. Goiás Norte

Fonte: RMTC, 2017.

* De acordo com RMTC (2017) são linhas que possuem grande demanda de clientes que passam pelas principais vias da cidade e que ligam aos pólos de viagens ex: (Setor Campinas, Central, Shoppings Centers, Rodoviária, etc.).

Com base nos dados apresentados na tabela 3, fica constatado que a maior parte dos ônibus que saem do Terminal Recanto do Bosque percorre a Avenida Mangalô. Das 10 linhas existentes, 7 passam pela via com objetivo de ligar a Região Noroeste aos principais bairros da cidade de Goiânia (RMTC, 2017).

A centralidade produzida na Avenida Mangalô foi uma ação estrategicamente pensada pelo Estado de Goiás, que, novamente, assumiu o papel de “protagonista⁶¹” na reorganização do espaço da Região Noroeste de Goiânia. As ações efetivadas pelo Estado, sob a gestão do PSDB, foram ampliadas com a implantação do VAPT VUPT (Unidade de Atendimento do Cidadão) em 2013.

Nesse movimento, entraram em cena outros agentes que ampliaram a dinâmica da produção do espaço urbano a fim de organizá-lo e reorganizá-lo de acordo com seus interesses (CORRÊA, 2005). No próximo tópico abordamos as ações empreendidas por

⁶¹ Como se trata de um serviço de nível federal; para a vinda desse tipo de empreendimento é necessário que haja uma parceria firmada entre o Governo Estadual, Municipal e Federal, bem como estudos relativos da área para este serviço seja implantado na localização desejada. Portanto, quando inserimos o vocábulo protagonista queremos evidenciar que ele teve a intenção de trazer para o bairro esse tipo de serviço, mesmo que este pertence a outro federado.

outros agentes hegemônicos (Proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários) no processo de redefinição do processo segregador em curso na Região Noroeste de Goiânia.

3.2 Os agentes produtores do espaço urbano e a mobilidade residencial da Região Noroeste de Goiânia

No presente tópico ⁶²analisamos outros agentes que contribuíram para reorganização do espaço urbano da Região Noroeste. Nossas atenções foram centradas nas transformações produzidas na Av. Mangalô⁶³. A importância conferida a esta avenida é justificada no fato de sua centralidade estar pautada em serviços que apresentam demandas regionais: serviços de atendimento ao cidadão (VAPT-VUPT), bancos, hipermercados, dentre outros. A Avenida do Povo possui um comércio voltado a necessidades locais: mercados, padarias, açougues, dentre outros.

Quando comparamos a valorização diferenciada do solo urbano produzida na Mangalô e a comparamos com a do Povo, verificamos que existe uma expressiva diferença. Isto é percebido a partir da paisagem das casas próximas das avenidas. Casas situadas muito próximas da Avenida do Povo têm uma fachada parecida com as casas mais distantes da via. Na avenida Mangalô a diferença entre as fachadas é facilmente percebida.

Para compreender como os proprietários fundiários, promotores imobiliários e proprietários dos meios de produção atuam na refuncionalização deste espaço urbano,

⁶²Ao analisar a ação do Estado nos dois eixos viários: Avenida do Povo e na Mangalô, percebemos que a Avenida Mangalô adquiriu uma dinâmica econômica muito maior do que a do povo. E isso se deu efetivamente com a introdução do terminal de ônibus, pelos estabelecimentos bancários e com o Vapt Vupt. Esses elementos quando colocados sobre a via promoveu seu rápido desenvolvimento que deu maior visibilidade ao processo de mobilidade da segregação residencial. Nesse sentido, concentraremos nossos olhares nesta via.

⁶³ A Ênfase que foi dada a essa via, se justifica da seguinte forma: na avenida do povo tem-se uma ampla avenida de duas pistas independentes que se tornaram fundamentais, mas que não apresenta uma dinâmica de fluxos semelhante à Mangalô. A própria localização do terminal de ônibus na Avenida Mangalô, a partir de 2000, já justifica o porque dessa via ter se desenvolvido de maneira tão expressiva e ter promovido uma rápida refuncionalização dos bairros que são cortados por ela – Morada do Sol e Recanto do Bosque. Outro ponto que merece ser destacado é que no trabalho de campo realizado no ano de 2014 para a produção da monografia, verificamos que as residências situadas na Vila Mutirão, próximas a avenida do povo, são ainda ocupadas pelos primeiros moradores desde 1983. Em relação aos comércios presentes na do povo - tem serviços em sua maioria privados, mas pequenos e variados. Mas nada que oferecem a dimensão da centralidade que se fez presente na Avenida Mangalô, essas questões serão percebidas ao longo desta pesquisa.

consideramos que eles necessitaram de apoio do Estado: é a partir desta articulação que o capital é reproduzido e a centralidade almejada pelo Estado foi engendrada.

A necessidade de ampliar e/ou dar continuidade ao processo de acumulação levam os agentes representados pelo Estado a buscar novos espaços. A periferia do tecido urbano vem sendo ⁶⁴um dos espaços de atuação desses agentes (CORRÊA, 2005). Neste contexto, a Avenida Mangalô se apresenta como espaço privilegiado para o entendimento de como o capital é reproduzido por meio da apropriação do espaço urbano.

O investimento na infraestrutura viária, realizado na Avenida Mangalô, somado à introdução do Terminal de ônibus, provocou a substituição de residências, situadas na via, por salas comerciais⁶⁵. A ilustração 6 demonstra essa refuncionalização.

Ilustração 6 – Avenida Mangalô 2000-2017



Fonte: CORRÊA, M. S; OLIVEIRA, E. M, 2017.

Ao analisar a ilustração 6, percebemos que no ano de 2000 a Avenida Mangalô era predominantemente residencial. Esta situação foi alterada, mas não é obra do acaso. Ela fez parte das ações reproduzidas no espaço urbano a partir da conjugação de forças exercidas pelo Estado, proprietários fundiários e promotores imobiliários: a intenção foi ampliar a influência política e reproduzir capital.

Para assegurar a conquista de seus interesses no processo de produção/reprodução do espaço urbano, os agentes fundiários tornaram-se promotores imobiliários e realizaram

⁶⁴ Casos comprovados no Rio de Janeiro; ver Corrêa (2000), (2005).

⁶⁵ Esse movimento marcado por alterações na estrutura espacial urbana é chamado de refuncionalização (ANTAS, 2011).

campanhas publicitárias com intuito de incentivar a venda de lotes (CORRÊA, 2000). A ilustração 7 evidencia esse fato na Avenida Mangalô.

Ilustração 7 – Propaganda de lotes para fins comerciais na Avenida Mangalô, 2017



Fonte: OLIVEIRA, Érika Munique, 2016.

A ilustração 7 revela a estratégia usada pelos agentes fundiários no processo de refuncionalização da Avenida Mangalô. Edileuzo Silva da Costa, comerciante estabelecido no bairro Morada do Sol, explica que:

Há 14 anos tenho esse comércio aqui na Mangalô, o terreno aqui é alugado, tenho casa aqui no setor que é minha, moro logo ali em cima. Aluguei esse terreno aqui do Elcio Ribeiro dos Santos, ele mora no Senador Canedo. Aqui era só brejo, tinha nada não, eu que montei a estrutura do restaurante, escolhi alugar aqui na Mangalô porque sabia que isso aqui ia crescer e gera renda.

O caso de Edileuzo torna evidente que os proprietários fundiários, que possuíam lotes vagos, ao invés de venderem as propriedades preferiram alugá-las para conservar a renda obtida por meio da propriedade do solo urbano. Essa tendência, certamente, foi uma das práticas recorrente entre os proprietários fundiários e os proprietários dos meios de produção (comerciantes) que se estabeleceram na Avenida Mangalô. Alguns proprietários de terra chegaram a construir salas comerciais para assegurar o uso predominantemente comercial. Sobre isso, Edileuzo esclarece: “Depois que eu montei o restaurante aqui, há uns 14 anos

atrás, o pessoal que tinha lote aqui começou a construir sala comercial para alugar, sabe, então os que tiveram paciência para esperá o crescimento da Mangalô saíram bem”.

Em relação à comercialização de imóveis na mesma área, o entrevistado relata: *“Olha, em 2002 quando eu vim colocá meu comércio aqui, tinha muita residência, a maioria dos lotes aqui era só residência. Ai o pessoal vendeu as residências e os que compraram apostou em sala comercial, outros alugaram e foram para outros lugares”*⁶⁶.

A forma como o depoente se posiciona ao ser questionado sobre a Avenida Mangalô confirma a refuncionalização do espaço da via. Esse fato é percebido a partir do momento em que houve a “necessidade” de converter o espaço residencial em comercial. Nele, passaram a ser oferecidos serviços públicos e privados de diversas naturezas: bancos, redes de franquias, faculdades, escolas, hipermercado, dentre outros.

Morar nas proximidades da via possibilitou acesso a vários serviços inexistentes na Região Noroeste de Goiânia. Como exemplo, evidenciamos o Vapt-Vupt, que atrai a população da Região em busca de diversos serviços oferecidos em um único lugar. Vale destacar que a Avenida Mangalô não está posicionada de maneira privilegiada na Região, quando consideramos a distribuição da população. Todavia, foi ela que recebeu os serviços aqui destacados.

Quando Edileuzo da Silva Costa é perguntado sobre os fatores que contribuíram para que a Mangalô se tornasse um espaço predominantemente comercial, ele diz o seguinte: *“Ah a Região Noroeste é o maior capital eleitoral, e o pessoal optou por ela vindo das outras regiões pra cá montar comércio aqui, e a valorização da Região é muito grande né, uma valorização muito boa, melhor do que outros lugares”.*

Neste depoimento, o comerciante aponta vários elementos que em conjunto contribuíram para a refuncionalização da avenida Mangalô. Quando ele afirma que “a região é o maior capital eleitoral”, está se referindo à influência do poder público sobre a Região Noroeste de Goiânia.

Outro aspecto importante da fala é evidenciado quando ele diz *“e o pessoal vindo das outras regiões pra montar comércio aqui”*. Esta afirmação indica o papel dos proprietários dos meios de produção na mobilidade do processo segregador efetivado nos bairros que são cortados pela Avenida Mangalô. Quando “o pessoal” se insere no contexto da

⁶⁶ Trecho de entrevista realizada no segundo semestre de 2016.

avenida para se estabelecer como comerciantes, eles chegaram em um lugar que já estava habitado. Portanto eles foram atraídos para um lugar e promoveram a “expulsão” dos que lá já estavam. Os comerciantes que vieram de outros lugares para o espaço da avenida assumiram o papel de promotores de um processo de mobilidade em que a refuncionalização se faz presente.

Na atualidade, a Avenida Mangalô possui uma infinidade de comércios e serviços públicos e privados. Estes estão listados na tabela 4.

Tabela 4 - Principais comércios e serviços implantados na Avenida Mangalô, 2005-2017

Estabelecimento	Ano de inauguração	Tempo de funcionamento (ano)
Loja do Lar Móveis	2005	12
Consultório Odontológico	2004	13
Loja de Roupas	2007	10
Faculdade Noroeste	2008	9
Shopping Mangalô	2011	6
Rede de Festa	2012	5
Colégio Desafio (Unopar Ead)	2012	5
Casa de Cosmético	2012	5
Loja Claro	2012	5
Loja de Calçados	2012	5
Laboratório Núcleo	2013	4
Supermercado Bretas	2014	3
Fast Açai	2014	2
Farmácia Popular	2014	2
QG – Jeitinho Caseiro	2015	2
Subway	2015	2
Floricultura	2016	1
Moto Peças	2016	1
Centro Médico Mangalô	2016	1
Laboratório Padrão	2016	1
Banco Bradesco	2017	Menos de um ano

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

Os dados da tabela 4 revelam que muitos estabelecimentos comerciais implantados na Avenida Mangalô foram abertos recentemente. Esses estabelecimentos foram instalados numa Avenida que até o ano de 2000 era predominantemente residencial.

Com a implantação de serviços públicos e privados houve uma rápida refuncionalização na Avenida Mangalô. Neste movimento, as pessoas que moravam ao longo da avenida tiveram que “ceder” o espaço de suas residências para organização dos comércios.

Não podemos esquecer que, esses serviços demandaram um sistema viário eficiente, e principalmente, uma demanda populacional que atenda seus interesses econômicos. Na Avenida Mangalô, vimos que essas condições foram asseguradas e/ou

inseridas pelo Estado. Em se tratando do aspecto demográfico, é importante destacar que a Região Noroeste de Goiânia é considerada a terceira região mais populosa de Goiânia, segundo a Seplan (2013). De acordo com o relatório demográfico emitido pela mesma secretaria, os bairros que apresentaram crescimento demográfico entre 2000 e 2010, foram: Parque Tremendão; Jardim das Hortências; Morada do Sol e Recanto do Bosque; justamente aqueles que ficam próximo e/ou passam pela Avenida Mangalô.

Como expressão do movimento de centralização no eixo viário; bem como da refuncionalização do espaço da Avenida Mangalô, provocada pelos agentes hegemonicamente situados no processo de produção/reprodução do espaço urbano, temos a mobilidade da segregação residencial repercutida nas quadras dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Estes bairros sofrem influência direta da avenida. A proximidade com o Terminal de ônibus e com os serviços ofertados fez com que procura por casas de aluguel aumentasse e, conseqüentemente, o valor do imóvel. No próximo tópico especificamos como a mobilidade da segregação residencial se manifestou.

3.3 A Mobilidade da Segregação Residencial nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque

O presente tópico foi produzido a partir da análise dos dados do censo 2000 e 2010 ⁶⁷do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foram consideradas variáveis relativas à renda dos domicílios e das pessoas responsáveis pelo domicílio ⁶⁸. Além dos dados dos censos, foram apreciadas informações colhidas por meio da aplicação de 43 questionários ⁶⁹ nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque.

⁶⁷ É preciso ressaltar no senso de 2000 as variáveis sobre a renda contemplaram apenas o chefe de família. Já no senso de 2010, contemplaram além da renda do chefe do domicílio; a renda do domicílio. Nesse contexto, consideramos duas informações distintas: a renda do chefe do domicílio no ano de 2000; e a renda do domicílio em 2010.

⁶⁸ Segundo dados do censo de 2000 a pesquisa envolveu a renda de 3734 chefes responsáveis pelo domicílio, dividido por igual entre os bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque. Em 2010, foram pesquisados a renda de 5984 domicílios, deste total 2.992 para cada bairro.

⁶⁹ É importante salientar que a aplicação dos questionários, se deu nos domicílios localizados mais próximos da Avenida Mangalô. No bairro Morado do Sol as ruas pesquisadas foram: Rua Alvorada; Rua Bela Vista; Rua Linda Vista; Aurora; Rua Rosicler; Rua Mangabeiras; Rua Passarela; Rua da Libertação; Rua dos Sírios; Rua do Sereno; Rua Viela do Bangalô; Rua Marimar; Rua Imperial; Rua do Sol Poente. E no Recanto do Bosque: Rua recanto do Bosque; Rua do Bosque 11 A; Rua Recanto do Bosque 2; Rua Recanto do Bosque 4 (ver mapa no apêndice H).

As informações dos 43 domicílios contemplaram o histórico residencial dos habitantes, privilegiando: bairros e/ou cidade de origem, tempo de moradia anterior, tempo de moradia nos bairros pesquisados, situação de residência anterior e situação de residência nos bairros pesquisados e os motivos que levaram os entrevistados mudarem para os bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Em relação aos dados do IBGE, dos censos de 2000 e 2010, ⁷⁰elegemos as seguintes informações presentes na variável renda⁷¹: domicílios sem rendimento, domicílios com rendimento de até 3 salários mínimos e domicílios de 3 a 10 salários mínimos. Essas informações foram selecionadas com base nas maiores demandas apresentados pelos setores censitários⁷² nos censos em questão.

Nessa perspectiva, elaboramos uma cartografia dos fluxos das famílias por meio da análise da renda, estabelecendo uma comparação de sua espacialização nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque nos anos de 2000, 2010 e 2017⁷³. O trabalho com os dados do IBGE constitui uma fonte segura e permitiu analisar a espacialização diferenciada da renda nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque; bem como indicou a mobilidade do processo segregador deflagrado nos bairros em questão.

O Mapa 9 mostra a distribuição da população sem renda nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque nos anos de 2000 e 2010.

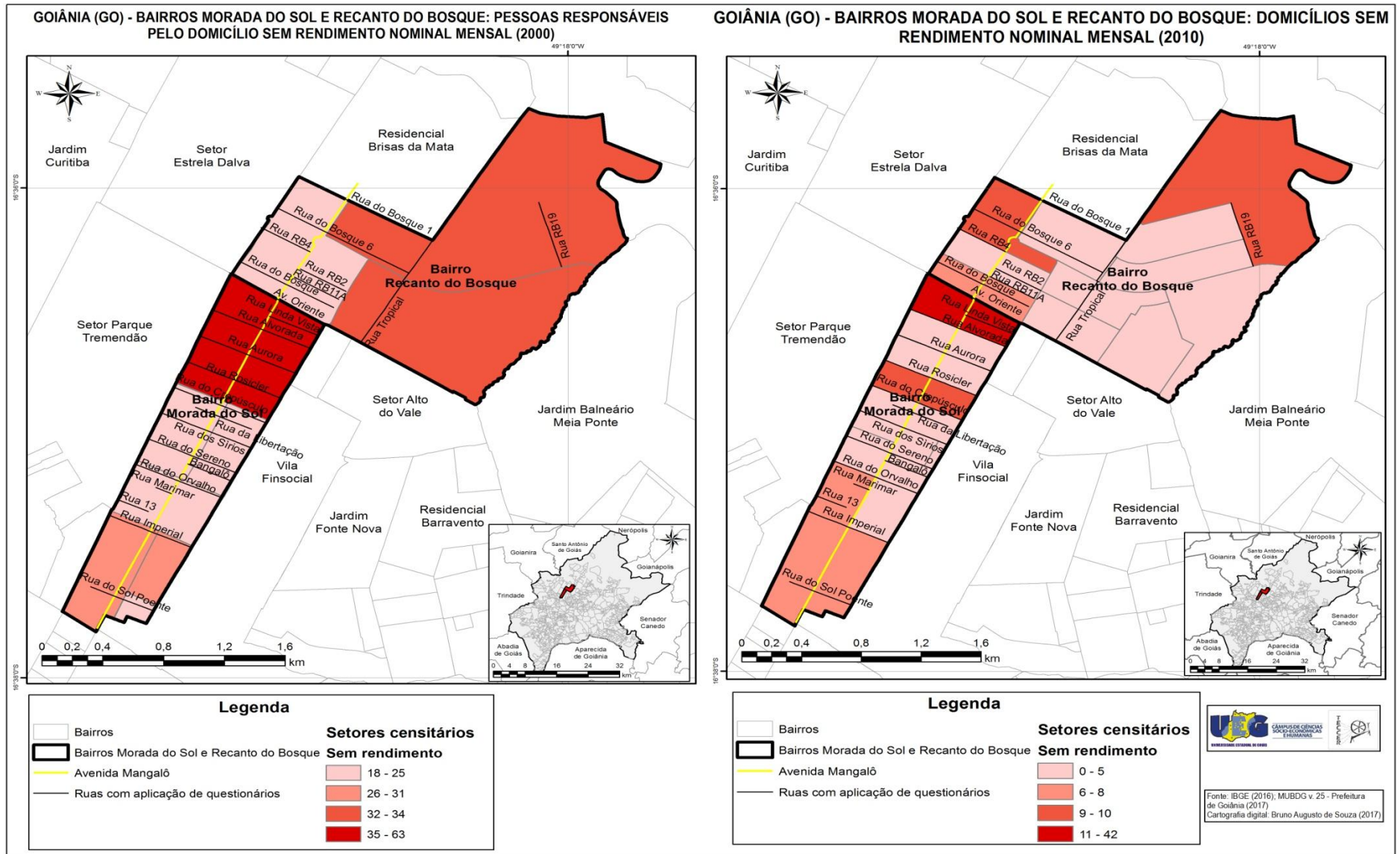
⁷⁰ O Censo de 2000 teve como data referência 01 de agosto de 2000. Já o censo de 2010 teve o dia 31 de julho de 2010.

⁷¹ É importante destacar que no censo de 2000, o salário mínimo era R\$ 151. Em 2010, o salário mínimo teve um aumento de 337%, indo para R\$ 510, conforme Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

⁷² De acordo com o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Setor censitário é a unidade territorial formada por uma área contínua, dentro de um único espaço seja ele urbano ou rural. Nesse espaço deve conter um número de domicílios que permitam o levantamento de dados.

⁷³ Os dados apresentados nesse ano foram obtidos por meio dos questionários aplicados pela autora no mês de fevereiro de 2017.

Mapa 9 – Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – sem rendimento nominal mensal 2000-2010



Ao observar o mapa 9, verificamos que no ano 2000 havia muito mais pessoas sem rendimento residindo na área contemplada do que em 2010. Em 2000, a população sem rendimento ⁷⁴se encontrava entre a Avenida Oriente e a Rua do Crepúsculo no bairro Morada do Sol. No ano de 2010, temos a presença maior dessa faixa de renda apenas entre a Avenida Oriente e a Rua Alvorada, numa proporção bem inferior à apresentada no ano de 2000. Esses resultados revelam que houve uma mobilidade da segregação residencial, manifestada pelo deslocamento da população sem renda. Isso é comprovado em 2010, quando essa faixa de renda já não se faz presente entre a Avenida Oriente até a Rua do Crepúsculo.

O deslocamento residencial da população sem renda nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque foi pressionada pela ida de outros agentes sociais em direção a esses bairros. É importante frisar que os bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque não perderam população entre os anos 2000 e 2010. Pelo contrario, a população dos dois bairros cresceram expressivamente, se destacando quando comparamos com o crescimento populacional dos outros bairros da Região (ver tabela 5).

Tabela 5 – População por bairros da Região Noroeste de Goiânia, 2000-2010

Bairros	População em 2000	População em 2010
Bairro da Floresta	5.716	5.674
Bairro Da Vitória	5.167	5.450
Bairro São Carlos	6.466	6.919
Bairro Boa Vista	3.714	4.181
Bairro São Domingos	3.022	3.039
Cond. Maiza	1.012	1.433
Finsocial	17.999	16.674
Floresta	5.716	5.674
Jd. Curitiba	18.156	17.360
Jd. das Hortências	1.672	3.325
Jd. Balneário Meia Ponte	13.486	13.705
Jd. Vista Bela/Colorado	2.583	5.988
Jd. Real	607	919
Mansões Goianas	1.204	2.010
Maringá	1.223	2.301
Morada do Sol	6.368	9.160
Parque Tremendão	8.131	12.507
Pq. das Flores	1.409	3.832
Pq. Buriti	1.081	1.196
Recanto do Bosque	4.329	15.378
Recreio Panorama	1.401	5.169
Resid. Balneário Meia Ponte	1.461	2.391
Rec. das Garças	202	800
Res. Solar Ville	1.416	4.802
Rec. Estrela D'alva	3.878	7.211

⁷⁴ A concentração maior de pessoas sem renda foi no bairro Morada do Sol, por isso que a comparação dos resultados foram discutidos com base nele.

Recr. S. Joaquim	809	1.794
Vila Mutirão I	5.037	5.087
Vila Mutirão II	6.734	6.268
Vila Mutirão III	2.932	2.663

Fonte: IBGE, 2010.

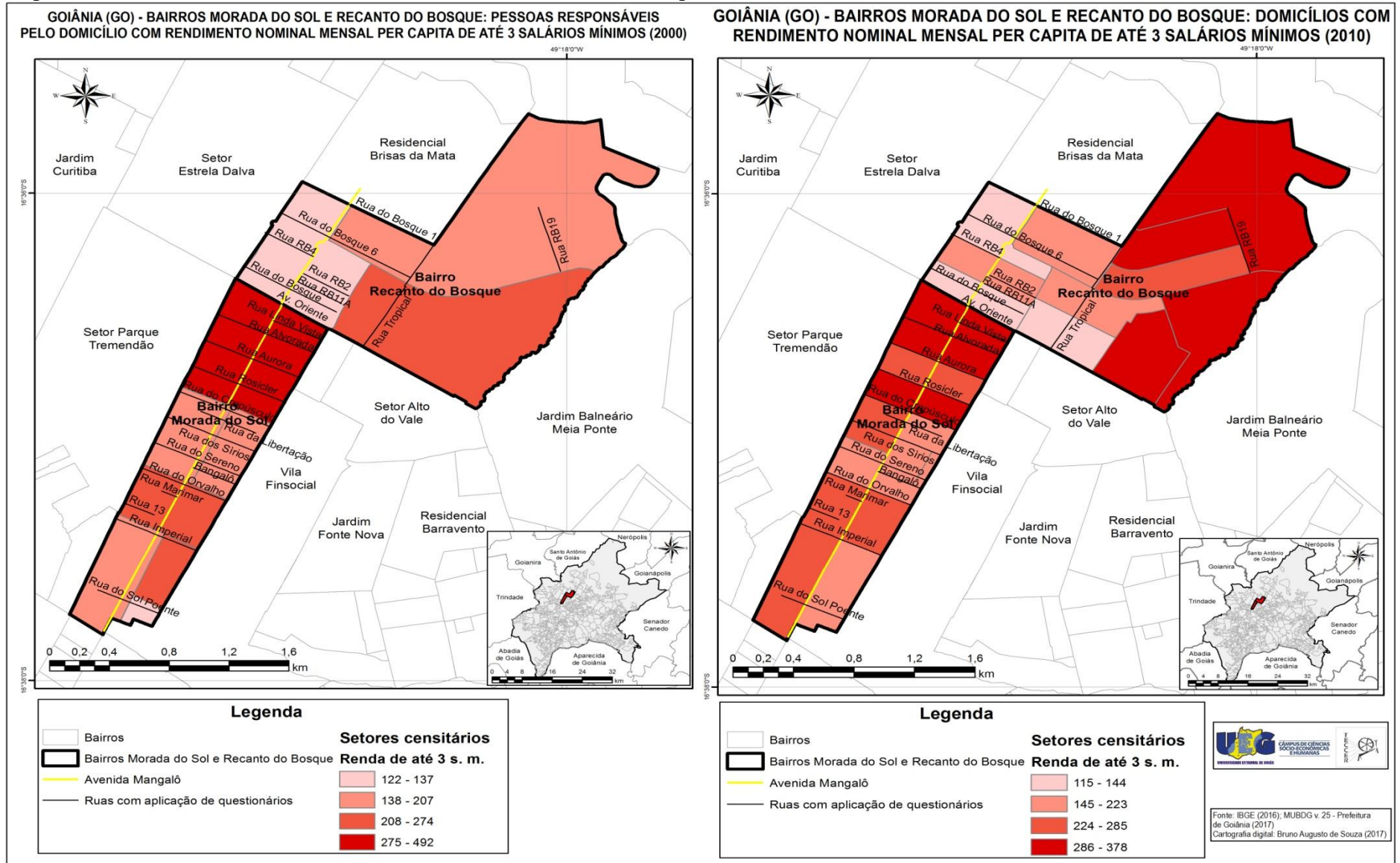
Os bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque tiveram um crescimento significativo no seu contingente populacional. A Tabela 5 também evidencia que houve um crescimento vertiginoso nos bairros que com eles fazem divisa, como foi o caso do Parque Tremendão, Residencial Estrela D' Alva e Jardim das Hortências. Como exceção aparece o bairro Finsocial⁷⁵. Uma das razões que explica isso foi o crescimento de serviços públicos e privados na Avenida Mangalô, a partir do ano de 2005⁷⁶.

Dando sequência a análise da espacialização da renda nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque, o mapa 10 representa os domicílios com renda de até 3 salários mínimos.

⁷⁵ Mais adiante veremos que, alguns entrevistados saíram do Bairro Finsocial e foram Morar no Morada do Sol e/ou Recanto do Bosque.

⁷⁶ Se necessário, consulte a tabela 6 da página 91.

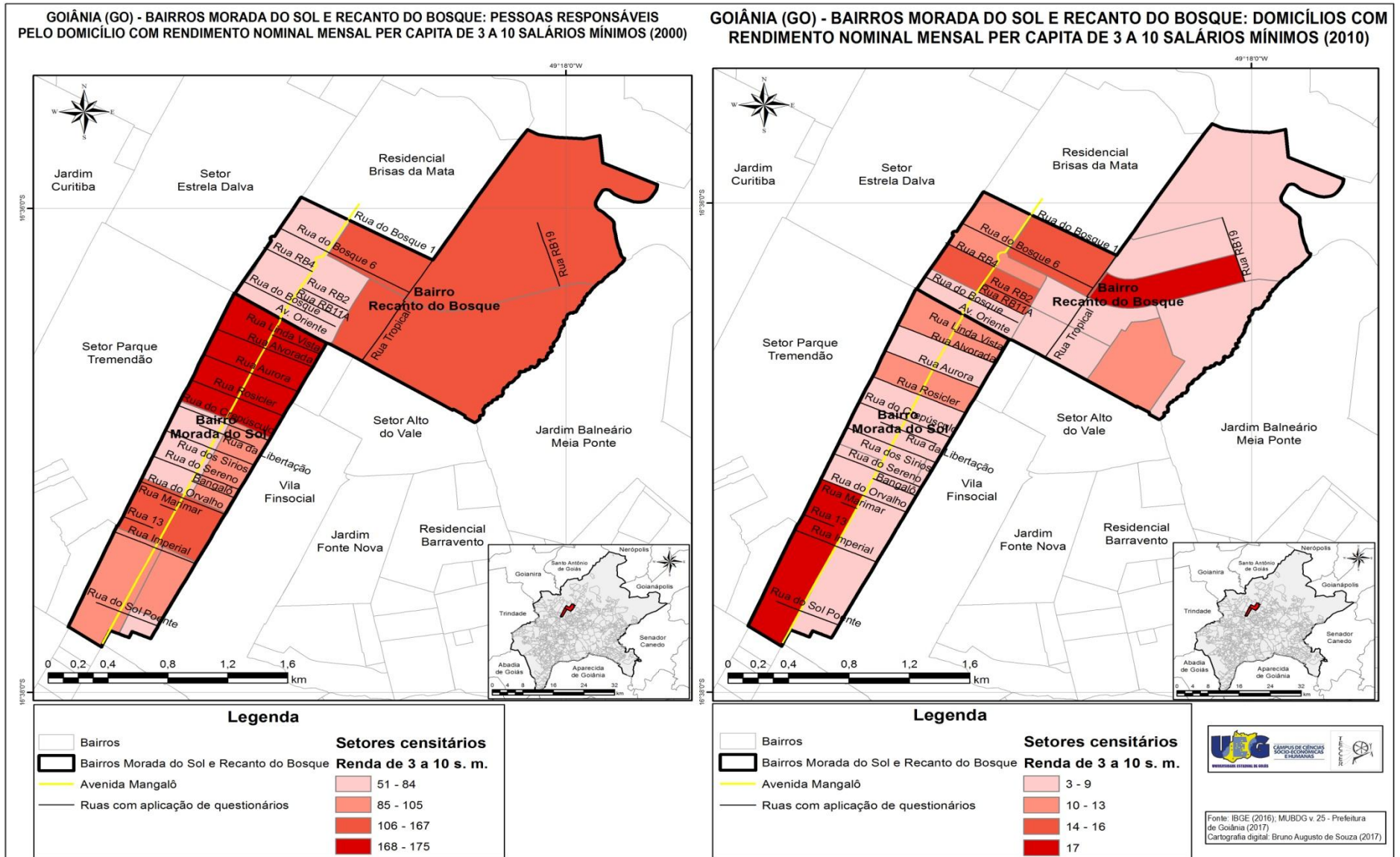
Mapa 10 – Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de até 3 salário mínimo



O mapa 10 demonstra que, em 2010, houve um significativo crescimento de domicílios com renda de até 3 salários mínimo nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Essa variação na espacialização da renda reforça a tese da mobilidade da segregação residencial manifestada nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Nessa perspectiva, o mapa 11 mostra a espacialização da renda de 3 a 10 salários mínimos nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Mapa 11 – Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de 3 a 10 salários mínimos

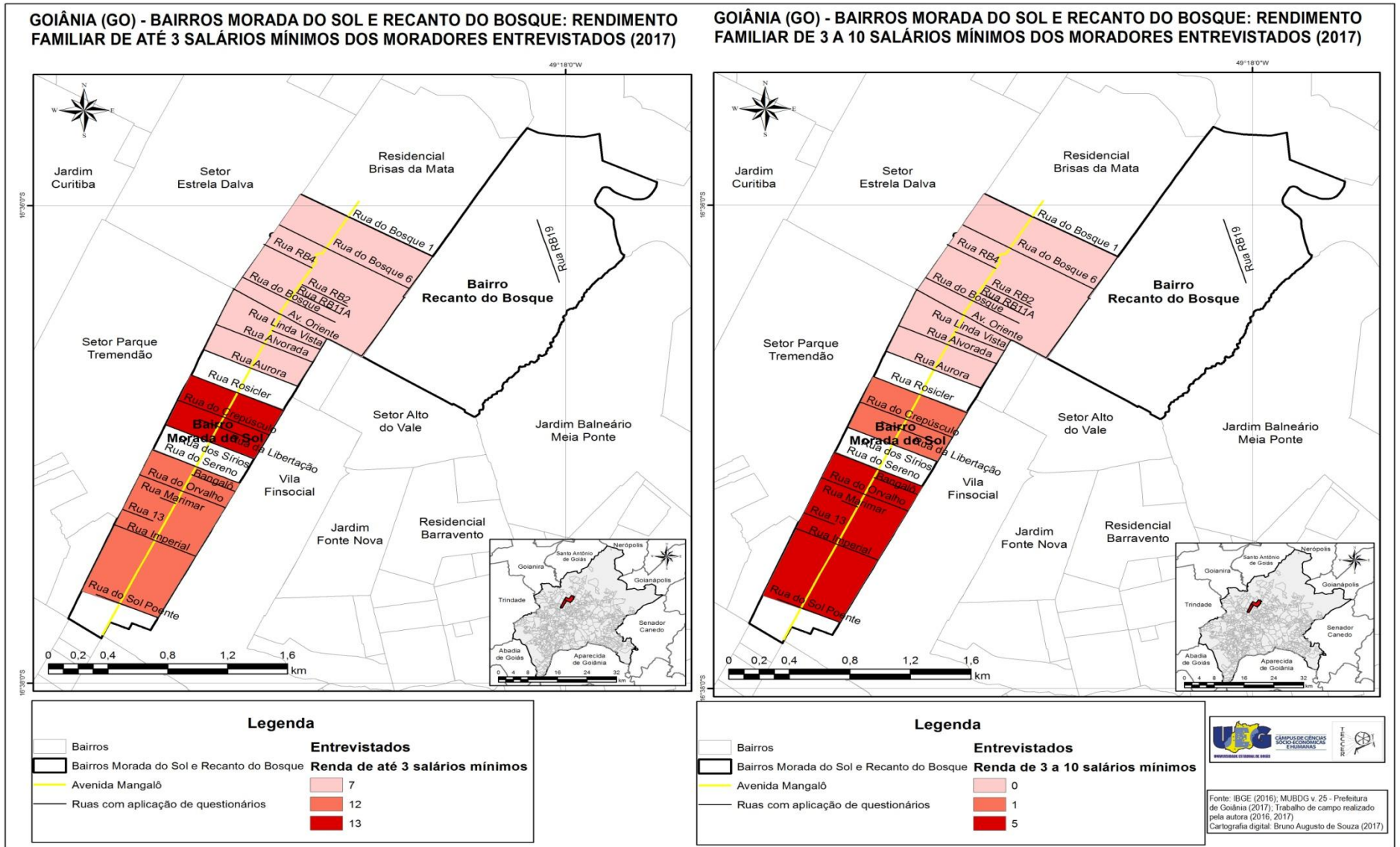


O mapa 11 segue demonstrando a continuidade da mobilidade na espacialização da renda nos Bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Em 2000 havia mais pessoas com renda de 3 a 10 salários mínimos morando no bairro Recanto do Bosque do que no bairro Morada do Sol. A maior concentração de domicílios com essa faixa de renda no bairro Morada do Sol se encontrava entre as ruas Marimar, 13 e a Imperial. No Recanto do Bosque estava concentrada nas ruas do Bosque 6 (bem próximo da Avenida Mangalô), Tropical e do Bosque 19.

Em 2010 essa situação se inverteu, tendo um decréscimo considerável de população com renda de 3 a 10 salários mínimos morando no Recanto do Bosque e um aumento de população com essa faixa de renda morando no bairro Morada do Sol, que tem todas as ruas cortadas pela Av. Mangalô; ou seja, a influência da avenida Mangalô é mais forte no bairro Morada do Sol do que no Recanto do Bosque. Desta forma, fica comprovada o aumento da renda dos residentes nas quadras próximas a esta estratégica via.

O mapa 12 demonstra a espacialização da renda da população no ano de 2017. É possível perceber que houve uma variação entre 2010-2017.

Mapa 12 – Bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Rendimento Nominal Mensal de até 3 e de 3 a 10 salários mínimos



De acordo com o mapa 12⁷⁷, a maior parte dos entrevistados que possui renda de até 3 salários mínimos se encontram espacializados entre a Rua Rosicler e a Rua dos Sírios. Outro ponto que merece ser destacado é a predominância dos domicílios com essa faixa de renda nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Em relação aos domicílios de 3 a 10 salários mínimos, percebemos que a maioria dos entrevistados com essa faixa de renda se faz presente entre a Rua do Sereno e a Rua do Sol Poente. Esses resultados comprovam a existência de uma mobilidade da segregação residencial deflagrada nos anos de 2000, 2010 e 2017. O tópico seguinte caracteriza os moradores dos bairros aqui evidenciados.

3.3.1 Caracterização dos moradores dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque

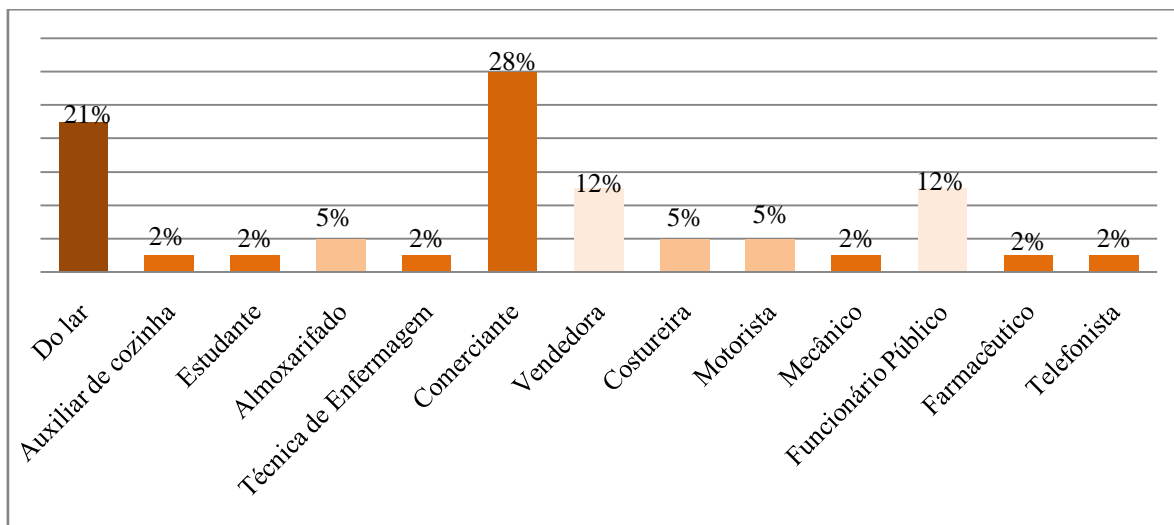
A pesquisa realizada entre 2016 e 2017 contemplou 43 domicílios que se encontram mais próximos da Avenida Mangalô. Em relação à faixa etária do total pesquisado, 56% têm entre 18 e 25 anos de idade; 30% estão na faixa dos 48 e 58 anos e 14% situados entre 50 e 60 anos. Em relação ao sexo, 63% eram do sexo feminino e 37% do sexo masculino.

Quando questionados sobre a cor, 49% do total pesquisado declararam ser pardos; 35% brancos; 16% negros. Em relação ao nível de escolaridade 37% da total pesquisada concluíram o ensino médio; 26% disseram não ter concluído o ensino fundamental; 16% têm o ensino médio incompleto; 14% concluíram o ensino superior e 7% tem ensino superior incompleto.

Quanto à atividade profissional, têm-se a maior presença de comerciantes, do lar, funcionários públicos, vendedores, almoxarifado, costureira e motorista. Essas informações podem ser visualizadas na ilustração 8.

⁷⁷ Cabe salientar que na aplicação dos questionários verificou-se que o perfil de renda nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque é de até 3 salários mínimos e de 3 a 10 salários mínimos. Por isso a escolha dessas duas informações da variável renda.

Ilustração 8 – Profissão da população pesquisada nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque, 2017



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2017.

Em relação aos comerciantes é importante frisar que eles vieram⁷⁸ para os bairros implantar lojas e demais serviços na Avenida Mangalô. Quando os entrevistados foram questionados sobre o tempo de moradia nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque, a maioria respondeu que mora há pouco tempo nos bairros (ver mapa 13).

⁷⁸ Afirmação que foi validada quando o entrevistado Edileuzo da Silva Costa relatou o processo de consolidação dos comércios na avenida.

Mapa 13 – Tempo de Residência dos Entrevistados, 2017

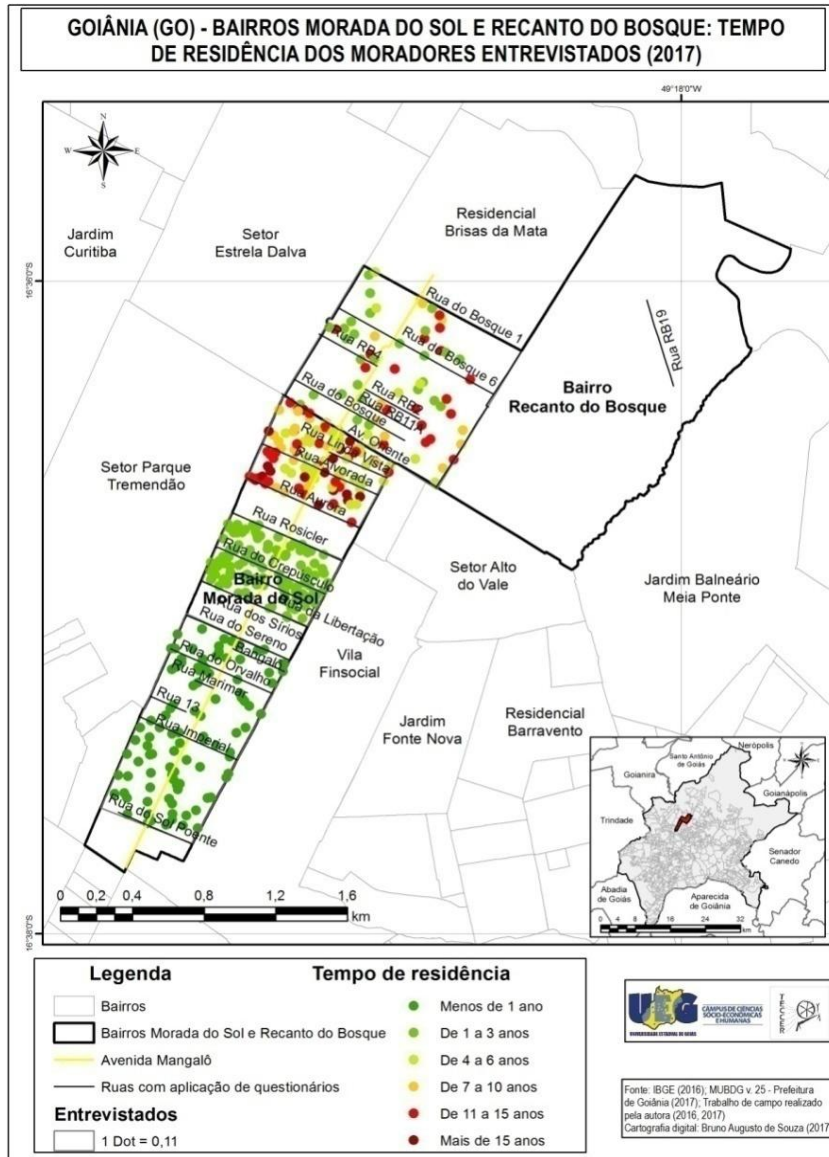
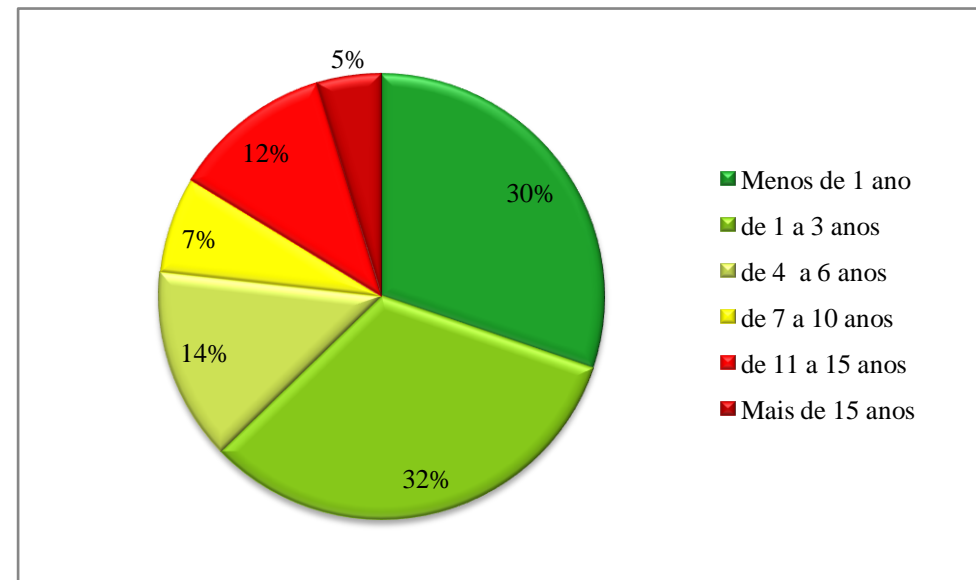


Gráfico 2 – Porcentagem de entrevistados segundo o tempo de residência



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

O mapa 13 e o gráfico 2 indicam o tempo de Moradia dos entrevistados dos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Conforme observado, 30% do total pesquisado mora a menos de 1 ano. Essa mesma população se encontra espacializada entre as Ruas Rosicler e a dos Sírios. 32% corresponde a população que mora de 1 a 3 anos, compondo a maioria. Essa população se encontra entre as ruas do Sereno e a do Sol Poente. Como apontado anteriormente, no tópico 3.3, a população ali residente possui uma faixa de renda na casa dos 3 a 10 salários mínimos. Deve ser ressaltado que nestas ruas foram edificados condomínios horizontais fechados, como mostra a ilustração 9.

Ilustração 9 – Condomínios horizontais fechados no Bairro Morada do Sol, 2017



Fonte: OLIVEIRA, Érika Munique de. Trabalho de campo, 2016-2017.

Os condomínios horizontais fechados aqui destacados aparentam ter uma ocupação recente. No condomínio Sol Poente as casas ainda estão à venda, como mostra o cartaz na portaria do empreendimento. Estes produtos foram pensados e materializados pelos agentes fundiários e imobiliários, com vistas à reprodução do capital (LEITÃO, 2005).

É importante destacar que até o ano de 2010 esta modalidade de empreendimentos não se fazia presente no Bairro Morada do Sol⁷⁹. Este tipo de moradia foi materializada para atender a demanda de uma parcela da população que tem interesse de residir na Região por razões particulares.

⁷⁹ Essa informação foi adquirida no site da empresa de mesmo nome, responsável pela construção do Condomínio Residencial do Sol. No site consta que foram construídos no ano de 2014. Para mais informações consulte: <http://publicacoes.findthecompany.com.br/1/171779268/Condominio-Residencial-do-Sol-em-Goiania-GO>.

Prosseguindo na análise do mapa 13 e do gráfico 2, foi verificado que 14% da população tem um tempo médio de residência na casa dos 4 a 6 anos. Estes moradores estão situados em maior quantidade entre a Avenida Oriente e à Rua Aurora; 7% moram mais de 7 anos no bairro. 12% moram de 11 a 15 anos e 5% correspondem à população que mora mais de 15 anos.

Os dados apresentados revelam que a maioria dos moradores residem nestes bairros há pouco tempo. Este fato reforça a tese da mobilidade presente no processo segregador. Um processo segregador que tem na Avenida Mangalô um centro de atrações e expulsões manifestadas nas duas últimas décadas.

Em relação aos novos moradores atraídos pela centralidade exercida pelos bairros, o mapa 14 e o gráfico 3 indicam os bairros de origem dos entrevistados.

Mapa 14 – Bairros anteriores dos Entrevistados, 2017

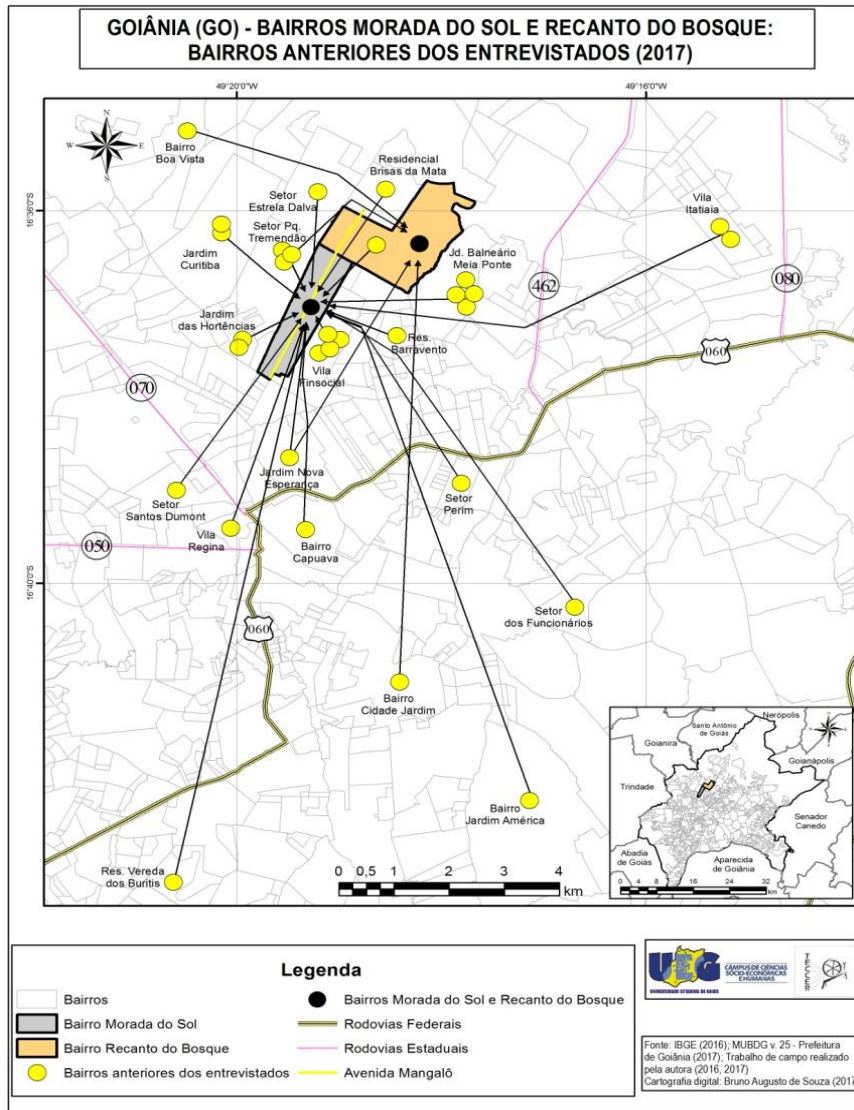
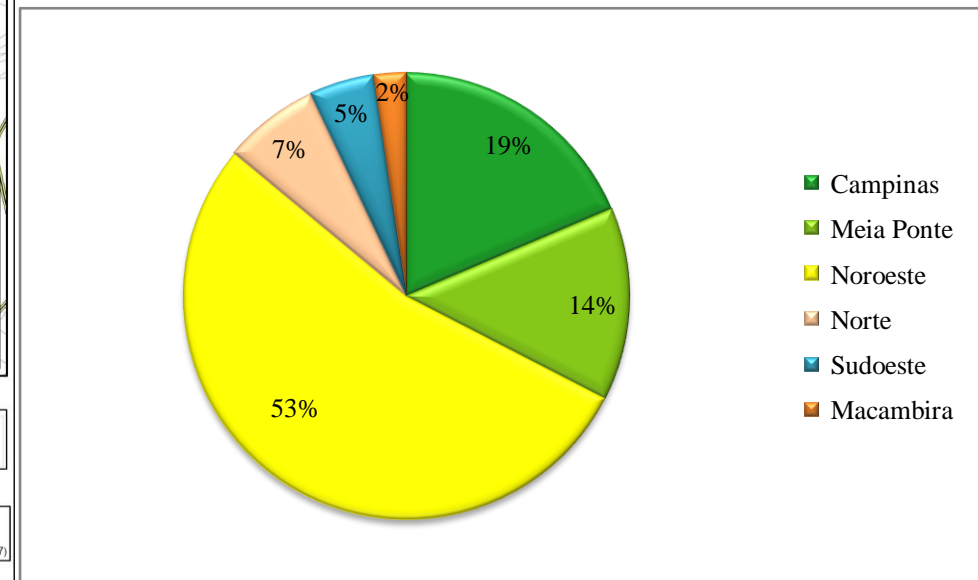


Gráfico 3 – Porcentagem de entrevistados segundo regiões onde moravam



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

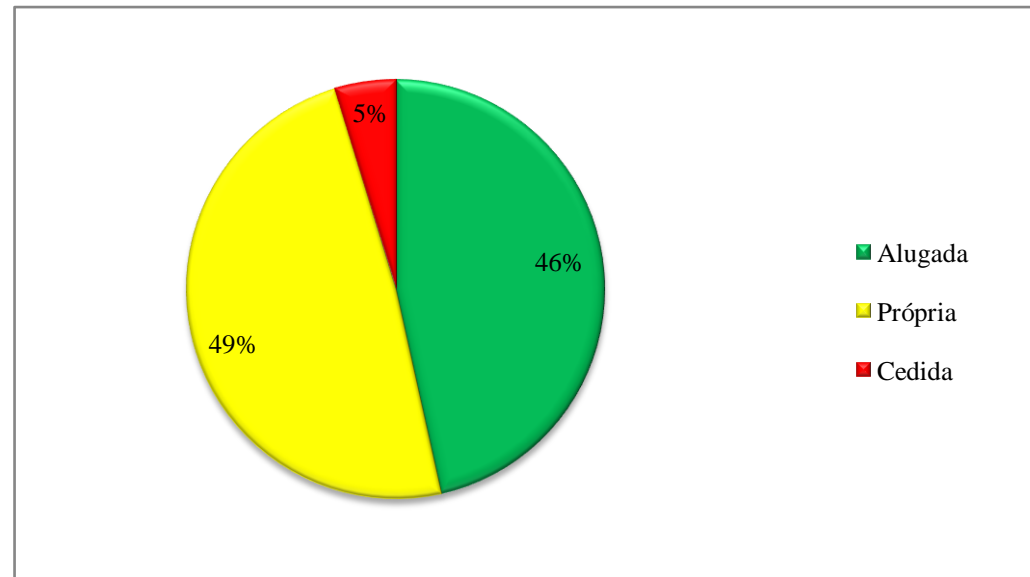
O mapa 14 e do gráfico 3 fazem referência aos bairros de residência anterior dos entrevistados. Podemos perceber que 53% dos entrevistados moravam em bairros da Região Noroeste de Goiânia, sendo eles: Brisas da Mata, Estrela D' Alva, Finsocial, Jardim Curitiba, Jardim Nova Esperança, Jardim das Hortências, Parque Tremendão, Recanto do Bosque e Recanto Barravento. 19% moravam em Campinas, 14% na Região do Meia Ponte, 5% moravam na Região Sudoeste, 7% na Região Norte e 2% vieram da Região Macambira.

Em relação à situação da residência dos entrevistados nos bairros anteriores, bem como nos bairros atuais, os mapas que seguem mostram os dados relativos a essa questão.

Mapa 15 – Situação de Residência anterior dos Entrevistados, 2017



Gráfico 4 – Porcentagem de entrevistados conforme situação de residência anterior



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

Mapa 16 – Situação de residência dos Entrevistados, 2017

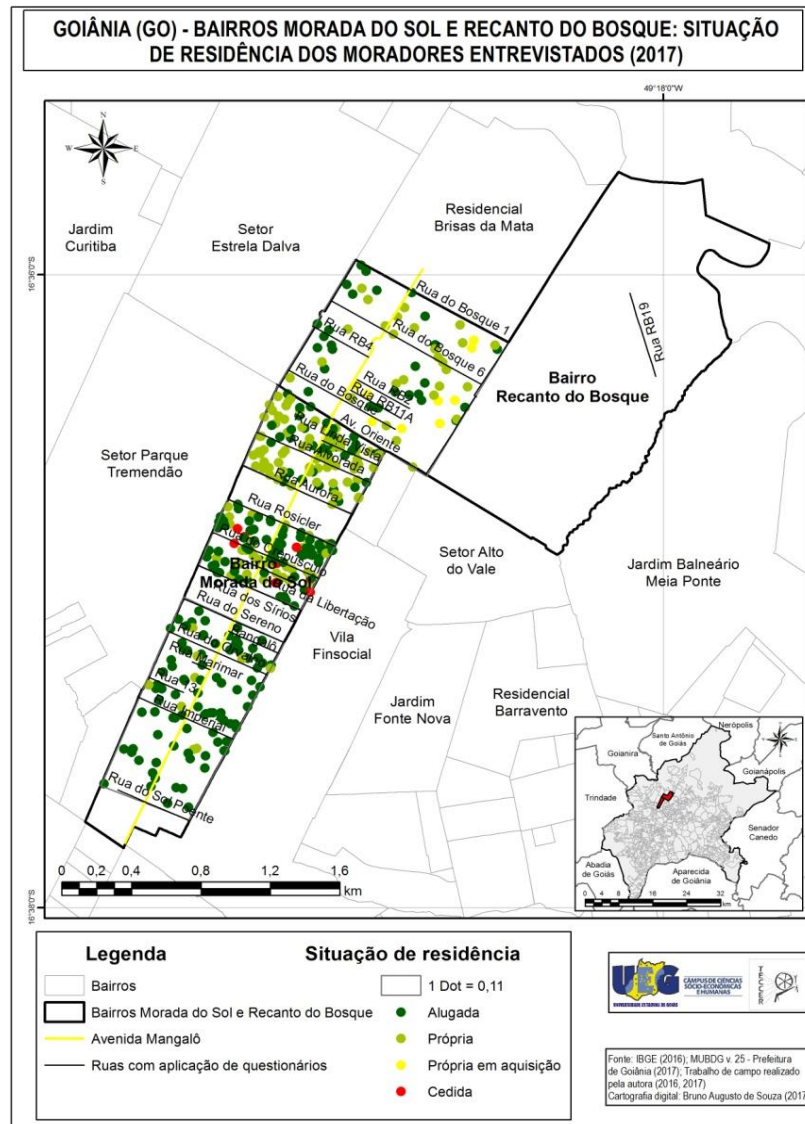
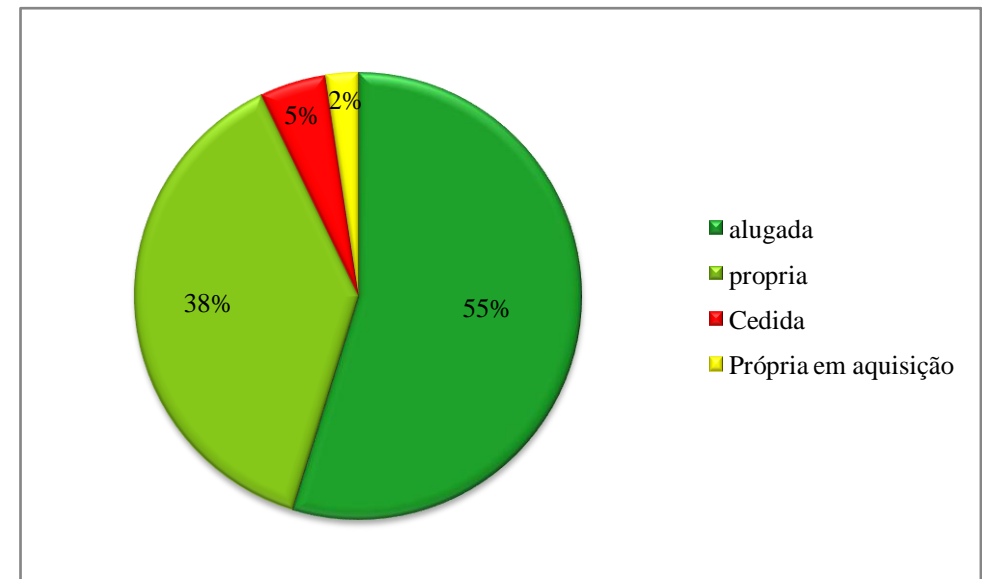


Gráfico 5 – Porcentagem de entrevistados conforme situação de residência



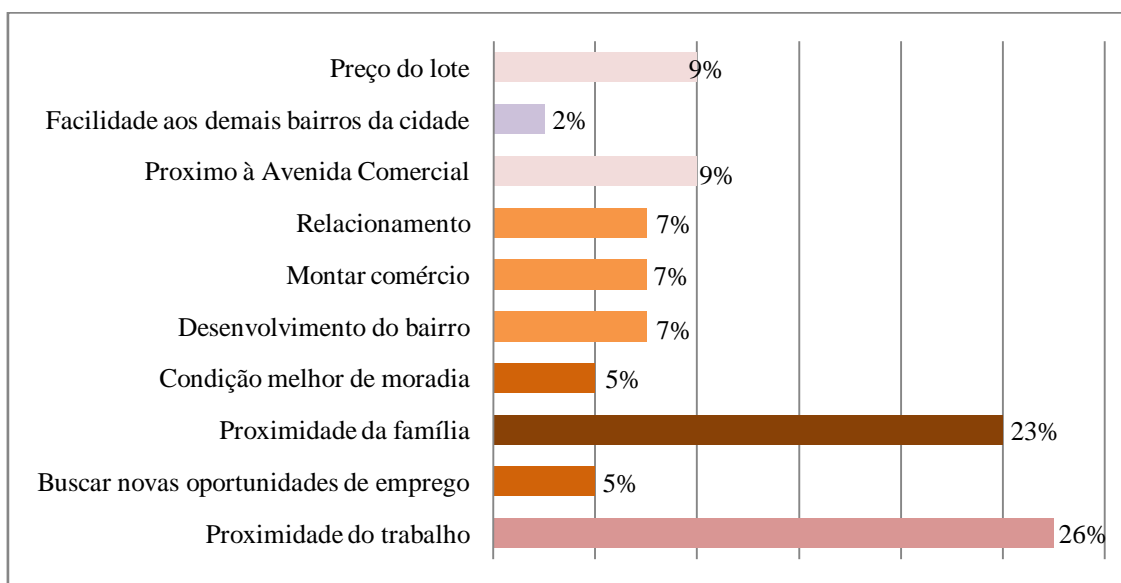
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

O mapa 15 e o gráfico 4 demonstram a situação de residência dos entrevistados antes da mudança para os bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Do total pesquisado 46% dos entrevistados moravam de aluguel nos bairros anteriores e 49% tinham casa própria. 5% moravam em residências cedidas.

O mapa 16 e o gráfico 5 indicam a situação de residência dos entrevistados nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque. Percebemos que 55% dos entrevistados moram de aluguel; 38% moram em casa própria, 5% moram em residências cedidas por outras pessoas e 2% moram em casa própria ainda não quitada.

Outra informação colhida diz respeito aos motivos da mudança do bairro de origem para os dois aqui ressaltados (Ilustração 10)

Ilustração 10 – Motivos que os entrevistados vieram morar nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2016-2017.

A ilustração 10 indica que 26% dos entrevistados foram morar nos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque para ficarem mais próximos do local de trabalho; 23% dos entrevistados alegaram a demanda por proximidade com a família; 9% afirmaram que foi devido ao preço do lote e por estarem próximos da avenida comercial; 7% responderam que a mudança está associada ao desenvolvimento dos bairros, bem como para montar comércio; 5% argumentaram que vieram em busca de oportunidades de emprego e/ou pela condição melhor de moradia e 2% pela facilidade no acesso aos demais bairros da cidade.

Diante dos resultados apresentados, notamos que a mobilidade residencial deflagrada nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque ocorreu por diversos motivos, sendo o principal a proximidade do trabalho. Isso confirma que a implantação de serviços e equipamentos públicos e privados, na Avenida Mangalô, foi responsável pelas alterações na espacialização da renda nesses bairros.

CONCLUSÃO

A mobilidade da segregação residencial deflagrada na Região Noroeste de Goiânia é resultado das ações que, visando objetivos específicos, promoveram a articulação de inúmeros agentes. Contudo, é fundamental que uma polarização seja ressaltada: as ações do PMDB, nas décadas de 1980-1999 e as medidas assumidas pelo PSDB, a partir do ano 1999.

As ações efetivadas pelo PMDB promoveram a construção de bairros sem condições mínimas de habitabilidade, redundando em um perverso processo de segregação residencial. Para amenizar os efeitos da segregação imposta, os agentes desta agremiação política implantaram: casa do idoso, escolas, delegacias e Postos de saúde na Avenida do Povo. Contudo, estes serviços oferecidos não atraíram um quantitativo de habitantes da Região; bem como não resolviam suas demandas fundamentais.

No final da década de 1990, Psdbistas elegeram a Avenida Mangalô como eixo estratégico para a alteração do cenário político da Região. Por meio de ações integradas foram implantados uma série de serviços fundamentais para a Região na Avenida: Terminal de ônibus, agências bancárias, Vapt Vupt etc.

Nesse contexto, duas centralidades linearmente definidas foram materializadas na Região Noroeste de Goiânia – a Avenida do Povo e a Avenida Mangalô. Uma representando, declaradamente, a presença do PMDB na região. A outra manifesta as ações engendradas pelo PSDB.

As medidas assumidas pelo PSDB promoveram uma severa refuncionalização na avenida por eles escolhida. Uma avenida sem asfalto foi convertida, de um ano para outro, em principal via de circulação de ônibus e oferta de serviços de demanda regional. A intenção do PSDB era refuncionalizar para desintegrar uma realidade consolidada ao longo de décadas. Por esta razão a refuncionalização demandou a implantação de serviços fundamentais, como o terminal de ônibus e o Vapt-Vupt.

É importante destacar que o terminal de ônibus estava sendo construído enquanto a avenida era asfaltada. Ou seja, não havia uma demanda prévia que tornou este lugar

estrategicamente situado. O que houve foi um movimento contrário, no qual uma estratégia político partidária conferiu uma importância a um lugar que era secundário.

Somente uma força expressiva poderia alterar um cenário marcado por um processo segregador desordenado. Por esta razão, o capital deveria entrar de maneira robusta na Região. Mas não por meio de uma via qualquer. Deveria ser através de uma via articulada para esta tarefa.

Os agentes políticos e econômicos sabem, muito bem, que com a pavimentação da avenida e a implantação do terminal de ônibus, a lógica da comercialização de lotes seria alterada. Para os proprietários fundiários e os proprietários imobiliários, vender ou alugar imóveis se tornaria mais rentável

As possibilidades ampliadas de reprodução do capital promoveram intensas mudanças. Na área de influência direta da Avenida Mangalô, serviços oferecidos por faculdades, redes de lojas franqueadas, supermercados, agências bancárias, colégios públicos e particulares, consultório médico e dentários, implementaram outra realidade marcada por deslocamentos residenciais. Um lugar antes segregado adquiriu status de centralidade; que, por sua vez, redefiniu a espacialização da renda dos agentes inseridos nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque.

Em um país marcado por profundas injustiças sociais, uma mudança da renda das famílias indica uma mudança de famílias. Ou seja, as transformações produzidas não promoveram o aumento da renda da população que residia nos bairros próximos à avenida Mangalô antes das mudanças processadas. Não era esta a intenção. Não havia o desejo de criar condições para que uma promoção social de famílias em condição de vulnerabilidade social se estabelecesse. O objetivo era alterar um cenário político eleitoral que exigia que famílias fossem retiradas para que outros agentes assumissem o controle das relações travadas na Região.

Em uma perspectiva distinta, a avenida do Povo não foi pensada para redefinir estruturas políticas, econômicas ou partidárias. Nela não houve a implantação de serviços e equipamentos públicos que provocassem uma transformação qualquer. Isto foi percebido em pesquisa empírica realizada na Vila Mutirão⁸⁰. As residências próximas à avenida do povo

⁸⁰ Esse diálogo produzido com os moradores no bairro foi realizado em outubro de 2014. Uma fonte de dados que resultou no trabalho final de curso.

são, ainda, ocupadas pelos primeiros habitantes do bairro. Quem caminha pelas quadras próximas à avenida encontra edificações muito antigas que não foram afetadas e/ou modificadas na sua estrutura (ver ilustração 11).

Ilustração 11 – Casas no Bairro Vila Mutirão próximas à Avenida do Povo, 2014



Fonte: Oliveira, Érika Munique de Oliveira, 2014.

A Ilustração 11 demonstra que não houve uma intensa valorização diferenciada dos lotes na Vila Mutirão localizados próximos da Avenida do Povo. Nesse sentido, não houve evidências empíricas que justificassem a análise da mobilidade da segregação nos bairros próximos à via em questão.

Nas residências próximas à Avenida Mangalô, a valorização diferenciada dos lotes foi visivelmente percebida. Em um curto período a presença de condomínios horizontais fechados e de casas novas reforçam esse argumento (ver ilustração 12).

Ilustração 12– Casas no bairro Morada do Sol, 2017



Fonte: OLIVEIRA, Érika Munique, 2017

Contudo, nada é tão simples. As mudanças promovidas ainda não alteraram a cena eleitoral na Região Noroeste. Os dados apresentados no capítulo 2 evidenciam que ainda prepondera a hegemonia do PMDB. Certamente não entendemos que os “caciques” dos partidos políticos têm a ilusão de que as transformações se processam com incrível rapidez. Mas, como eles se percebem como seres eternos, devem entender que seus interesses políticos serão atingidos.

Mas o que nos cabe é destacar o processo de mobilidade presente mesmo nas segregações residenciais mais densas. Nas territorializações socialmente estabelecidas nada pode ser eternizado: áreas rurais são convertidas em espaços urbanos segregados ou não, áreas segregadas são transformadas em centralidades, centralidades são esvaziadas e assumidas por agentes excluídos. Esta é uma face da dinâmica urbana que não pode ser omitida.

A cidade, todas elas, têm vida! Uma vida que pulsa oferecendo o que há de melhor e o que existe de pior. Os agentes responsáveis pelo exercício da vida não estão dispostos no espaço de maneira harmônica. Eles se associam e se dissociam, constroem e destroem.

Neste contexto, a produção de um processo segregador foi investigada por meio da presente pesquisa. No curso das ações investigativas fomos surpreendidos por realidades inimagináveis. Não esperávamos encontrar aqui a polaridade narrada, entre o PMDB e o PSDB.

Ao caminhar pela Avenida Mangalô sentíamos que algo carecia de explicação. A avenida não apresentava elementos que justificassem a centralidade que ela manifestava. Era nítido o processo de produção de uma centralidade. Uma centralidade produzida estava alterando o endereço de pessoas, redefinindo vidas.

Nossa vida também foi redefinida por esta pesquisa. Não sei se foi a melhor de todas as pesquisas. Nem mesmo se pode ser considerada uma boa pesquisa. Mas a pessoa que por meio dela se apresenta não é a mesma que ingressou neste Programa de Pesquisa e Pós-Graduação. Se me perguntarem: o que a Região Noroeste de Goiânia se tornou com a nova avenida Mangalô? Terei dificuldades em responder! A dificuldade seria a mesma se me questionarem: quem você se tornou investigando avenidas, segregações e centralidades?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. Q. Por uma ciência dos riscos e vulnerabilidades na Geografia. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 83-99, 2011. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/559/371>> Acesso em dez.2016.
- ANTAS, R.J. Notas sobre o uso do conceito de Circuitos Espaciais Produtivos para estabelecer o nexos entre a Reestruturação Urbana e as Refuncionalizações do Espaço: um estudo sobre os fixos de saúde no Estado de São Paulo. **Anais do XIV Encontro da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/.../3531> Acesso em: 21 jan.2017.
- ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA. **Violência Policial**. Goiânia, 1981.
- BERNARDES, Genilda d’Arc. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho. In: **Revista UFG**. Goiânia: UFG, 2009. Disponível em <http://deploy.extras.ufg.br/projetos/joomla_proec/revista_ufg/junho2009/cotidiano.pdf> Acesso em: 12 out. 2016.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista Geográfica**, Barcelona, v. 8, n. 1-2, 1974.
- CARLOS, A. F. A.. Diferenciação Sócioespacial. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- _____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: USP, 1994.
- CARLOS, A. F. A. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção Do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-74.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). A Reprodução do Espaço Urbano como Momento da Acumulação Capitalista. In: CARLOS, A. F. A.; FARIA, C. S.; SANTOS, C. R. S.; VOLOCHKO, D.; RIBEIRO, F. V.; ALVES, G. A.; PADUA, R. F.; SAMPAIO, R. A.; SCIFONE, S. **Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.25-35.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CLARK, D. **Introdução á Geografia Urbana**. 2. ed. Rio Janeiro: Betrand Brasil S.A, 1982.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
- CORRÊA, R. L. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.11, p. 133-136, 2003. Disponível em <www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_10_uma_nota.pdf> Acesso em: 5 fev. 2016.
- CORRÊA, R.L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.
- CORDEIRO, N.A. **Goiânia: Evoluções do Plano Urbanístico**. Goiânia, 1989.

CRUZ, R. C. A Região Noroeste: de grande bolsão de pobreza à nova classe média. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Instituto de Ciências Socioambientais Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5019?mode=full>> Acesso em: 23 jun.2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS - DIEESE. **Salário Mínimo Nominal Mensal, 2000-2010**. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em: 12 jan.2017.

FREITAS, S.A. Habitação Popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11386?locale=pt_BR> Acesso em: 21 jan.2016.

GOIÂNIA. **Invasões**. Iplan. 1982.

GOIÂNIA. **Lei nº 2123**, de 29 de Outubro de 1999.

GOIÂNIA, **Lei nº. 4523, de 31 de dezembro de 1971**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/go/g/goiania/lei-ordinaria/1975/502/5019/lei-ordinaria-n-019-1975-altera-dispositivo-da-lei-n-4523-de-31-de-dezembro-de-1971-que-aprova-o-plano-de-desenvolvimento-integrado-de-goiania>> Acesso em: 23 jun.2016.

GOIÂNIA. **Diagnostico do Setor Finsocial**. IPLAN, 1983.

GOIÂNIA. **Região Noroeste Fazenda São Domingos** “Programa Mutirão Permanente da Moradia”. IPLAN. Escritura Pública de Compra e Venda, 1992.

GOIÂNIA. **Região Noroeste Fazenda São Domingos** “Programa Mutirão Permanente da Moradia”. IPLAN. Considerações a respeito do parcelamento da Fazenda São Domingos, 1992.

GOIÂNIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia 2000**. IPLAN, 1992.

GOMES, R. R. Goiânia Desigual e Segregadora. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L. S. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: E.V, 2007.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referencias para a formulação de políticas publicas. **Revista Scielo**, São Paulo, v.18, n.4, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400011> Acesso em: 14 maio. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **SIDRA - Censos demográficos de 2000 e 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 25 jan.2017.

_____. **SIDRA – Banco de dados agregados**. Disponível em <<http://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan.2017.

_____. **Cidades**. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 25 jan.2017.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, La production de l'espace. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos MetrÓpole**, nº.13, p. 229-253, 2005. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8805/6526> Acesso em: 12 jun.2016.

LOPES, E. A. B. **Ocupação Fazenda Caveirinha**: arquipélago de memórias Goiânia 1979-1989. Goiânia: Vieira, 2012.

LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política. **Naciones unidas**. Chile, 2003 Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/13877/lc11997-P01.pdf>>. Acesso: 12 Jun.2016.

MARICATO, E; MORAES, L.M. O Mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.3, n.2, 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300013>. Acesso em: 15 jan.2016.

MARX, Karl. O Capital. 10 eds. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1974.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTÍN, M. A. Z. **El Espacio Interior de la Ciudad**. Colección Espacio y Sociedades. Madrid: Síntesis 1991.

MELLO; M. Goiânia: entre a esquizofrenia urbana e os devaneios quixoteanos. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 130-140, 2016. Disponível em < www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/20913> Acesso em: 20 dez.2016.

MENDONÇA, J. G. Mobilidade residencial e dinâmica das transformações socioespaciais na metrópole belo-horizontina. **Cadernos MetrÓpole**, Belo Horizonte, n.9, p.39-79, 2003. Disponível em <www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/.../5_Mobilidade-residencial-e-dinamica.pdf> Acesso em: 20 jan.2017.

MONDARDO, M. L. Meandros na Produção do Espaço Urbano: Mobilidade, Acessibilidade e Exclusão Social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewFile/5765/5026>>. Acesso em: 12 Jun. 2016.

MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, L.M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. ed. Goiânia: UCG, 2003.

MOTTA, J.C. Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MOYSÉS, A. Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (Década de 1980). **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOYSÉS, A. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

NASCIMENTO, M. C.R.; OLIVEIRA, F. S. de.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. de. P. Com que cor eu vou pro Shopping que você me convidou? **Revista Scielo**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 245-268, 2013. Disponível em: <www.anpad.org.br/rac> Acesso em: 15 jun. 2016.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletânea Nosso Tempo**, Rondonópolis - MT, v.2 n. 8, p. 129-153, 2008. Disponível em <[file:///C:/Users/Erika/Downloads/108-99-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Erika/Downloads/108-99-1-PB%20(7).pdf)> Acesso em: 14 maio.2016.

OLIVEIRA, A.G. A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana - Um estudo de caso em assentamentos urbanos na região noroeste de goiânia (1980 - 1998). **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia,1999.

OLIVEIRA, E. M. Vila Mutirão: Entre os discursos de inclusão e as práticas segregadoras no espaço urbano de Goiânia. **Monografia** (Departamento de Geografia) Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2014.

PASTORE, Everaldo A. Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983). **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano). Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Brasília, 1984.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, 1916. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

PAULA, F. M. A. Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PLANO de Desenvolvimento Integrado de Goiânia 2000 - PDIG. **Aspectos Históricos da urbanização de Goiânia**. Goiânia: Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura Municipal de Goiânia, 1992.

RAMOS, F. H. Análise espacial de estruturas intra-urbanas: o caso de São Paulo. **Dissertação** (Mestrado em Sensoriamento Remoto) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2004.

RASSI, Solange. O estado e a gestão urbana – o caso de Goiânia. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano). Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Brasília, 1985.

RESENDE, U.P. Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia. *Revista de Geografia, Londrina*, v.22, n.2, 2013. Disponível em <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/12580/15176> Acesso em: 12 Jan.2017.

RIBEIRO, M. E.J. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: UCG, 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf. Acesso: 12 Jun. 2016.

RIKNELSON, A. **Mutirão da Moradia: Vila Mutirão**. UCG: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1985.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRÍGUEZ, J.; ARRIAGADA, C. “Segregación residencial en la ciudad latinoamericana”. **Revista Eure**, Santiago do Chile, n.89, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.uc.cl/bitstream/handle/11534/8114/000358207.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 set. 2016.

SABATINI, F; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. **Revista Nepo da Unicamp**, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnera_b_cap_6_169-195.pdf> Acesso em: 2 out. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. **Relação dos Governantes do Estado de Goiás República**, 2016. Disponível em <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/106749/governantes-republica>> Acesso em: 15 out.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Relação de prefeitos de Goiânia**, 2016. Disponível em < <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/principal.shtml>> Acesso em: 15 dez.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Anuário estatístico de Goiânia 2013**. IPLAN. Disponível em < <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/anuario.html>> Acesso em: 5 out.2016.

SCHMIDT, B.; FARRET, R. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Resultado das eleições, 2014-2016**. Disponível em <<http://www.tre-go.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>> Acesso em: 20 fev.2017.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In. CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. Rio de Janeiro: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Scielo**, São Paulo, v.25, n.71, 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004> Acesso em: 19 out.2016.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Editora SAGA. v. 11, 1969.

Jornais

FÉLIX, Noêmia. São Domingos: denunciada invasão de áreas públicas. **Diário da Manhã**, Goiânia, 18 ago.1993, p.8.

Multidão cercou o governador. **Diário da Manhã**, Goiânia, 18 out. 1983, p.5.

Mutirão da moradia. **O Popular**, Goiânia, 18 out. 1983, p.6.

PEDREIRA, L. Fazenda Caveiras: os esforços e as lutas para solucionar o grave problema. **Diário da Manhã**, Goiânia, 1982. Disponível: Biblioteca da Prefeitura de Goiânia, 15 jul.1982. p.1.

Vila Mutirão o maior mutirão de todos os tempos. **Diário da Manhã**. Goiânia, 18 out.1983, p.10.

VELASCO, R. Assentamento da Fazenda São Domingos se consolida e 2.500 famílias são instaladas. **O Popular**, Goiânia, 06 fev.1993, p. 5.

Entrevistas

CORREA, M. S. **Contexto dos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque**. [dez.2016] Goiânia. Entrevistador: Érika Munique de Oliveira. arquivo. mp3 (20 min). O Formulário com as perguntas feitas encontra-se no Apêndice F.

COSTA, E.S. **Histórico dos comércios implantados na Avenida Mangalô**. [fev.2017]. Goiânia. Entrevistador: Érika Munique de Oliveira. arquivo. mp3 (10 min). O Formulário com as perguntas feitas encontram-se no Apêndice E.

OLIVEIRA, M. A. **Construção da Vila Mutirão**. [fev.2017]. Goiânia. Entrevistador: Érika Munique de Oliveira. Arquivo manuscrito. O formulário com as perguntas feitas encontra-se no Apêndice F.

APÊNDICES

APÊNDICE A – COLETA DE DADOS 1

Questionário aplicado aos moradores que residem nos bairros Morada do Sol e Recanto do Bosque – Goiânia/GO

1. Caracterização da população

Idade _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Qual é sua cor/etnia ?

() Branco(a). () Pardo(a) () Negro(a). () Amarelo(a). () Indígena.

Escolaridade: () 1o Grau Incompleto () 1o Grau Completo () 2o Grau Incompleto
() 2o Grau Completo () Superior Incompleto () Superior Completo

Atividade Profissional _____

Faixa salarial () até R\$ 468

() de R\$ 469 a R\$937 () de R\$ 938 a R\$ 1874

() de R\$ 1875 a R\$ 2.811 () 2.812 a 3.748

() 3.748 a 4.685 () acima de R\$ 4.685

2. Caracterização do Local onde Mora

Bairro onde mora _____

Há quanto tempo você reside nesse local?

() Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos

() De 4 a 6 anos () De 7 a 10 anos

() De 11 a 15 anos () Mais de 15 anos

Que ano você mudou para essa localização?

Condição da residência na Avenida Mangalô

() própria

() própria em aquisição

() alugada

() cedida

Condição da residência na cidade e/ou bairro que residia antes de vir para Mangalô

- própria
- própria em aquisição
- alugada
- cedida

Cidade e/ou bairro onde você morava antes de vir para esse setor?

Quais os motivos que levaram o senhor (a) mudar para esta localização?

Porque você escolheu morar nesse setor?

APÊNDICE B – COLETA DE DADOS 2

Roteiro de entrevista realizada com Comerciantes dos bairros: Morada do Sol e Recanto do Bosque – Avenida Mangalô - Goiânia/GO

1. Há quantos seu estabelecimento comercial se encontra no bairro?
2. Esse espaço onde seu estabelecimento comercial funciona è próprio, alugado ou cedido?
3. Como esse espaço era no período que você implantou esse estabelecimento? Era residencial ou sempre foi comercial?
4. Você sabe dizer o que levou a Avenida Mangalô se tornar hoje um espaço predominantemente comercial?

APÊNDICE C – COLETA DE DADOS 3

Roteiro de entrevista realizada com moradores dos bairros: Vila Mutirão; Morada do Sol e Recanto do Bosque – Goiânia/GO

1. Bairro onde mora?
2. Há quanto tempo mora no bairro?
3. Você sabe dizer como era a bairro nos anos de 1980? E nos anos 1990??
4. Quais eram os principais problemas do bairro na época que você veio morar?
5. O bairro possuía serviços e equipamentos públicos para atender a população?
6. Como é morar no bairro hoje?
7. Por que o bairro se destaca na Região noroeste de Goiânia? Qual é a função dele na Cidade?
8. Quais são as vantagens de viver nele?
9. Comércio, indústria, serviço de saúde, educacional e bancário: qual destes é o ponto forte do bairro e qual o mais precário? Por quê?
10. E qual bairro busca atender às necessidades não supridas no seu bairro?
11. Quais são os três principais problemas do bairro hoje?

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado(a): _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/n^o./complemento/Cidade/Estado/CEP):

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

CPF: _____ **RG:** _____, emitido
 pelo(a): _____,

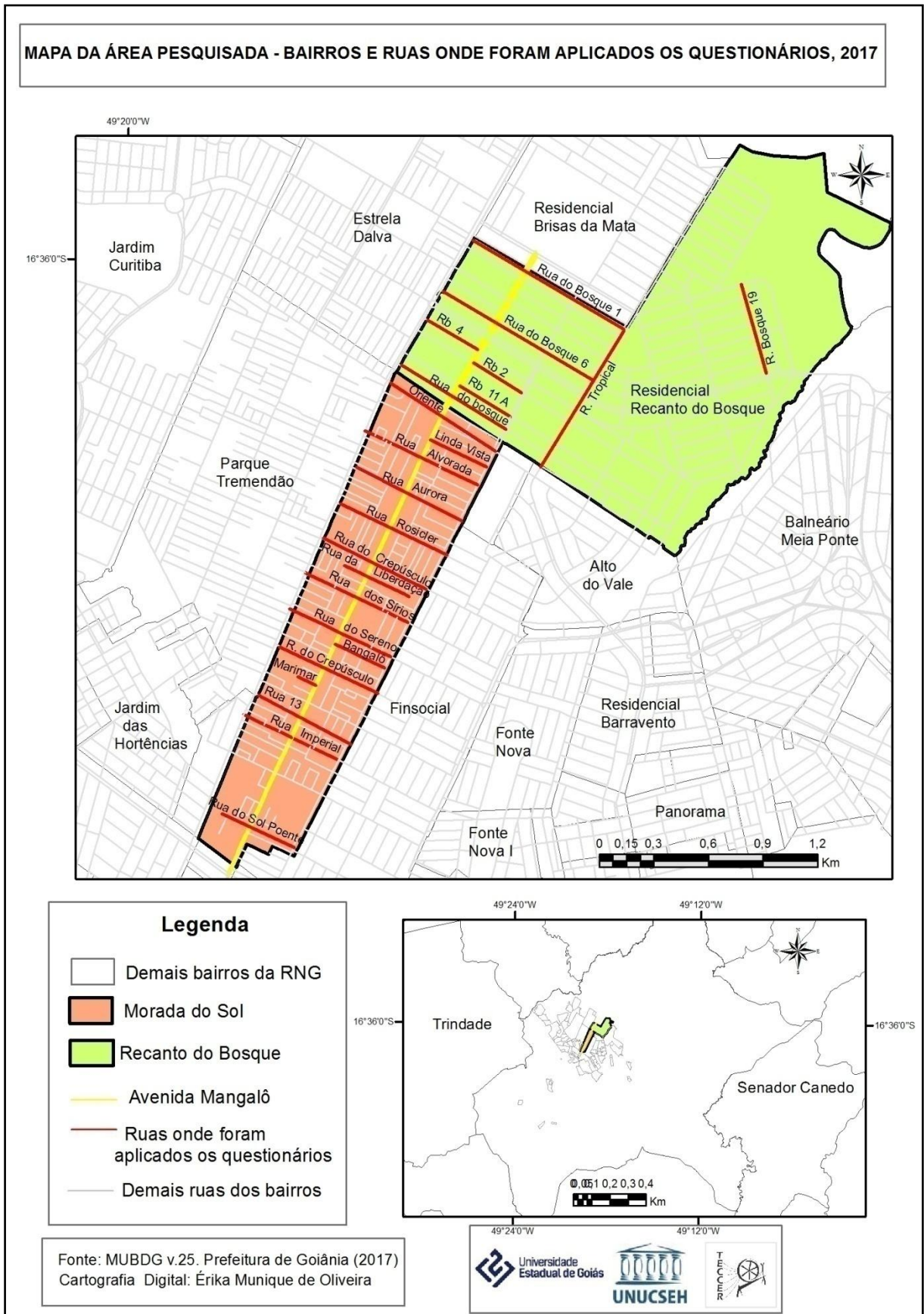
domiciliado/residente em (Av./Rua/n^o./complemento/Cidade/Estado/CEP):

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do entrevistado/depoente)

APÊNDICE E – ÁREA DA PESQUISA DE CAMPO



ANEXOS

**ANEXO A – DOCUMENTO DE COMPRA/VENDA DA PROPRIEDADE DA
FAZENDA CAVEIRAS**

O Governo Estadual e Municipal em junho de 82 concluiu que a única solução para o problema da invasão da Fazenda Caveiras seria a aquisição pela COMURG, de uma área de terreno, que após desmembramento permitisse a venda das unidades aos posseiros. Foi elaborado o respectivo compromisso de compra e venda pelo promitente vendedor (a) MARIA CORACI DE MORAIS, no dia 13/07/82 que teve como compradora a COMURG, fiador o BEG e testemunhas a Dra. Maria Bahia Peixoto Valadão e o Dr. Goianésio Ferreira Lucas, sendo lavrada a escritura definitiva no dia 29/12/82. A mencionada escritura foi registrada no dia 13/01/83 no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª. Zona de Goiânia, sob o nº. 19.684 e 23.863.

A propriedade adquirida compreende um quinhão de terreno da Fazenda Caveiras e tem uma área de 150.01.65 hectares. O valor da fazenda foi de Cr\$ 160.000.00,00 (Centro de sessenta milhões de cruzeiros), estipulando-se que o pagamento seria feito pela COMURG, através do Banco de Estado de Goiás S/A, em 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas de Cr\$ 8.000.000, 00 (oito milhões de cruzeiros), cada uma iniciando em 31/08/82, com término previsto para 30/03/84, incidindo sobre elas, correção monetária com base nos índices para as ORT'S. As correções serão feitas nos meses de novembro de 82, maio de 83 e novembro de 83.

Gabinete do Prefeito de Goiânia, aos 29 dias do mês dezembro de 1982.

**ANEXO B - DOCUMENTO DE COMPRA E VENDA DA PROPRIEDADE DA
FAZENDA SÃO DOMINGOS**

7º Tabelionato de Notas de Goiânia/GO

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

Saibam quantos a presente escritura pública de compra e venda virem, que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e noventa e dois (1992) aos 21 (21) dias do mês de agosto (08), nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, temo e comarca do mesmo nome, em Cartório, na Avenida Paraná, 667, Bairro de Campinas, por me haver sido esta distribuída, perante mim Ilson Carneiro de Castro, e as testemunhas, lado; como outorgante (s) Vendedor (es) Marco Ney Kafuri, comerciante, CI. RG nº 91.268-GO, e sua mulher, Sra. Nuci Maria de Moraes Kafuri. Prendas do lar, CI-RG nº. 91.268-GO, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens. Inscritos no CPF/MF – sob nº 014.050.471-00, residentes e domiciliados nesta capital; e, de outro lado, como outorgada compradora, EMPRESA ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO-SOCIAL-EMICIDEC; empresa pública estadual, com sede nesta capital, à Av. Goiás nº. 305 – Edifício Visconde de Mauá, 3º a 13º andares, inscrita no CGC/MF sob nº 01606.409/0001-19, representada por seu Presidente Dr. Eurico Calixto de Godoi arquiteto, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 1747/D – CREA/4ª Região, e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Sr. EPAMINONDAS DE OLIVEIRA MENDES, Servidor Público Estadual, portador da Carteira de Identidade nº 18.420-SSP/GO, ambos brasileiros, casados, domiciliados e residentes nesta capital, empresa essa que, nos termos do Decreto Estadual nº 3669, de 27/08/1991, é executora do Programa Mutirão Permanente da Moradia, instituído pela Lei Estadual nº 9353, de 30/08/1983; pessoas conhecidas de mim tabelião, e das testemunhas, pelas próprias de que trato e dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores me foi dito que sendo senhores e possuidores, a justo título e absolutamente livres de quaisquer dúvidas e ônus, real, inclusive hipotecas, mesmo legal de duas glebas de terras de nº 1-A, situada na FAZENDA SÃO DOMINGOS, neste município, assim descritas e confirmadas: - GLEBA Nº 1 e GLEBA Nº 1-A. Conforme escritura tomada no livro 836, fls 47/48vº, em 28/10/86, das Notas do Cartório do 1º Ofício desta capital, e devidamente matriculada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, 2º Circunscrição sob nº R1-38634/635 de ordem, acham-se, contratados com a outorgada compradora, por bem, desta escritura, e na melhor forma de direito, para lhe

vender, como de fato vendido lhe tem, os dois quinhões atrás descritos e identificados, pelo preço certo e ajustado de Cr\$ 1.425.000.000, 00 (Hum bilhão, quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros). Pelos outorgantes vendedores me foi declarado sob as penas da Lei, que contra si não existem ações reais e nem pessoais reipersecutórias, bem como de que não são contribuintes diretos da Previdência Social Rural, estando portanto dispensados da apresentação da CND para com o IAPAS. Os quinhões nesta objetivados, estão devidamente cadastrados no INCRA sob nº 930.202.012.947-5, com quitação do ITR/91. E por se acharem assim contratados, me pediram que lhes fizesse a presente escritura que, lhes sendo dada em voz alta, aceitaram, outorgaram e assinam-na, dispensando-se testemunhas. Eu, Iلسon Carneiro de Castro, tabelião que a fiz escrever, dou fé e assino. (a). IلسON CARNEIRO DE CASTRO. Goiânia, 21 de agosto de 1992. (a). MARCO NEY KAFURI. (a). NUCI MARIA DE MORAIS KAFURI. (a). EURICO CALIXTO DE GODOI. (a). EPAMINONDAS DE OLIVEIRA MENDES. Nada mais trasladada em seguida. Eu, Iلسon Carneiro de Castro, tabelião, que a fiz trasladar, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso. Goiânia, 21 de agosto de 1992.